



MYLLENA KARLA SANTOS AZEVEDO

ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM DAS PRAÇAS

DOM PEDRO II,
MARECHAL FLORIANO PEIXOTO
E MARECHAL DEODORO



O trabalho traz um estudo sobre a construção da paisagem das três praças mais antigas do Centro de Maceió: Dom Pedro II, Marechal Floriano Peixoto e Marechal Deodoro, como contribuição para o projeto de recuperação das praças e espaços públicos, como previsto no Plano de Requalificação Urbana do Centro, compatibilizando a sua memória histórico-cultural e sua utilização atual através de uma qualidade identificada. A qualidade é composta dos elementos marcantes e da contribuição de cada praça à história dos primeiros anos de surgimento e o desenvolvimento de Maceió e deve ser a constante ao redor da qual são feitas as decisões sobre as alterações a serem tomadas para intervenção na praça, de tempos em tempos, para adaptá-la a novos usos, sendo possível manter a sua essência e compatibilizar seu significado histórico com as adaptações necessárias para manter o espaço vivo. O estudo da memória histórico cultural usa a análise da trajetória físico-espacial para a identificação dos elementos físicos marcantes do interior da praça e do seu entorno; e o estudo da utilização atual usa a observação 'in loco' para identificar as necessidades dos usuários, a partir de seus percursos e permanência. A partir do estudo da memória histórico-cultural e da utilização atual, são propostas orientações para possibilitar a compatibilização entre a função como elemento de interesse cultural e as necessidades atuais em função da qualidade identificada.

ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM DAS PRAÇAS

DOM PEDRO II,
MARECHAL FLORIANO PEIXOTO
E MARECHAL DEODORO

MYLLENA KARLA SANTOS AZEVEDO

Obra premiada no I Concurso de Monografias do Arquivo Público de Alagoas



**IMPRENSA
OFICIAL**
GRACILIANO RAMOS



Governo do Estado de Alagoas

Imprensa Oficial Graciliano Ramos

Governador

José Renan Vasconcelos Calheiros Filho

Vice-governador

José Luciano Barbosa da Silva

Secretário-chefe do Gabinete Civil

Fábio Luiz Araújo Lopes de Farias

**Superintendência do Arquivo Público
de Alagoas**

Wilma Maria Nóbrega Lima

**Secretário Executivo de Gestão Interna
do Gabinete Civil**

Franklin Adriano Cardoso de Barros

**Secretário Executivo de Integração Política
e Social do Gabinete Civil**

Adrualdo de Lima Catão

**Secretário de Estado do
Planejamento, Gestão e Patrimônio**

Fabício Marques Santos

Diretor-presidente

Dagoberto Costa Silva de Omena

Diretor administrativo-financeiro

Jarbas Pereira Ricardo

Diretor comercial

José Otílio Damas dos Santos

Coordenadora editorial

Patrycia Monteiro

Editor de arte

Fernando Rizzotto

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca responsável: Fernanda Lins de Lima

A994e Azevedo, Myllena Karla Santos.

Estudo sobre a construção das paisagens da praça : Dom Pedro II, Marechal
Floriano Peixoto e Marechal Deodoro / Myllena Karla Santos Azevedo. – Maceió :
Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2018.

198 p. : il. : color.

Bibliografia: p. 189-197.

1. Arquitetura. 2. Patrimônio Cultural. 3. Paisagens. 3. Praças. 4.
Maceió-Alagoas. I. Título.

CDU: 700

AOS MEUS AVÓS Rita e Valdivino – os
primeiros “arquitetos” que conheci –,
que construíram com as próprias mãos
o meu lugar favorito no mundo.

AGRADEÇO aos meus pais,
pelos ensinamentos;

Ao meu irmão, Alexandre,
pelo companheirismo;

Ao Júnior, por todo amor e respeito;

À orientadora desta monografia,
Regina Coeli Carneiro Marques;

À banca avaliadora, composta por
Lúcia Hidaka, Josemary Ferrare e
Thalianne Leal, pelas contribuições;

Ao Arquivo Público e à
Imprensa Oficial Graciliano Ramos,
pela oportunidade de
divulgar a história de Maceió.

“Tudo se transforma, tudo varia – o amor,
o ódio, o egoísmo. Hoje é mais amargo o
riso, mais dolorosa a ironia. Os séculos
passam, deslizam, levando as coisas
fúteis e os acontecimentos notáveis.
Só persiste e fica, legado das gerações
cada vez maior, o amor da rua”.

(Trecho de *A alma encantadora das ruas*,
João do Rio, 1908)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
METODOLOGIA	17
1. JUSTIFICATIVA E REFERENCIAL TEÓRICO	23
1.1 LEGISLAÇÃO DE INTERESSE CULTURAL E CONTRIBUIÇÃO DO ESTUDO	23
1.2 PRAÇA: DEFINIÇÃO, BENEFÍCIOS E CATEGORIAS DE ANÁLISE	28
2. INFLUÊNCIAS DO PAISAGISMO: AMÉRICA, EUROPA E BRASIL	35
2.1 ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA NA AMÉRICA PRÉ-HISPÂNICA	36
2.2 INFLUÊNCIAS PAISAGÍSTICAS EUROPEIAS	40
2.3 PRAÇAS NO BRASIL	47
3. MEMÓRIA HISTÓRICO CULTURAL	53
3.1 MACEIÓ: BREVE HISTÓRICO DO SURGIMENTO DO POVOADO	53
3.2 ECLETISMO, MODERNISMO E CONTEMPORÂNEO NAS PRAÇAS DE MACEIÓ	57
3.3 INTERVENÇÕES NAS PRAÇAS	60
3.3.1 PRAÇA DOM PEDRO II	60
3.3.2 PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO	86
3.3.3 PRAÇA MARECHAL DEODORO	112
3.4 QUALIDADES HISTÓRICO-CULTURAIS DAS PRAÇAS	143
PRAÇA DOM PEDRO II	144
PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO	148
PRAÇA MARECHAL DEODORO	153
4. UTILIZAÇÃO ATUAL	159
4.1.1, PRAÇA DOM PEDRO II	161
4.1.2 PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO	167
4.1.3 PRAÇA MARECHAL DEODORO	173
CONCLUSÕES: MEMÓRIA HISTÓRICO-CULTURAL E UTILIZAÇÃO ATUAL	179
PRAÇA DOM PEDRO II	179
PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO	180
PRAÇA MARECHAL DEODORO	181
REFERÊNCIAS	189

INTRODUÇÃO

Este Trabalho Final de Graduação tem como objetivo contribuir para o Plano de Requalificação Urbana do Centro de Maceió, no referente às praças, com um estudo sobre a Construção da Paisagem das três praças do Setor de Preservação Rigorosa 1 – SPR 1 da Zona Especial de Preservação Cultural - ZEP 2: **Praça Dom Pedro II, Praça Marechal Floriano Peixoto e Praça Marechal Deodoro**. Estas são as praças mais antigas do Centro por estarem presentes na planta de 1820 - o mais antigo levantamento urbano feito em Maceió, realizada no governo de Francisco de Mello e Póvoas (FARIA, 2004, p. 1).

De acordo com o Estudo de Requalificação Urbana do Centro de Maceió, elaborado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano – Sempla (MACEIÓ, 2001), o povoado nasceu como um engenho e se desenvolveu em razão do comércio próspero (MACEIÓ, 2001, p. 11). As atividades comerciais e de serviços estiveram presentes no decorrer dos primeiros anos como cidade. Até os anos 1960, além do comércio, o Centro da cidade abrigava casas de famílias tradicionais, e foi palco de muitas procissões, desfiles escolares e corsos (BRAGA, 2003, p. 25). Nos anos 1970, iniciou-se em Maceió o surgimento de novas centralidades, deslocando parte das atividades da área central para outras localidades, iniciando um fenômeno de degradação dos espaços públicos do Centro (fato ocorrido também em outras cidades brasileiras) devido à inauguração de galerias, de lojas e, principalmente, de shopping centers em outros bairros, à valorização da orla marítima como opção de lazer (MACEIÓ, 2001, p. 7) e uma intensificação dos usos comercial, de serviços e institucional. O Estudo (MACEIÓ, 2001, p. 7) aponta que em 1997, sob o Decreto nº 5.700, parte do bairro Centro foi definida como Zona Especial de Preservação Cultural 2 - ZEP 2 de 01 de outubro de 1997,

cujo objetivo, de acordo com a aplicação da lei nº 4.545/1996¹, é **preservar os conjuntos históricos e o patrimônio cultural, artístico e arquitetônico**. A partir de então, além de Centro comercial, assume o papel de Centro Histórico da cidade de Maceió, “constituindo espaço de importância fundamental para o exercício da democracia, onde a convivência de representantes de todas as classes sociais se constitui na representação da verdadeira essência cultural da cidade” (MACEIÓ, 2001, p. 7).

Para reverter os efeitos da degradação do Centro nas praças, o Estudo de Requalificação Urbana (MACEIÓ, 2001) define, dentre as intervenções a curto prazo, na proposição 4, o “Reordenamento e Recuperação dos Espaços Públicos”; proposição esta que tem como um dos objetivos a “*recuperação das praças e dos espaços públicos da área central compatibilizando a sua memória histórico-cultural com a sua utilização atual*”, e como uma das linhas de ação a elaboração de “*projeto de recuperação das praças e dos espaços públicos*” (MACEIÓ, 2001, p. 49). Para que seja possível harmonizar a **memória histórico-cultural** com a **utilização atual** é preciso estudar estes dois fatores com mais atenção, e é neste ponto que o trabalho traz sua contribuição. O capítulo 1 detalhará melhor a justificativa e a contribuição do trabalho.

O estudo da *memória histórico-cultural* é o assunto dos capítulos 2 e 3. O capítulo 2 constrói a base do estudo da memória histórico-cultural com uma revisão das influências de paisagismo da América, da Europa e do Brasil. O capítulo 3 mostra um breve histórico do surgimento e transformações do Centro de Maceió; seguido pelo relato iconográfico da trajetória físico-espacial das praças e a identificação da qualidade histórico-cultural de cada uma.

1. ALAGOAS, lei nº 4.545 de 15 de novembro de 1996.

O capítulo 4 trata da *utilização atual*, com a análise de uso das praças de acordo com categorias adaptadas dos elementos das obras de Sun Alex (2009) e de Murillo Marx (1980): a) acessos; e uso, quanto a: b) piso c) mobiliário; d) elementos decorativos; e) vegetação; e f) edificações do entorno. Ao fim, o capítulo 5 traz orientações para a harmonização da memória com a utilização atual.

Sendo as praças em estudo parte de uma Zona Especial de Preservação Cultural (ZEP), este trabalho espera contribuir com o projeto de recuperação das praças mencionadas, seguindo o Plano de Requalificação Urbana do Centro de Maceió, a critério do arquiteto, ao ajudar a identificar os elementos que fazem parte da memória de cada uma e as implicações da utilização atual de seus espaços.

METODOLOGIA

Antes de iniciar o estudo, o primeiro passo do processo metodológico foi o recorte do objeto de estudo, partindo da totalidade das praças do Centro (9) para 7 praças: Praça Visconde de Sinimbu, Praça Adhemar de Barros, Praça Montepio dos Artistas (Bráulio Cavalcante), Praça da Independência, e, as três que foram escolhidas ao final, Dom Pedro II, Marechal Floriano Peixoto e Praça Marechal Deodoro, a partir do primeiro mapa de Maceió, a planta de 1820.

Definidas as praças, o trabalho parte de bibliografia base, listada na fase do Plano de Trabalho, sobre o papel da praça como espaço público: *Projeto da Praça*, de Sun Alex (2011), *As praças que a gente viu! As praças que a gente quer*, de Felipe Gonçalves (2007), e *Ao amor do Público: jardins no Brasil*, de Hugo Segawa (1996).

Outras obras consultadas abriram possibilidades de abordagem acerca do tema: *A casa e a Rua*, de Roberto Damatta (2000); *A Imagem da cidade*, de Kevin Lynch (1960); o artigo *Espaço Público e Vida Privada*, de Moisés de Lemos Martins (2005), e o livro *Alagoas: gênese, identidade e ensino*, de Lêda Almeida (2011); para construir a vertente “psicológica”, que analisaria os significados presentes na relação do usuário com o espaço público. Estas e as seguintes obras - *A Alegoria do Patrimônio*, de Françoise Choay (2003) e *A Construção das Cidades segundo seus princípios artísticos*, de Camillo Sitte (1889). Estes títulos, no entanto, foram descartados por se distanciarem do objetivo principal do tema.

Para a construção da base histórica e levantamento da trajetória da conformação física das praças, foram consultadas obras que tratam das praças na América Pré-Colombiana: *A civilização Asteca*, de Jacques Soustelle (1987), *Maias*, de Felipe Azevedo e Cybelle Miranda (2013), *Grécia e Roma*, de Pedro Paulo Funari (2002); Europa,

mais especificamente Portugal: o artigo *A paisagem da Cidade Luso-Brasileira*, de Manuel Teixeira (2010); e Brasil: *Quadro do Paisagismo no Brasil*, de Silvio Soares Macedo (1999), *Praças Brasileiras*, de Silvio Macedo e Fábio Robba (2003) e *Cidade Brasileira*, de Murillo Marx (1980); obras que contam a história da origem e evolução da cidade de Maceió e as praças em estudo: a tese de mestrado de Tharcilla Leão, *A História da Paisagem da Praça Dom Pedro II em Maceió-AL* (2010), os Trabalhos Finais de Graduação: *Mirar a Cidade*, de Sandro Gama de Araújo, *A praça na cidade de Maceió*, de Karina Peixoto Braga (2003), *A Praça e o Traçado da Cidade*, de Fabiana Rodrigues Castelo Branco (1993) e *Vislumbres da Praça dos Martírios na proposta de revitalização da Praça Marechal Floriano Peixoto*, de Jamile Ferreira de Lima (2012); os trabalhos da disciplina Teoria e Técnica do Restauro: *Praça Dom Pedro II*, de Daniel Aubert et al (2013), e *Teoria e Técnica do Restauro: Uma abordagem sobre a Praça dos Martírios*, de Bárbara Melânia et al (2013); e a literatura consagrada sobre a história do surgimento do povoado, vila e cidade de Maceió: *Igrejas de Maceió*, de Ernani Méro (1987), *Maceió*, de Craveiro Costa (1989), e *Maceió de Outrora*, de Félix Lima Jr (2001).

Sobre a legislação de proteção ao patrimônio de interesse cultural em Maceió, foram consultados o *Plano Diretor de Maceió* (2005) e o *Código de Urbanismo e Edificações do Município de Maceió* (2007); o documento de autoria da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento (Sempla), *Centro: Requalificação Urbana* (2001); e os decretos e resoluções que determinam o *tombamento de bens imóveis* a nível estadual, de autoria da Secretaria de Estado da Cultura.

O levantamento de iconografia foi feito em órgãos municipais: as fotografias são do acervo do Museu da Imagem e do Som (Misa); a base cartográfica de Maceió em sua versão mais atual (2005), os mapas antigos dos anos 1820, 1842, 1938, 1939, 1960, 1970 e 1985;

o Mapa de Requalificação do Centro de Maceió de 1994; e a última planta de reforma da Praça Marechal Deodoro foram fornecidos pela Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento (Sempla); as plantas de reforma de intervenções anteriores da Praça Marechal Deodoro – 1982, 1983, 1985 e 1989 – foram fornecidas pela Secretaria Municipal de Infraestrutura (Seminfra); e a planta da última intervenção na Praça Marechal Floriano Peixoto, em 2002, foi fornecida pelo Serviço de Engenharia do Estado de Alagoas (Serveal).

Concluída a etapa de levantamento e revisão bibliográfica, a trajetória físico-espacial de cada uma das praças foi construída cronologicamente e agrupada de acordo com a tipologia de praça que influenciou tais intervenções, por semelhança às características e ao tempo cronológico: ecletismo, modernismo e paisagismo contemporâneo. A construção do capítulo revelou oito (8) intervenções na Praça Dom Pedro II, quatro (4) intervenções na Praça Marechal Floriano Peixoto e doze (12) na Praça Marechal Deodoro. Para um melhor entendimento da evolução urbana de cada praça individualmente, as reformas foram sinalizadas com letras - sendo “P” a Praça Dom Pedro II, “M” a Praça Marechal Floriano Peixoto (Praça dos Martírios) e “D” a Praça Marechal Deodoro - e números crescentes para cada reforma em ordem cronológica, sendo a primeira intervenção como praça assinalada com o número 1 (um).

Observando relatos na bibliografia sobre os eventos e importância histórica das praças, foram identificadas as qualidades das praças, compostas da importância histórica e das características que permaneceram ao longo da trajetória física; e foram identificados os elementos marcantes de cada uma das praças.

A análise de uso foi realizada a partir de observação *in loco* do comportamento do usuários em reação ao espaço da praça: ao percurso que realizam, em sua maioria, pelo espaço; aos locais em que

permanecem, e o modo com que se relacionam com os elementos marcantes listados no capítulo 3.

A partir da observação, foram elaborados mapas de circulação e uso para cada uma das praças e registradas notas sobre os elementos que influenciam no espaço da praça, em categorias adaptadas dos elementos das obras de Sun Alex (2001, p. 25), que diz que o **acesso** é condição essencial ao uso da praça, visto que perceber e identificar ameaças potenciais é um procedimento instintivo antes de adentrar qualquer espaço; e de Murillo Marx (1980), que separa os elementos da praça - que deve ser tratada com zelo pelo projetista - em **piso** (p. 127), **mobiliário** (p. 129) e **elementos decorativos** (p. 133). A estes, adiciona-se a **vegetação**, elemento presente em todas as praças tratadas e essencial ao uso da praça, pela sombra que fornece, no clima úmido de Maceió; e os **edifícios do entorno**, por ser a praça espaço não finito em si, mas que é definido e se relaciona com seu entorno. As categorias, adaptadas de acordo com os elementos presentes nestas praças, especificamente, resultam em: a) acessos; b) piso c) mobiliário; d) elementos decorativos; e) vegetação e f) edificações do entorno.

Para a observação *in loco* das praças, foram escolhidos os horários de pico, assim como fez Lima (2012) em sua análise da *Praça dos Martírios*: 8, 12 e 18 horas. Neste caso, cada praça foi observada pelo período de uma hora, em três diferentes dias úteis: segunda, quarta e sexta-feira, de acordo com a tabela abaixo:

Tabela 1: Horários para observação das praças. Fonte: Autora, 2014.

DIA/HORA	8:00-9:00	12:00-13:00	17:00-18:00
SEGUNDA	Dom Pedro II	Mal. F. Peixoto	Mal. Deodoro
QUARTA	Mal. Deodoro	Dom Pedro II	Mal. F. Peixoto
SEXTA	Mal. F. Peixoto	Mal. Deodoro	Dom Pedro II

Ao fim do trabalho, a partir da identificação da qualidade e das conclusões resultantes da análise de uso, são propostas orientações de adaptação do espaço de cada uma das praças para melhor atender aos usuários em forma de infográficos. As orientações são direcionadas ao futuro possível arquiteto encarregado da reformulação destas praças, e dão orientações para a valorização da qualidade de cada praça e o atendimento às necessidades de uso identificadas no ano de 2014, considerando pequenas alterações na configuração atual da praça.

Estas orientações se referem à **qualidade**: a. quanto à explicitação da função histórica da praça dentro dos limites de seu espaço (de maneira escrita ou não) no espaço da praça; b. quanto à força dos elementos marcantes em relação aos elementos que não fazem parte dessa linguagem, mas que contribuem para o uso da praça; e oferecem orientações para a criação de uma linguagem que destaque os elementos distintos da praça como tal; e ao **uso**: a partir das incoerências entre a disposição dos elementos e as trajetórias/permanência dos usuários, propondo maneiras de melhorar o uso a partir de pequenas alterações na disposição atual destes. As orientações acerca do espaço das praças são colocadas em forma de infográficos que associam os itens à sua representação em perspectiva digital.

Assim, a partir destas orientações, o arquiteto tem a liberdade de intervir na praça com seu projeto, garantindo a perpetuação da qualidade da praça e adaptando o espaço da praça ao uso, conforme

as necessidades que identificar, de maneira flexível e que abre espaço para a sua criatividade - visto que as orientações não definem formas finais para a intervenção, mas explicitam as intervenções essenciais à harmonização da qualidade e uso de cada praça.

1. JUSTIFICATIVA E REFERENCIAL TEÓRICO

Para explicar o objetivo deste estudo, este capítulo é dividido em duas seções. A primeira parte, *Legislação de interesse cultural e contribuição do estudo*, apresentará a contribuição do trabalho em meio às ações governamentais em relação ao tombamento do patrimônio municipal e estadual; enquanto a segunda parte, *Praça: definição, benefícios e categorias de análise* explicitará, a partir da visão de autores, a definição de praça, os benefícios do tratamento adequado da praça à sociedade que dela desfruta na visão deste estudo e as categorias escolhidas para que seja possível alcançar este alvo.

1.1 Legislação de interesse cultural e contribuição do estudo

O bairro que hoje corresponde ao Centro de Maceió corresponde ao núcleo inicial do povoado elevado a vila em 1815 e a cidade em 1839. Proteger edificações isoladas e conjuntos urbanos do Centro de Maceió tem sido uma preocupação da administração municipal (por meio de leis) e estadual (por meio de tombamentos) nos últimos 31 anos de história da cidade de Maceió.

A primeira ação de regulamentação da relação com o patrimônio aparece com o tombamento de edificações isoladas em Penedo, Marechal Deodoro, Coqueiro Seco e Maceió em 1982, durante o governo de Teobaldo Barbosa (1982-1983), listadas no site da Secretaria Municipal de Cultura (SECULT, 2014). O primeiro tombamento de um conjunto de edificações em Maceió aconteceu em 1988, protegendo

as igrejas do Centro e a Capela de S. Gonçalo, no Farol sob o Decreto nº 33.127/1988².

Em 1997, o Centro de Maceió foi definido como Zona Especial de Preservação Cultural 2 (ZEP-2) por ação do Decreto nº 5.700 de 01 de outubro de 1997, que a definia como uma “área de interesse histórico e arquitetônico, tendo sua vocação dirigida ao comércio, cultura, lazer e turismo, que tinha como objetivo, através de incentivos fiscais, preservar os conjuntos históricos e seu patrimônio cultural, artístico e arquitetônico, restaurando as fachadas e interiores das edificações (Maceió, 2001, p. 7).

Em 1999, foi tombada a nível estadual a Academia Alagoana de Letras (SECULT, 2014). Em 2000, foi tombado o primeiro conjunto de edifícios em torno de uma praça: o conjunto da Praça Marechal Floriano Peixoto (SECULT, 2014).

Em 2001, a prefeitura municipal elaborou um Estudo de *Requalificação Urbana* para o Centro de Maceió (MACEIÓ, 2001) para definir uma política urbana que ordenasse o desenvolvimento das funções sociais, assim revertendo os efeitos da degradação da área central ocorridos em função do crescimento acelerado e do surgimento de novas centralidades nela. O documento define a *Requalificação Urbana* como “[uma] estratégia de gestão através de intervenções múltiplas (...) para a melhoria da qualidade de vida da população, assentada em três eixos: *Sócio-Econômico, Infra-estrutura e Histórico-Cultural*” (sic). Além disso, definiu estratégias, diretrizes e linhas de ação em prazos “emergenciais, curto e médio” (MACEIÓ, 2011, p. 6-8, grifo nosso).

Em 2005, foi aprovado pela Sempla o *Plano Diretor Municipal*, que define a criação de Zonas de Preservação Cultural (ZEPs) e das

2 ALAGOAS, decreto nº 33.127 de 31 de agosto de 1988, 1988.

Unidades Especiais de Preservação (UEPs) como “expressões arquitetônicas ou históricas do patrimônio cultural edificado”³ e “suporte de manifestações culturais e de tradições populares”⁴. O plano diretor define cinco Zonas Especiais de Preservação (ZEPs), incluindo as já existentes – Centro e Jaraguá –, sendo:

“I – Jaraguá, coincidente com a ZEP 1 de Jaraguá já existente;

II – Centro, coincidente com a ZEP 2 do Centro, abrangendo nova delimitação;

III – Bebedouro (...);

IV – Fernão Velho (...);

V – Pontal da Barra (...).” (MACEIÓ, 2001, p. 7, grifo nosso)

Em 2007, o Código de Urbanismo e Edificações de Maceió, também aprovado pela Sempla, definiu, nas ZEPs, Setores de Preservação Rigorosa 1 e 2 (SPR-1) e Setores de Preservação do Entorno Cultural (SPE)⁵. As delimitações dos Setores de Preservação do Centro estão na Figura 1.

O objetivo do SPR-1 é o controle rígido de forma a impedir intervenções que alterem a feição original ou ambiência das edificações⁶; o objetivo do SPR-2 é o mesmo do SPR-1, aplicado a ruínas ou a edificações isoladas⁷ que não chegam a formar uma zona e são listadas no documento original; e o do SPE é a atenuação da inter-

3 Idem, Lei nº 5.486, de 30 de dezembro de 2005, 2005, art. 49.

4 Ibid., art. 52.

5 Idem, Lei nº 5.593, de 08 de fevereiro de 2007, 2007, art. 49.

6 Ibid., § 1º.

7 Ibid., § 2º.

ferência paisagística da urbanização⁸. A última ação de proteção do patrimônio em relação às praças em estudo e seus entornos aconteceu com o tombamento do Palácio Marechal Floriano Peixoto em nível estadual em 2009.

Dentre os 28 tombamentos em Maceió desde 1988, 18 foram no Centro e, dentre estes, 5 protegeram edificações ou conjuntos relacionados às praças em estudo. Esta proporção demonstra a atenção dedicada pela administração pública ao entorno destas três praças. No entanto, o tombamento é restrito a edificações isoladas, com exceção de um único conjunto – o da Praça Marechal Floriano Peixoto.

Dentre as leis apresentadas, especificamente o estudo de *Requalificação do Centro* (MACEIÓ, 2001) é essencial a este trabalho por tratar especificamente da destinação dos espaços públicos e da necessidade de seu tratamento.

8 Ibid., § 3º.

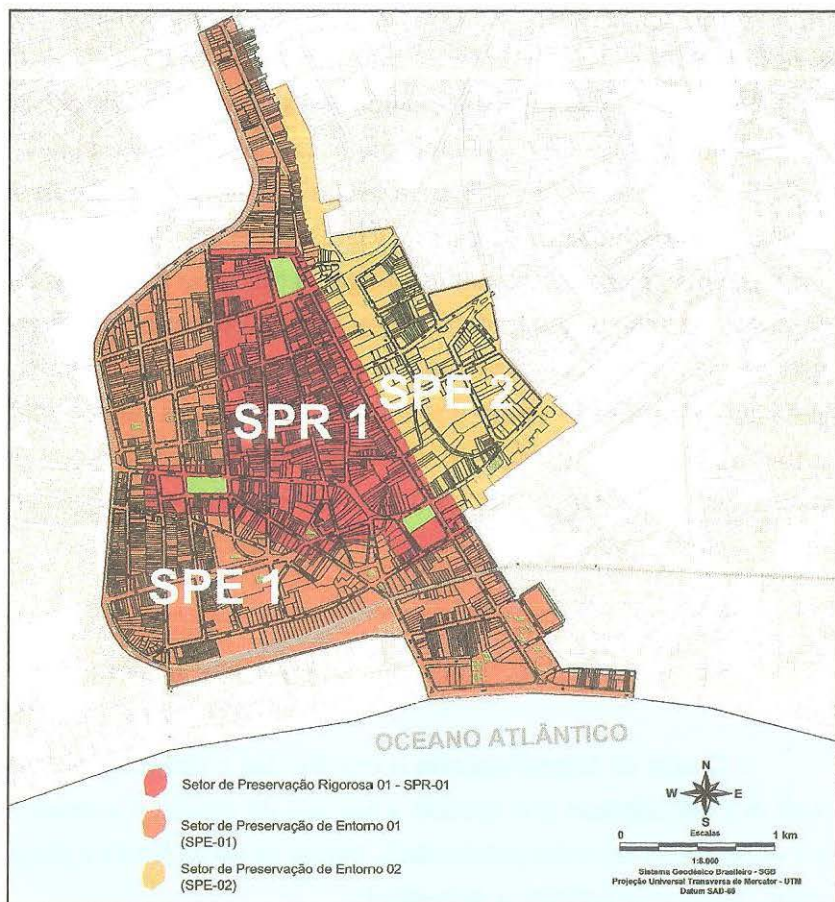


Figura 1: Centro – ZEP 2 (Centro) - Demarcação dos limites dos SPR 1 e SPE 1 e 2. A SPR 2 são edificações listadas no documento original. Praças destacadas em verde. Fonte: Sempla (2007), adaptado

A proposição 4 do estudo apresenta o “Reordenamento e Recuperação dos Espaços Públicos”, sendo um dos objetivos a “**recuperação das praças** e dos espaços públicos da área central **compatibilizando a sua memória histórico-cultural com a sua utilização atual**”, e uma das linhas de ação é a elaboração de “projeto de recu-

peração das praças e dos espaços públicos” (MACEIÓ, 2001, p. 49, grifo nosso).

Sendo as praças espaços urbanos que ajudam a contar a história do Centro através de seus elementos físicos, este trabalho objetiva realizar um estudo sobre a paisagem destas praças, com: a identificação de uma **qualidade** da praça, que é constituída de 1) identificação dos elementos físicos marcantes ao longo da trajetória físico-espacial da praça e 2) identificação da sua função na história; e o estabelecimento de orientações para a intervenção na praça, valorizando a qualidade identificada - para que futuras intervenções possam perpetuar a qualidade da praça - e seu significado histórico-cultural no contexto da ZEP - para as gerações futuras, sem que seja preciso engessar a configuração da praça e prejudicar o uso.

1.2 Praça: definição, benefícios e categorias de análise

O Centro de Maceió contém o registro das referências arquitetônicas e urbanísticas que contam a história da cidade. É composto por elementos com valor patrimonial, dentre os quais figura a praça, como citado pela prefeitura municipal:

(...) O traçado das ruas e largos, a disposição das igrejas, **as praças**, os prédios, são referências importantes na composição da nossa história. São espaços impregnados de significado e de informações, muitas delas ainda por serem identificadas (MACEIÓ, 2001, p. 14, grifo nosso).

A praça partilha, segundo Alex (2011), a classificação de espaço público com as **calçadas**, os **jardins** e os **parques** (ALEX, 2011, p. 11); espaço público este que são, por definição, (a) abertos, de maneira democrática, a todos, sem exceção (ALEX, 2011, p. 19) e são (b) centros sociais integrados ao conjunto urbano, (c) cujo valor se constrói por seus papéis na história da cidade nos tempos passado e presente, com uma configuração que correspondeu a um determinado ideal de vida urbana num momento histórico (ALEX, 2011, p. 23). A este entendimento, soma-se o discurso de Martins (2005, p. 157), que define os espaços públicos como (e) locais ou palcos de decisões políticas (MARTINS, 2005, p. 157).

Branco (1993) mostra a significação da praça na origem de sua nomenclatura: o latim *platea*, traduzida como lugar público e espaçoso (BRANCO, 1993, p. 5) e área de lazer e convívio social (BRANCO, 1993, p. 2).

A praça deve contribuir para a consolidação da cidadania, sendo espaço de todos, o lugar de convergência, reconhecimento e aceitação da **diversidade** (GONÇALVES et al, 2007, p. 5) – e deve abrir as possibilidades de apropriação, pois são as experiências que possibilitam aos sujeitos a ressignificação dos espaços, fazendo-os entender a importância das práticas para o desenvolvimento das relações sociais e levando a um maior envolvimento da comunidade na dinâmica das praças (GONÇALVES et al, 2007, p. 7). Quando tratadas com atenção e bem cuidadas, tornam-se elementos de organização da vida urbana, de orgulho e de educação intuitiva dos usuários como cidadãos. Segundo Liberalli:

(...) a ornamentação apropriada, a arborização ou ajardinamento, a designação dos nomes dados a essas praças públicas (...) servem de pedra de toque para se ajui-

zar do grau de educação pessoal, artística e cívica do povo; o que pode ser observado (...) pelo proceder das crianças, a compostura dos adultos e a satisfação que demonstram os velhos nestes logradouros, que devem ter o asseio e trato de verdadeiras salas de recepção.” (LIBERALLI, 1901, p. 179 apud SEGAWA, 1970, p. 70)

Identificamos os elementos de análise das praças a partir, primeiro, da condição que garante o uso do espaço – que precisa ser cumprida antes que ele possa abrir as possibilidades e cumprir seu papel como espaço público – o acesso – a partir do discurso de Alex (2009), que diz que o “O **acesso** é a condição primordial para (...) o uso de um espaço. Entrar em um lugar é condição inicial para poder usá-lo” (ALEX, 2009, p. 25, grifo nosso).

Stephen Carr *et al* classifica o acesso ao espaço público em três tipos: físico, visual e simbólico (ou social), sendo o acesso físico referente à ausência de barreiras para entrar e sair de um lugar, a localização das aberturas, as condições de travessia das ruas e a qualidade ambiental dos trajetos; o acesso visual, o que define a qualidade do primeiro contato do usuário com o lugar – o usuário percebe e identifica ameaças potenciais como procedimento instintivo antes de adentrar qualquer espaço; e o acesso simbólico ou social é referente à presença de sinais, sutis ou ostensivos, que sugerem quem é e quem não é bem-vindo ao lugar (CARR *et al*, 1995 apud ALEX, 2011, p. 25).

Não entraremos na discussão dos motivos pelos quais o usuário não adentra o espaço, mas considera-se, no momento da análise, a escolha de não acessar o espaço como escolha consciente e indicativo de que há motivos – sejam eles físicos, simbólicos ou sociais – que levam o usuário a evitar o espaço.

Uma vez satisfeita a condição primordial para o usuário adentrar o espaço, a ação posterior do usuário é o uso do espaço, pelo texto de Alex (2009, p. 25), que indica que “[v]erificar o **uso** do espaço é fundamental para revelar as necessidades dos frequentadores e assinalar pontos positivos e negativos dos lugares” (ALEX, 2009, p. 27, grifo nosso). O usuário se relaciona, na praça, com os elementos que compõem o espaço, e esses são os elementos que serão alvo da “análise de uso”, derivados do discurso de Marx (1980), que lista e os elementos do espaço público que devem ser alvo do zelo do projetista:

“O chão de todos é importante como o duma casa (...). O **calçamento**, portanto, importa na aldeia como na metrópole, na periferia como na zona central. Se falta, a grita é pronta; se satisfaz, o esquecimento é certo. Nas praças e nos jardins públicos há um **mobiliário** que responde ao momento de descanso ou de convívio. (...) Todos têm um fim utilitário notório que merece a carinhosa atenção do projetista, por serem guarnições que atendem a conquistas preciosas da vida na cidade. São dignos por isso – o que vem sendo ignorado – do melhor desenho, do melhor aspecto. Juntamente com o calçamento, representam os principais acessórios dos logradouros e – deve ser enfaticamente lembrado! – as suas primeiras e imprescindíveis obras de arte, os seus primeiros adornos (...)”. A obra de arte em si pode constituir um novo elemento de interesse e de carinho público. Passa a ser um componente da paisagem que as transformações urbanas pragmáticas e descuidadas, tão frequente em nossos dias, devem avaliar e respeitar seja como adorno, seja como reflexo da cultura co-

mum. (...) As **alegorias** revivem as ações marcantes, os passos coletivos, as lendas significativas” (MARX, 1980, p. 129-133).

Em observação, quando o autor usa o termo “calçamento”, refere-se ao **piso** da praça. Semelhantemente, quando fala em “alegorias”, refere-se aos **elementos artísticos** da praça – monumentos que são marcos da memória coletiva. Nestes dois casos, a terminologia será adaptada por entendermos ser termo mais genérico e levar a um entendimento mais direto quanto aos elementos referidos que a terminologia usada pelo autor. O termo **mobiliário**, suficientemente direto, será mantido como título de uma das categorias de análise.

A estas categorias são somadas a **vegetação**, por ser elemento presente em todas as praças estudadas, essencial ao uso da praça, pela sombra que fornece, no clima úmido de Maceió e, portanto, relevante à análise e as **edificações do entorno**, que definem o espaço da praça e se relacionam com ela. Assim, as categorias, adaptadas de acordo com os elementos presentes nestas praças, especificamente, resultam em: a) acessos; b) piso c) mobiliário; d) elementos decorativos; e) vegetação e f) edificações do entorno.

Se os elementos listados – componentes da praça - forem tratados com atenção pelo projetista, adequando-os às necessidades dos usuários, em teoria, este espaço pode exercer seu papel de promoção da cidadania. Entretanto, a tarefa que se coloca sobre os objetos deste estudo se complexifica diante da constatação de que estes são espaços que trazem consigo elementos da memória. Para que o valor dessas praças seja reconhecido, Braga (2003) afirma que é preciso que as praças sejam valorizadas e revalorizadas, ao longo do tempo, por gerações sucessivas (BRAGA, 2003, p. 9). Estas praças, presentes no Centro desde os primeiros anos da vila, passaram por diversas

reformas e continuarão a ser modificadas para atender às necessidades do tempo em que se inserem. Ao se tratar de um espaço que configura uma referência histórica, as alterações neste lugar devem preservar, independentemente da configuração que pode vir a ter, seu papel como elemento que ajuda a contar a história da cidade e devem relacionar-se harmonicamente com o entorno, que valoriza a praça e por ela é valorizado ao deixar claro os limites entre os espaços público e o privado.

Este trabalho propõe uma contribuição para a Requalificação Urbana do Centro de Maceió por meio de um estudo sobre a construção da paisagem destas praças – as três mais antigas do núcleo urbano – explicitando os elementos importantes e problemas dessas praças e, assim, abrindo espaço para intervenções diversas a partir do conteúdo aqui reunido.

Inicia-se, então, pelo estudo da memória destes espaços, partindo pelo levantamento das influências paisagísticas que guiaram a alteração das praças, no capítulo 2, e da trajetória físico-espacial das praças, no capítulo 3.

2. INFLUÊNCIAS DO PAISAGISMO: AMÉRICA, EUROPA E BRASIL

A praça tem um papel no passado e no presente da realidade em que se insere, com uma configuração que correspondeu a um determinado ideal de vida urbana num momento histórico (ALEX, 2011, p. 11). Os acontecimentos registrados na história levaram ao momento atual, com a configuração de praça que lhe é correspondente. Para compreender como as relações sociais e espaciais se refletem na praça maceioense nos momentos históricos que precedem o atual, é preciso ampliar a visão (LIMA JR, 2001, p. 15) e revisar a sequência histórica dos espaços que precederam e influenciaram a conformação da praça no contexto em que está inserida.

Para entender de que forma a praça nas cidades **brasileiras** – e, conseqüentemente, na cidade de Maceió – respondeu (e responde) às necessidades da sociedade local, é necessário investigar os espaços que influenciaram o surgimento e a conformação das praças públicas brasileiras e maceioenses quanto às suas funções – praças nas sociedades ocidentais americanas e europeias. Para tanto, este capítulo se estrutura em três partes que objetivam formar uma base para o entendimento das influências paisagísticas das reformas das praças de Maceió: 1. A exemplificação de que o espaço público ocidental americano foi, desde as primeiras civilizações, local de civilidade e de encontro: centro da vida em sociedade, nas sociedades pré-colombianas – incas, maias, astecas e indígenas brasileiras; 2. As sucessivas praças europeias que iriam configurar correntes paisagísticas e influenciar as praças brasileiras e maceioenses; 3. A explicitação das regras de implantação dos largos de origem portuguesa no Brasil, numa adaptação ao novo continente; e a forma como as influências paisagísticas europeias foram adotadas no Brasil e 4. Um breve histórico do surgi-

mento do povoado que daria origem a Maceió, e o levantamento, em ordem cronológica, da trajetória físico-espacial das praças em estudo, separadas de acordo com a tipologia que as influenciou.

2.1 Espaços de convivência na América pré-hispânica

Os espaços públicos das civilizações americanas existentes antes da colonização europeia apresentam semelhanças entre si, como ponto de convergência da vida pública, local de rituais e de comércio.

Nas civilizações politeístas pré-hispânicas – inca, maia e asteca –, a praça central marca o local mais importante da cidade: está associada aos rituais de adoração aos deuses, uniam templos religiosos e edifícios de figuras importantes ao seu redor: em Cusco, capital do **Império Inca** (século 12 d.C. – 16 d.C.) – hoje, Peru – a *Plaza de Haucaypata* (Figura 2) reúne em seu entorno os palácios das famílias dos incas do passado e presente. É o local onde tomaram forma as principais cerimônias do calendário inca (TAVERA, s/d). Na **antiga cidade maia** de Teotihuacán (século 1 a.C. – 12 d.C.), a *Plaza da Pirâmide da Lua*, na Figura 3 (AZEVEDO; MIRANDA, 2013), no México, dá acesso à pirâmide da Lua desde a Avenida dos Mortos, adicionando ao conjunto a dramaticidade necessária para a execução dos rituais religiosos (AZEVEDO; MIRANDA, 2013).

Em Tenochtitlán, atual Cidade do México, durante o **Império Asteca** (século 13 d.C. – 16 d.C.), o coração administrativo da cidade tinha seu espaço delimitado por uma grande praça – o Zócalo (Figura 4) que tinha como centro o Templo Maior (SOUSTELLE, 1987).

Nos costumes das aldeias indígenas do Brasil, desde a chegada dos colonizadores portugueses no século 17 até os dias atuais, o *pátio* é o centro da aldeia, ao redor do qual as ocas são construídas,

também centro das discussões políticas (BRANCO, 1993, p. 5) e local das cerimônias coletivas (ANTONIO et al, 2012, p. 60), ilustrado na Figura 5.

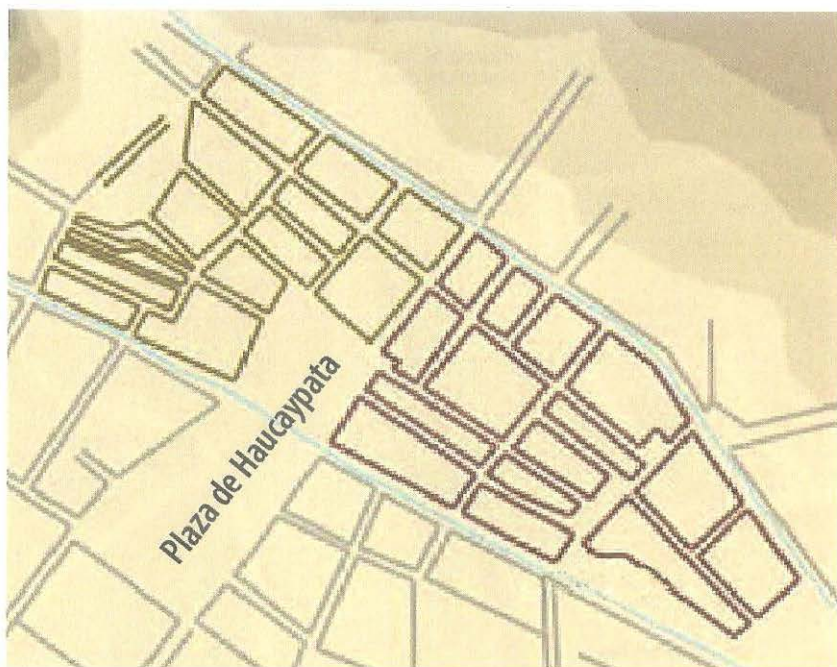


Figura 2: Planta da Plaza de Haucaypata, em Cusco, Peru

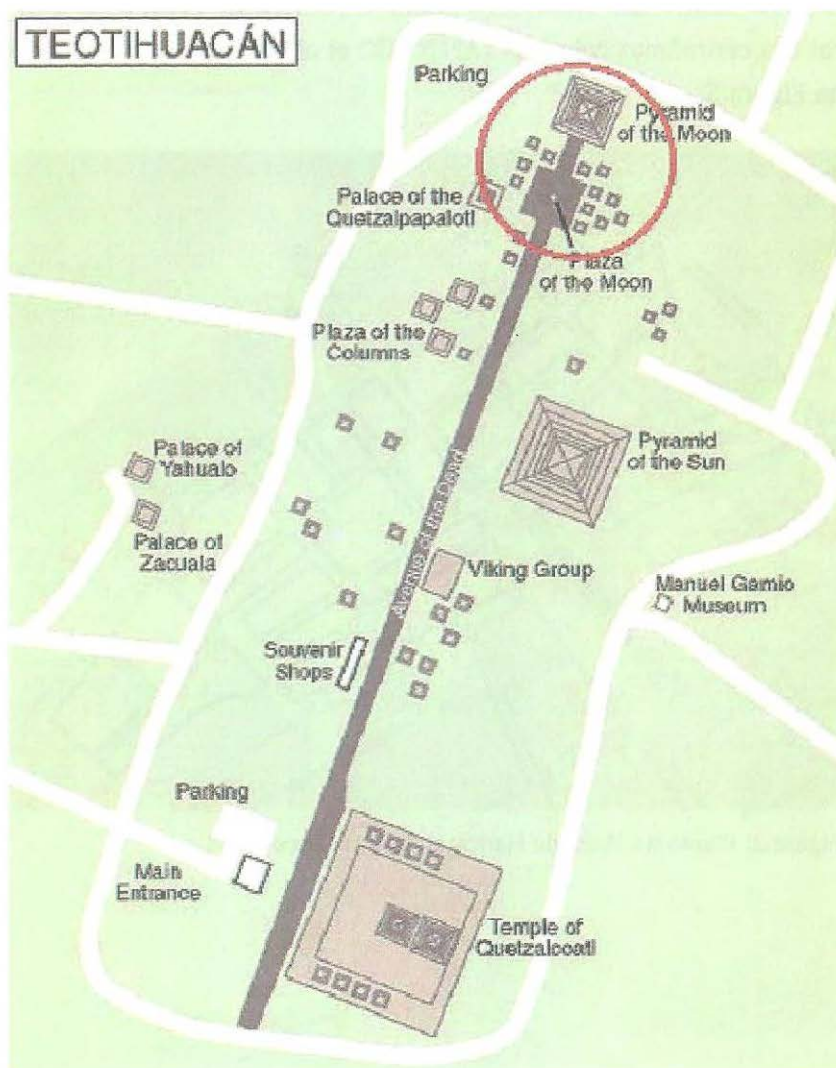


Figura 3: Planta da Plaza da Pirâmide da Lua, marcada em vermelho. Teotihuacán, México. Fonte: http://www.bibliotecapleyades.net/arqueologia/teotihuacan/esp_teotihuacan_a.htm

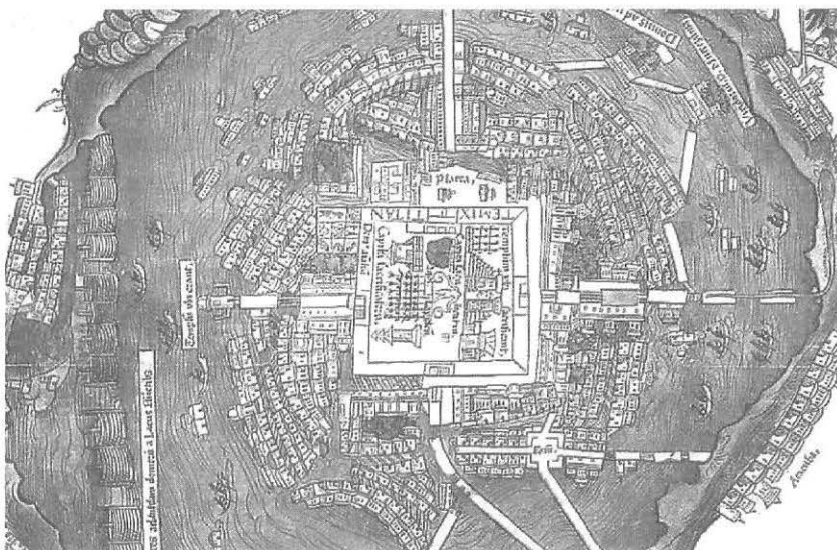


Figura 4: A Praça Central – Zócalo, na cor branca. Na ilustração, ao centro da ilha, na cidade de Tenochtitlán; hoje, Cidade do México. Fonte: <http://tectonicablog.com/?p=1672>



Figura 5: Ao redor do pátio central da aldeia, o arranjo das ocas. Fonte: Antonio et al (2012, p. 34)

2.2 Influências paisagísticas europeias

Concomitantemente ao desenvolvimento das civilizações pré-hispânicas, na Europa e Ásia Menor, a **Ágora grega**, segundo Funari (2002, p. 40), surgiu a partir do século 8 a.C. (FUNARI, 2002, p. 15), ficava na parte baixa da cidade, e era onde ficava o mercado: o local onde eram feitos os negócios e o povo se reunia para tomar parte em assembleias (p. 40). A Figura 6 mostra um exemplo de Ágora na cidade de Assos. Os gregos foram dominados pelo Império Romano entre os séculos 3 e 4 d.C. (FUNARI, 2002, p. 67), e na cidade romana, a **praça central levou o nome de Fórum**, local onde se reuniram as lojas, repartições e outros negócios (FUNARI, 2002, p. 89) até a queda do Império, em 476 d.C. (FUNARI, 2002, p. 19).

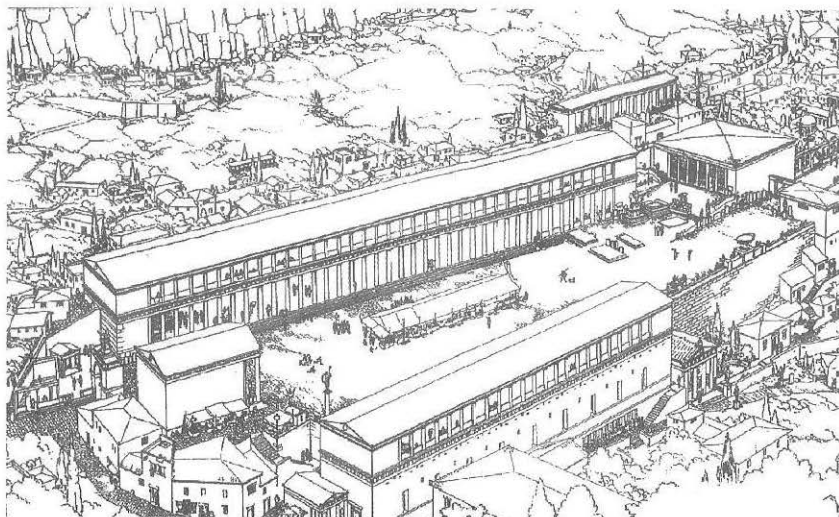


Figura 6: Ágora de Assos, Ásia Menor, século 2 a.C. Fonte: Ching (1998, p. 62)

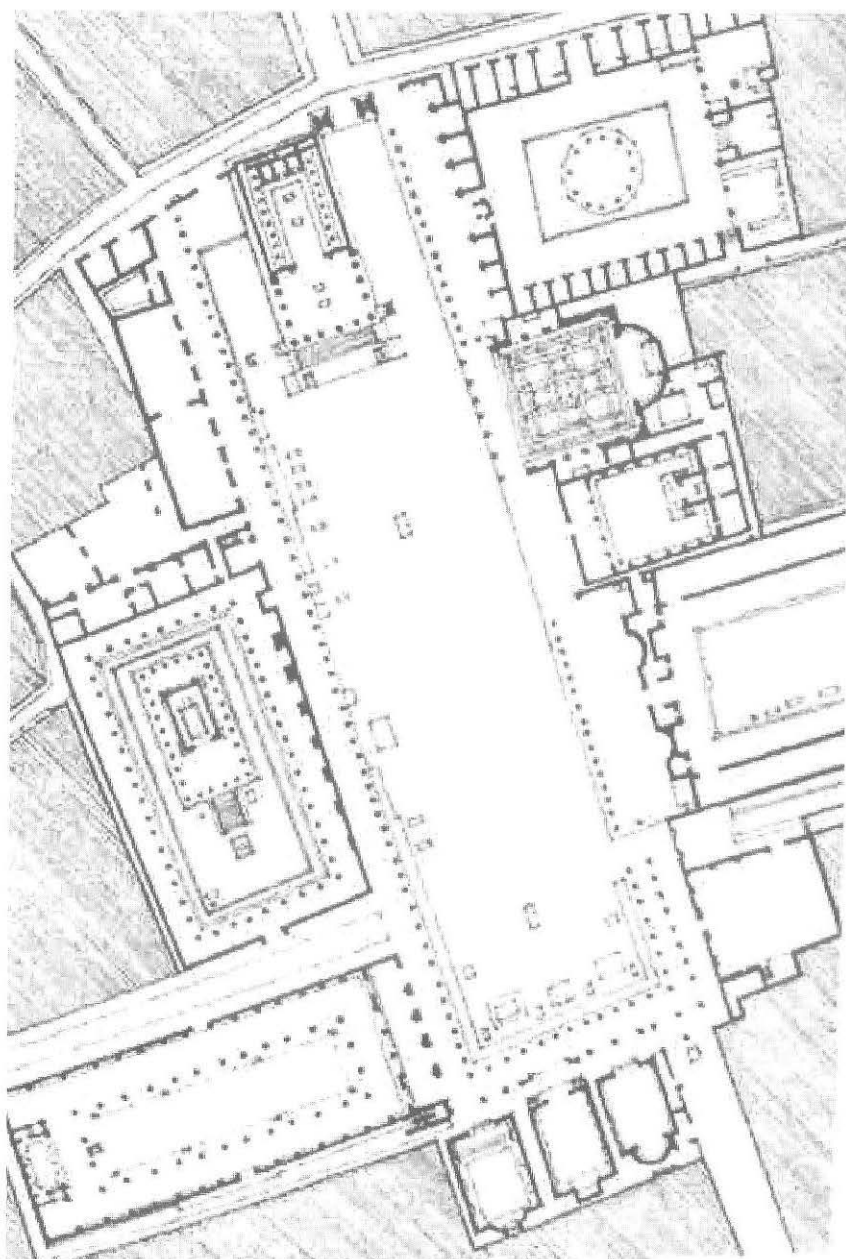


Figura 7: Fórum de Pompeia, século 2 a.C. Fonte: Ching (1998, p. 153)

A *Piazza del Campo* (século 13) é exemplo de praça italiana no final do período medieval e começo do Renascimento, um período em que a arquitetura tinha dimensões mínimas e a rua funcionava como extensão da casa, da oficina, do mercado e da praça (ALEX, 2011, p. 31). Colocada estrategicamente no centro geométrico da área ocupada, a *Piazza* tinha formato de trapézio de cantos arredondados, com medidas de 85 e 150 metros nas bases por 100 metros na altura (Figura 8), com um plano inclinado suave que transformava a praça em um grande anfiteatro direcionado ao Palácio Público (ALEX, 2011, p. 31). Compõe com esta configuração um local ideal para a realização de reuniões e cerimônias públicas, sendo um espaço aberto integrado ao tecido urbano (ALEX, 2011, p. 36).

Já no período renascentista, a *Plaza Mayor* de Madri (século 17 – 1617-1620) era um local austero e regular, “um cenário digno para festas e cerimônias” (CORREA, 1978, p. 41 apud SEGAWA, 1996, p. 37): um plano aberto retangular de aproximadamente 120 por 150 metros (Figura 9) que acomodava espectadores na ocasião de festejos populares, e que, na ausência das solenidades, tinha atividades intensas desempenhadas pelo comércio e pelos moradores dos pavimentos superiores das lojas do seu entorno, reunindo em si as funções de mercado, proclamações, execuções, delitos políticos, corridas de touros, autos de fé etc. (ALEX, 2011, p. 42) - “local para ficar ou passear, sem pretender ir a parte alguma” (GOMARIZ, 1999, p. 8 apud ALEX, 2011, p. 44).

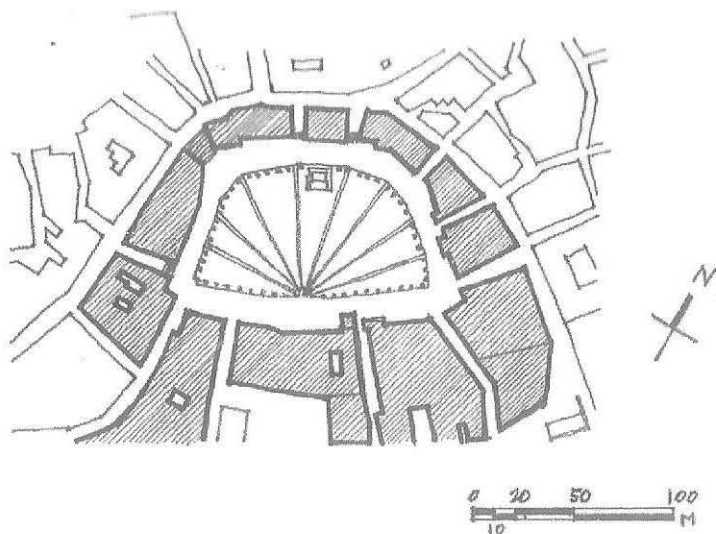


Figura 8: Leiaute da Piazza del Campo, em Siena (século 12), com onze acessos, fluxos multidirecionais e acesso exclusivo para pedestres. Fonte: Alex (2011, p. 36)

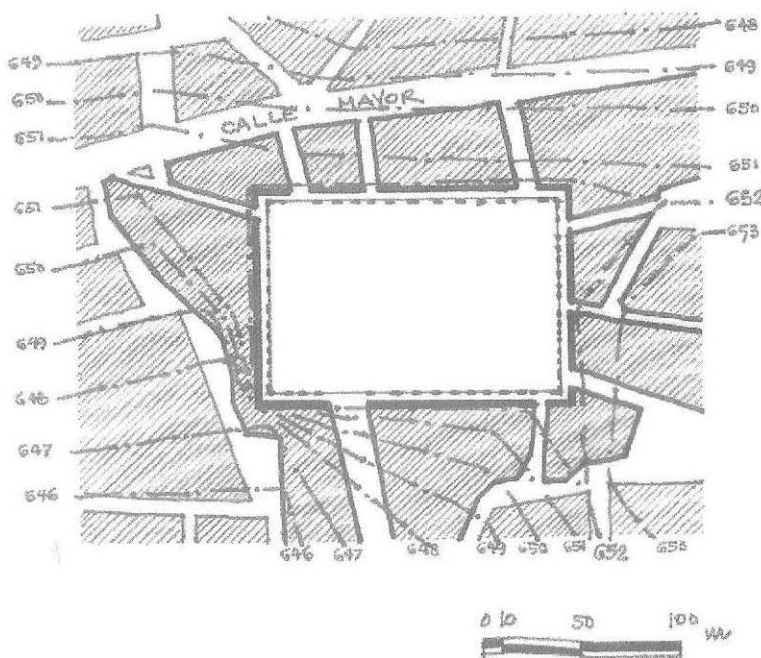


Figura 9: Leiaute da Plaza Mayor, em Madri, no século 17. Fonte: Alex (2011, p. 43)

A primeira praça renascentista monumental de Paris, a *Place des Vosges* (inaugurada em 1612) encerrava, em um entorno uniforme, um recinto fechado, solene e teatral – como um pátio palaciano de caráter privado separado do resto da cidade (ALEX, 2011, p. 48). Era um quadrado de aproximadamente 140 por 140 metros com apenas uma das cinco entradas de acesso direto (ALEX, 2011, p. 48), como mostra a Figura 10. Desprovida de monumentos a princípio, que se tornou o local ideal para a realização de espetáculos, reuniões públicas e torneios, foi um sucesso comercial em meio à nobreza, por ser considerada um símbolo de *status*, também chamada de *Place Royale*, indicando sanção do poder real (ALEX, 2011, p. 49). Ser-

viu ao propósito de anfiteatro privado, exemplo de praça reservada a residências de classe superior até 1639, quando foi transformada na praça da estátua equestre de Luis XII (ALEX, 2011, p. 49). A partir daí, ganhou um jardim geométrico e simétrico em torno da estátua, inaugurou o culto aos soberanos no espaço público na era moderna – século 19 até a metade do século 20 – e inspirou o surgimento dos jardins no centro das quadras londrinas (ALEX, 2011, p. 50).

No final do século 18, inspiradas na *Place dos Vosgues*, as *squares* com jardins ao seu centro se estabeleceram como alternativa de habitação elegante e exclusiva mais adequada ao estilo de vida londrino, que tem amor à privacidade (ALEX, 2011, p. 54). Na *square* (Figura 11), o jardim público da *place* se torna um pequeno parque delimitado por construções, de acesso exclusivo dos moradores e isolado da malha viária (ALEX, 2011, p. 58). A inclusão da natureza na cidade iniciada por estes espaços seria influência para a arquitetura e para os parques públicos do século 19 (ALEX, 2011, p. 57).

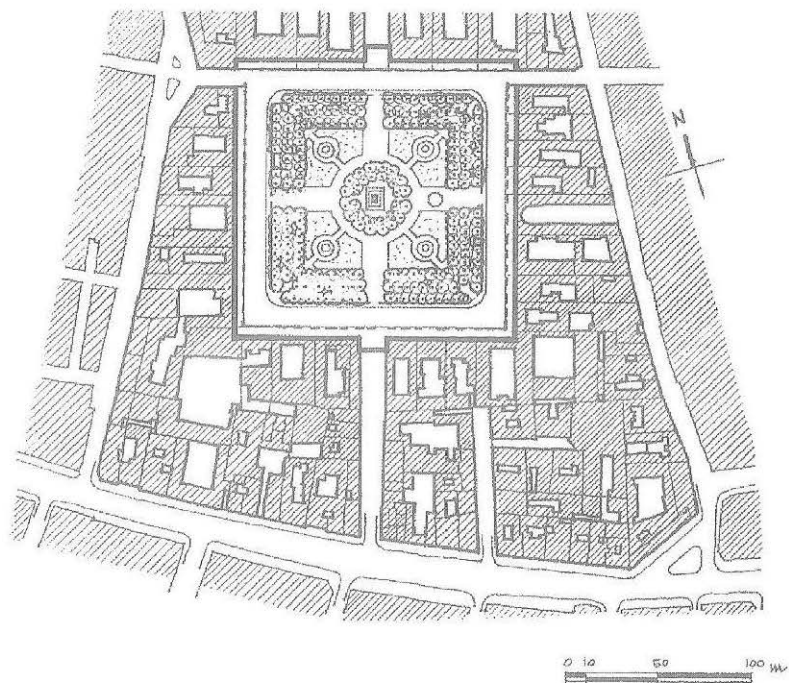


Figura 10: Leiaute da Place dos Vosges. Fonte: Alex (2011, p. 48)

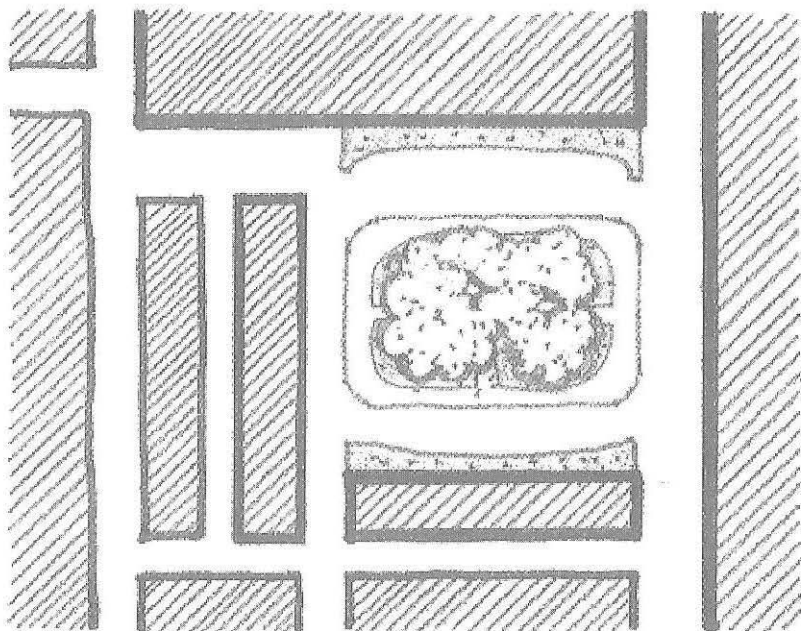


Figura 11: Leiaute de Belford Square, em Londres Fonte: Alex (2011, p. 58)

2.3 Praças no Brasil

Sobre a forma de implantação da cidade portuguesa, Teixeira (2010, p. 151) nos descreve o traçado como perceptivelmente regular, mas que se adapta à topografia, utilizando-se dela para torná-lo mais cômodo de usar e paisagisticamente mais interessante – numa combinação de heranças da tradição vernácula mediterrânea e da regularidade romana. Sendo as cidades portuguesas quase sempre costeiras, a escolha dos terrenos seguia duas condições: boas condições de porto natural e boas condições de defesa (TEIXEIRA, 2010, p. 148). Os terrenos costeiros escolhidos eram quase sempre acidentados, e

suas linhas naturais tornavam-se eixos estruturantes do núcleo urbano (TEIXEIRA, 2010, p. 149). Os pontos de divergência ou inflexão das linhas se tornavam praças e locais de implantação de edifícios singulares, para que eles se tornassem significativos também do ponto de vista da perspectiva urbana (TEIXEIRA, 2010, p. 158). Quanto à localização na cidade, podem estar de frente para o mar, ao longo da costa, à frente das igrejas – os *adros*; nas portas das muralhas – os *terreiros* ou *rossios*, na articulação de malhas urbanas e na inflexão de eixos estruturantes (TEIXEIRA, 2010, p. 152), com configuração mais aproximada do fórum e da *plaza* medieval que do jardim, como espaço desprovido de vegetação.

A colonização brasileira, embora seguindo os mesmos princípios de escolha de território para implantação do núcleo urbano (boas condições de porto e defesa), segundo Macedo e Robba (2003, p. 20), difere do modelo de assentamento português e assemelha-se à conformação da cidade medieval, que se desenvolve a partir da fundação de uma paróquia ou irmandade religiosa.

Nas vilas, em volta de uma capela são construídos o casario e as edificações, voltados para um espaço livre em frente ao templo (MACEDO; ROBBA, 2003, p. 19) – o *adro* ou *largo*. O casario é construído aos poucos e forma, através do alinhamento, ruas estreitas e tortuosas que convergem para a edificação central do assentamento (MACEDO; ROBBA, 2003, p. 21). Marx (1980) demonstra, em seu estudo sobre a formação da cidade brasileira, que, conforme a povoação cresce, o adro fortalece a sua relação com o templo (MARX, 1980, p. 50), atrai para seu entorno o melhor comércio e os mais importantes prédios públicos e residências, e se consolida como o mais importante polo da vila, centro da vida sacra e mundana (MARX, 1980, p. 19). Suas funções reúnem aquelas atribuídas aos diversos tipos de praça medieval (e portuguesa tradicional), englobando ativi-

dades sacras, profanas, civis e militares: locais de manifestação dos hábitos da população e de articulação entre os diversos estratos da sociedade (MARX, 1980, p. 22) – úteis à representação dos autos de fé (MARX, 1980, p. 50) e às manifestações de poder (MACEDO; ROBBA, 2003, p. 22).

Os espaços livres permaneceram como largos até o final do século 18, quando, sob a influência dos jardins vinda da Europa, foi construído o Passeio Público do Rio de Janeiro, destinado ao descanso e ao deleite do povo (MACEDO; ROBBA, 2003, p. 23).

Ao tempo de sua implantação, ainda inexistia uma classe burguesa semelhante à europeia que necessitasse de um espaço para “ver e ser vista”, e o Passeio Público se tornou vazio e inseguro (MARX, 1980, p. 24). Esta elite começou a surgir sob influências da Itália e França, que trouxeram o costume do “passeio” e do “corso” concomitantemente à reforma do Passeio Público, que ocorreu em 1862, na segunda metade do século 19 (MACEDO; ROBBA, 2003, p. 24). A planta do Passeio Público é apresentada na Figura 12.

Segundo Macedo e Robba (2003), a influência do paisagismo francês e italiano fez surgir no Brasil o gosto pelos jardins, com a valorização da vegetação, a proliferação de jardins nas residências, a abertura de jardins botânicos e a arborização das vias (MACEDO; ROBBA, 2003, p. 25), numa campanha de modernização, salubridade e embelezamento das cidades (MACEDO; ROBBA, 2003, p. 27).

Nesse momento, as praças mais importantes das cidades passam por reformas ordenadas sob projetos de paisagismo (MARX, 1980, p. 29) e passam a ser representadas socialmente por suas figuras e elementos mais significativos: canteiros ajardinados, fontes, quiosques e coretos (MACEDO; ROBBA, 2003, p. 11).

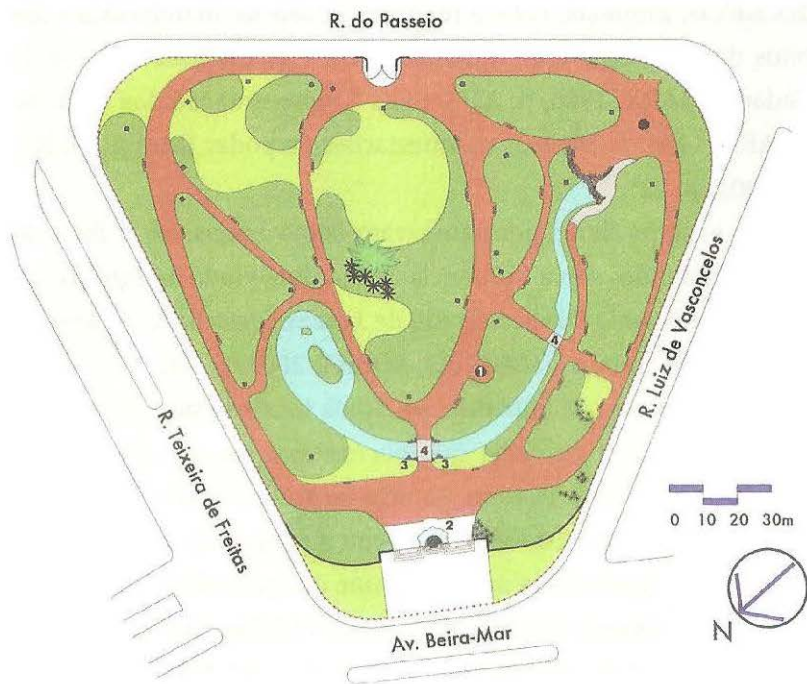


Figura 12: Passeio Público do Rio de Janeiro. Fonte: Macedo; Robba (2003, p. 77)

As praças deixam de ser, como no período colonial – adros, terreiros e largos de igrejas –, palco de atividades mundanas e religiosas e passam a ser, segundo Murillo Marx (1980), *praças ajardinadas*: um cenário voltado para o lazer contemplativo, a convivência da população e o passeio (MARX, 1980, p. 28-29). Funções antes desempenhadas pelo largo foram transferidas para outros espaços da cidade – o mercado foi transformado em edificação e as demonstrações militares são transferidas para as grandes avenidas (MACEDO; ROBBA, 2003, p. 29). Os autores dividem as intervenções nas praças no Brasil por sua época e características em comum em: Ecletismo, Modernismo e Contemporâneo. A tipologia da praça ajardinada é típica dos

projetos de paisagismo reunidos sob a classificação do **Ecletismo**, que engloba desde os jardins do final do século 18 até as praças das primeiras décadas do século 20 (MARX, 1980, p. 30).

O modelo de projeto das praças no Brasil permanece inalterado até o começo da década de 1950, quando, em razão do crescente número de automóveis, surge a necessidade de abertura de ruas para a passagem de veículos que alterou a relação entre a praça e a comunidade lindeira, e começa a tipologia moderna (MACEDO; ROBBA, 2003, p. 33).

A partir de então, as correntes paisagísticas passaram a ser concomitantes tanto nos espaços brasileiros quanto europeus, agora sem a necessidade de copiar os costumes europeus, mas com uma maior liberdade de arranjo, adaptando a influência ao espaço de acordo com a necessidade. Na cidade moderna, a partir de 1940 (MACEDO; ROBBA, 2003, p. 35), tanto na Europa quanto no Brasil, o lazer ativo – atividades esportivas e a recreação infantil – foi incluído no programa da praça. As novas tendências formais modernas, influenciadas por Burle Marx, Thomas Church e Garret Eckbo configuraram a linha **Modernista** de projeto paisagístico (MACEDO; ROBBA, 2003, p. 36), que rejeita as referências do passado, valoriza a vegetação nativa (MACEDO, 1999, p. 17) e propõe a estruturação formal e funcional do espaço da praça para a permanência e o bem-estar, em resposta a uma crescente urbanização e verticalização (MACEDO; ROBBA, 2003, p. 37).

Com a mudança do programa de uso das praças modernas, inicia-se a revisão dos conceitos dos espaços públicos urbanos, sendo, a partir de então, aceita uma maior liberdade na sua concepção – ponto de partida para os projetos da corrente **Contemporânea**. Nessa linha de projeto, a partir da década de 1990, usos de comércio e serviço antes atribuídos aos largos puderam ser retomados – e foram rein-

cluídos no programa; o intenso fluxo de pedestres nas áreas centrais pôde ser atendido com a criação de praças secas nas áreas centrais, e os projetos das praças puderam contribuir para a revitalização de áreas degradadas, atraindo público e investimentos (MACEDO; ROBBA, 2003, p. 41). Nestes projetos, desenhos arrojados, coloridos, cênicos, celebrando formas do passado são aceitos e propostos, incluindo equipamentos de diversos tipos e formas, como pórticos coloridos, colunas, ruínas e esculturas (MACEDO; ROBBA, 2003, p. 42).

As tipologias de projeto paisagístico foram influência para praças em todo o Brasil, incluindo as praças de Maceió. Após o breve histórico do surgimento e desenvolvimento do povoado, vila e cidade, os reflexos destas influências nas três praças estudadas serão retratados no capítulo 3, a seguir, na exposição da trajetória físico-espaial de cada uma delas.

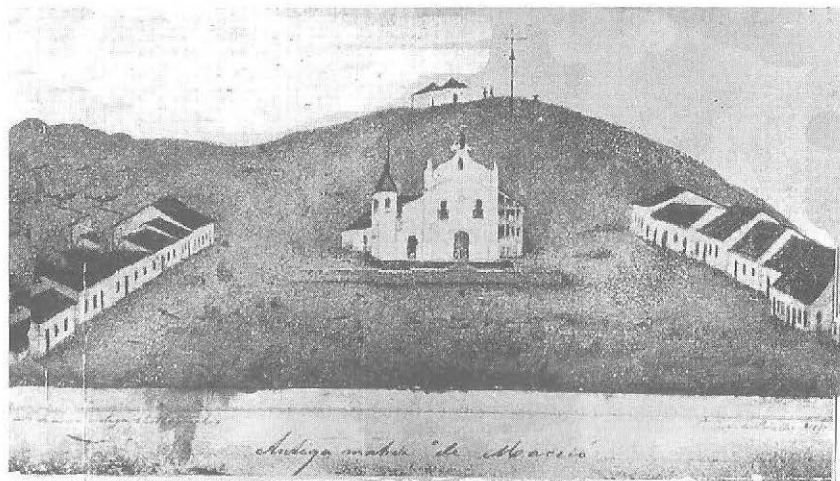
3. MEMÓRIA HISTÓRICO-CULTURAL

3.1 Maceió: breve histórico do surgimento do povoado

No contexto da colonização portuguesa no Brasil, iniciando a ocupação apenas no século 17, após a maioria das outras cidades coloniais do Brasil, segundo Robalinho Cavalcanti (2000, p. 2), o núcleo inicial de Maceió surgiu em razão de um engenho. Engenho este que ficava dentro dos limites da sesmaria de 1611 de Manuel Antônio Duro (COSTA, 1981, p. 8), no local onde está hoje a Praça Dom Pedro II (COSTA, 1981, p. 1). O nome Maceió vem do nome que os índios davam a um riacho da região: *Maçayó*, que significa “o que tapa o alagadiço” (BRAGA, 2003, p. 20).

A capela primitiva existiu até 1850, como matriz, quando foi demolida (COSTA, 1981, p. 9). A capela, o sítio *Maçayó* e as casinhas de palha dispostas ao longo de um espaço à frente da capela eram de propriedade do padre Antônio Ferreira da Costa (COSTA, 1981, p. 11) – mostradas na Figura 13. Era a célula *máter* do povoado (COSTA, 1981, p. 12). Há desconfiças de que o engenho teria sido localizado onde hoje está o Palacete Tavares Bastos⁹, onde funciona a Assembleia Legislativa (LEÃO, 2000, p. 48).

9 A discussão sobre o surgimento da cidade a partir do engenho - e os motivos do povoamento da área - é tratada em mais detalhe em: DUARTE, Abelardo. As características histórico-geográficas da cidade de Maceió. 1965. In: Revista do Instituto Histórico e Artístico de Alagoas. p. 13-Vol. XXXVI. Maceió: IHGAL, 1982-1983. Uma cópia da revista original está disponível na biblioteca da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento - Sempla.



Antiga Matriz de Maceió. Um pouco mais à frente começou a ser construída, em 1850, a Catedral atual, cuja inauguração foi presidida pelo Imperador D. Pedro II, em dezembro de 1859. Detalhes sobre a construção da atual Catedral na Revista do Instituto Histórico de Alagoas (primeiro volume).

Figura 13: Pintura do antigo núcleo inicial do povoado, espaço que corresponde, hoje, à Praça Dom Pedro II. Ao centro, a antiga Capela de São Gonçalo, e, de cada lado, residências térreas de propriedade da paróquia. Fonte: Costa (1981, p. 8)

Maceió permaneceu sob a condição de pequeno povoado até meados do século 18. Começa seu desenvolvimento a partir do século 19 (BRAGA, 2003, p. 21) à luz do comércio próspero, e, ao fim do regime colonial, já tinha certa importância mercantil, servindo de empório à zona do Vale do Mandaú e do Paraíba (COSTA, 1981, p. 12). A excelência do porto natural de Jaraguá trouxe um rápido crescimento do povoado, que foi elevado a vila já em 5 de dezembro de 1815 (COSTA, 1981, p. 23).

Assim como nas demais vilas (BRAGA, 2003, p. 22), as praças de Maceió surgem, em sua maioria, como largos de igrejas (BRAGA, 2003, p. 22). Dentre eles, neste momento, restringe-se o estudo aos seguintes largos (posteriormente, praças): 1. **Largo do Pelourinho**

(como era conhecido o espaço em frente à igreja Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres); 2. **Largo da Cotinguiba**, resultado do alargamento da rua de mesmo nome; e 3. **Largo dos Martyrios**, os três registrados no primeiro mapeamento realizado no povoado em 1820 e no mapa de 1841 (COSTA, 1981, p. 29), como se pode ver na Figura 14.

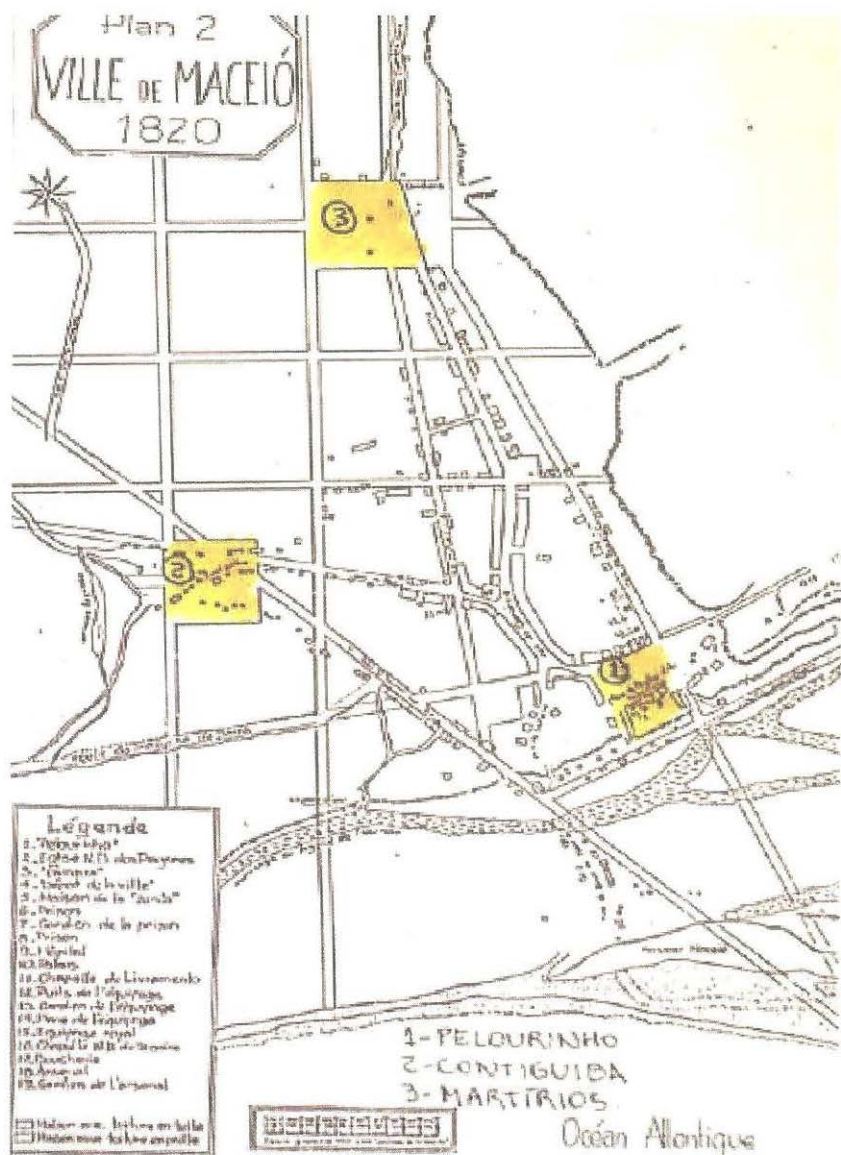


Figura 14: Largos existentes em Maceió em 1820, sendo: 1 o Largo do Pelourinho, 2 o Largo da Cotinguiba e 3 o Largo dos Martírios. Fonte: Branco (1993, p. 16), com largos destacados em amarelo por CASTRO, 1999, p.18

Por estarem presentes no levantamento de 1820, configuram os três espaços públicos – no entendimento de largos e praças – mais antigos do território maceioense que caracteriza o bairro Centro desde 1997. A ampliação do mesmo mapa mostra a configuração dos largos neste período em que Maceió era povoado.

3.2 Ecletismo, modernismo e contemporâneo nas praças de Maceió

A Vila de Maceió cresceu, a partir de então, pelo florescimento do comércio e da população (COSTA, 1981, p. 151). Em 1833, foi elevada a comarca e elevada a cidade sob o mesmo decreto (BRAGA, 2003, p. 21), e foi decretada capital da província em 3 de dezembro de 1839. Logo começaram os melhoramentos: sob a lei de 31 de março de 1857, a Câmara foi autorizada a plantar nas praças e estradas árvores frondosas (COSTA, 1981, p. 163), sinal das primeiras influências do embelezamento urbano que viria marcar as praças a partir da década de 1890. Neste período, a Praça Dom Pedro II ganha sua primeira intervenção e é o largo que passa a ser a primeira praça dentre as três que fazem parte deste documento (intervenção P1).

A partir de 1890, em Maceió, desdobram-se orçamentos para investimentos no espaço público e, entre 1910 e 1915 (DIEGUES JR, 1932 apud COSTA, 1981, p. 207), começam os melhoramentos e urbanização da cidade “para tirar os ares passadistas que tinha” (DIEGUES JR, 1932 apud COSTA, 1981, p. 200). Foram feitas intervenções com a abertura, o alargamento e o alinhamento de ruas; e a construção de praças, que, nesse período, mudam a sua imagem perante a sociedade (DIEGUES JR, 1932 apud COSTA, 1981, p. 201). A praça perde o “ar de coisa feia” que tinha, e a sociedade maceioense desfru-

ta, seguindo os passos do Rio de Janeiro, do desfile nos “jardins”, da construção de clubes e associações culturais e das atividades na rua com as festas da igreja, realizadas nas praças fronteiras (DIEGUES JR, 1932 apud COSTA, 1981, p. 203).

É nesse período que os dois outros largos em estudo ganham sua primeira reforma, passando a ser chamados de *praças*, e surgem em Maceió as praças chamadas de “ecléticas”. A este período, correspondem as intervenções P2, M1 e D1.

Uma segunda fase eclética foi o resultado da continuação do surto progressista de Maceió, que durou desde a década de 1890 até a décadas de 1930 e 1940, quando a zona residencial do bairro do Farol se amplia através da avenida Fernandes Lima e continuam a ser construídos edifícios públicos e instalados serviços para a melhoria da vida da população (DIEGUES JR, 1932 apud COSTA, 1981, p. 213). Este cuidado se estende às praças, ainda mantendo o caráter eclético, até o começo da década de 1940 (MACEDO; ROBBA, 2003, p. 33), predominando ainda o lazer contemplativo (p. 32). Neste período foram feitas P3 e P4, M2 e D2.

A partir da década de 1940, a derrubada de árvores, que abriu a cidade a uma maior incidência do calor do sol, influenciou a ocupação residencial do Farol e das zonas próximas ao mar e às lagoas, devido à ventilação mais fácil (DIEGUES JR, 1932 apud COSTA, 1981, p. 214). Por essa evasão das residências do Centro, este começa a assumir o papel de centro de comércio, com sua maior concentração na Rua do Comércio (DIEGUES JR, 1932 apud COSTA, 1981, p. 214).

Nesse período, sob influência do paisagismo moderno, os espaços públicos passam a englobar o lazer ativo como parte de seu programa de uso, principalmente as atividades esportivas e a recreação infantil (MACEDO; ROBBA, 2003, p. 35). Os espaços eram estruturados para a permanência, e não para o simples caminhar dos

transeuntes (MACEDO; ROBBA, 2003, p. 38), e a composição dos pisos, canteiros e vegetação criava espaços interligados que, ao mesmo tempo, atraíam e abrigavam o usuário junto a pequenos estares contemplativos ou recreativos (MACEDO; ROBBA, 2003, p. 98). Em Maceió, as influências se mostraram na forma de novos arranjos, novo mobiliário e na mudança de caráter dos espaços, que passam a visar o uso funcional e a permanência dos usuários no espaço da praça, na forma das intervenções P5 e P6, M3 e D3 a D9.

A partir da década de 1970, o surgimento de novas áreas de lazer e comércio nos bairros litorâneos levaram à descentralização do comércio em Maceió (BRAGA, 2003, p. 79). Apesar do surgimento de equipamentos em outros bairros, o Centro se mantém como centro administrativo, institucional e comercial da cidade.

As intervenções de caráter contemporâneo a partir da década de 1990 nas praças de Maceió trouxeram poucas mudanças formais com caráter de melhoria ao espaço legado do período 1960 – 1980. Notável é a inclusão de bancas de revista nas praças – reintroduzindo o uso comercial. Neste período, que se estende até a presente data, aconteceram as intervenções P7 e P8, M4 e D9 a D12.

A construção das trajetórias físico-espacial das praças no item a seguir apresenta as mudanças espaciais que levaram à configuração das praças em 2014. A partir dela, no item a seguir, a análise objetiva identificar os elementos marcantes que permaneceram ao longo do tempo e as caracterizam – para compor a *qualidade* de cada uma.

3.3 Intervenções nas praças

3.3.1 Praça Dom Pedro II

LARGO DO PELOURINHO: P0

O *Largo do Pelourinho*, presente no primeiro levantamento de 1820, já reunia, desde esta época, em seu entorno os edifícios mais importantes do povoado. A ampliação do mapa na Figura 15 apresenta o Pelourinho (10) – mandado instalar em 1817 como condição para a elevação do povoado a vila e assinalado na legenda desta planta como não mais existente; a Matriz Nova de Nossa Senhora dos Prazeres, mesma capela primitiva do engenho, sob novo nome (8), a casa de Câmara (b), o Armazém do Almojarifado (c), Casa da Junta (d), Calabouço (i), Hospital (n) e a Cadeia (m) (LEÃO, 2010, p. 53). Até então, o largo, delimitado pelos edifícios e cujo acesso se dava a partir das ruas também delimitadas pelas construções, segundo a representação em planta (IHGAL, 1841), era desprovido de vegetação e de mobiliário. As edificações de seu entorno, de interesse público da povoação, ocupavam o espaço que seria tomado, posteriormente, por outros edifícios de importância para a vila. Infelizmente, a planta não apresenta escala gráfica, o que dificulta a comparação com as plantas posteriores.

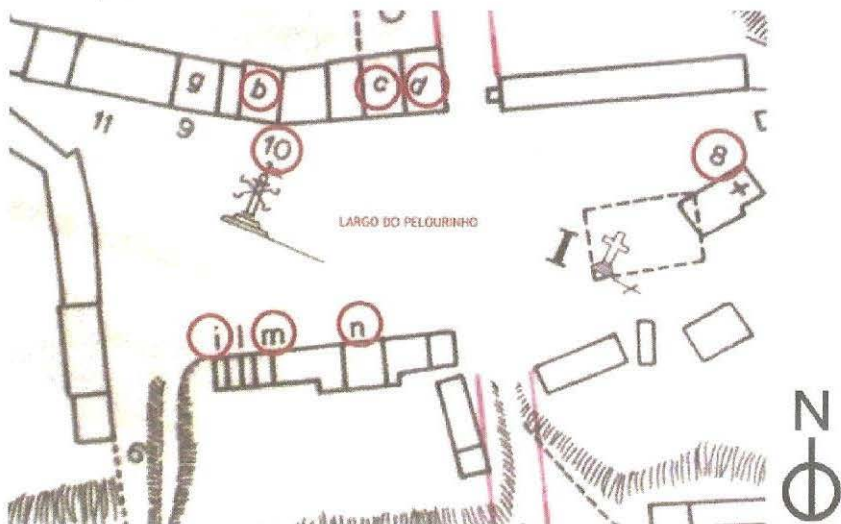


Figura 15: Planta do Largo da Capela com Pelourinho ao centro, mais tarde denominado Praça Dom Pedro II. No mapa original, a legenda indica, por ordem de leitura na figura, da direita para a esquerda e de cima para baixo: g – Trem Real; b – Casa da Câmara; c – Armazém do Almoxarifado; d – Casa da Junta; 11 – Largo do Pelourinho; 9 – Rua da Igreja; 10 – Pelourinho (já não existe); 8 – Igreja de N. S. dos Prazeres; i – Calabouço; l – Casa da Gda da Cadêa; m – Cadêa; n – Hospital; e 6 – Ladeira e barroca do Calabouço. A letra “I” não tem correspondente na legenda, mas há, na legenda, uma letra “L”, cuja legenda indica “Igreja Matriz Nova de Nossa Senhora dos Prazeres”. Fonte: Ihgal (1841 (cópia) apud LEÃO, 2010, p. 53)

PRIMEIRO LARGO A SE TORNAR PRAÇA: P1

O primeiro dos largos a se tornar praça foi o *Largo do Pelourinho*, através da intervenção P1. Desde o registro do primeiro mapa, o entorno do largo mudou, e os edifícios indicados foram substituídos por outros: o Palacete Tavares Bastos (Assembleia), de 1853 (LEÃO, 2010, p. 66), foi construído tomando o quarteirão ocupado

pelas construções a sul do largo e a “Administração dos Correios” substituiu as construções a norte do largo com sua pedra lançada em 1872 sob projeto do engenheiro Carlos Mornay com sua configuração original em apenas um pavimento (LEÃO, 2010, p. 77). A capela do povoado havia sido substituída pela Matriz hoje existente, tendo sua pedra lançada em 1840 (LEÃO, 2010, p. 60).

Os elementos adicionados nesta intervenção – motivada pela inauguração da nova Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres em 1859 (AUBERT et al, 2013, p. 3) – destacam duas das edificações do entorno: a Igreja Matriz, indicada pela verticalidade das palmeiras imperiais e mostrada na fotografia da Figura 17 (AUBERT et al, 2013, p. 6) e a Assembleia Legislativa, indicada pela posição da estátua de D. Pedro II, com o rosto voltado para o palacete (mostrada na fotografia da Figura 17 p. 70), feita em mármore e inaugurada em 31 de dezembro de 1861 – o primeiro e mais alto monumento erigido em Maceió segundo Vassalo Filho (2001, p. 47).



Figura 16: Igreja Matriz construída em substituição à capela.

Fonte: Cardoso (1908)

A partir de então, recebeu o nome de **Praça Dom Pedro II**, e passou a ser conhecida como *Praça da Assembleia* (LEÃO, 2010, p. 2). Nesta visita, o imperador ficou hospedado no Palacete do Barão de Jaraguá, localizado na face sudoeste da praça, em frente à Matriz, e concluído em 1849 (ROBALINHO CAVALCANTI, 1998, p. 250 apud LEÃO, 2010, p. 62), que ganhou o título de Paço Imperial. A configuração da praça, desenhada por Leão (2010) a partir de fotografias, com as quatro palmeiras enfileiradas, direcionando o olhar à igreja e a estátua nova inaugurada em meio ao gramado e às árvores no espaço cercado de gradis com alvenaria, pode ser observada em planta na Figura 18 e no postal da Figura 19.

Nesta época, a sede do Palácio do Governo era localizada próximo à esta praça, no entorno do local chamado de “Bôca de Maceió”, atual Praça dos Palmares, num edifício de três pavimentos (Figura 20), cuja localização mostra a planta adaptada por Leão (2010) a partir do levantamento de Robalinho Cavalcanti (1998) na Figura 21.



Figura 18: P1 – Praça Dom Pedro II – Planta baixa da primeira intervenção, no fim do século 19. Fonte: Leão (2010, p. 83), com adição dos nomes das vias pela autora

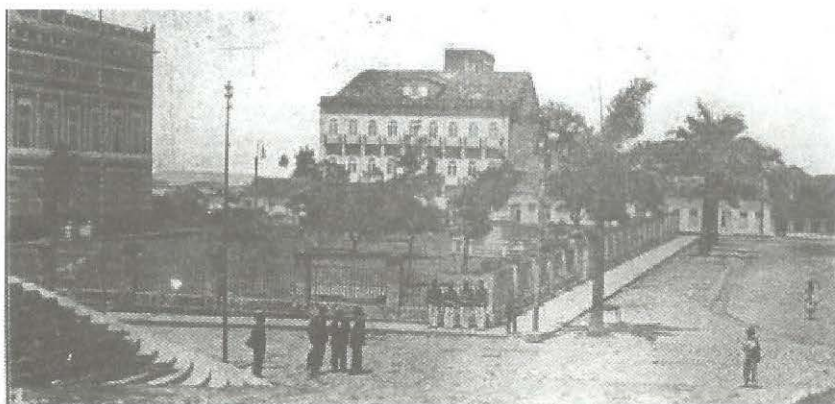


Figura 19: P1 – Praça Dom Pedro II – Cartão-postal de circulação entre 1905 e 1911, mostrando a praça com gradil, palmeiras e algumas árvores. Ao fundo, o Palacete do Barão de Jaraguá e, à esquerda, a Assembleia Legislativa. Fonte: Campello (2009, p. 76 apud LEÃO, 2010, p. 83)



Figura 20: Entorno da atual Praça dos Palmares, com Palácio do Governo em edifício de três pavimentos à direita da fotografia. Fonte: APA (s/d)

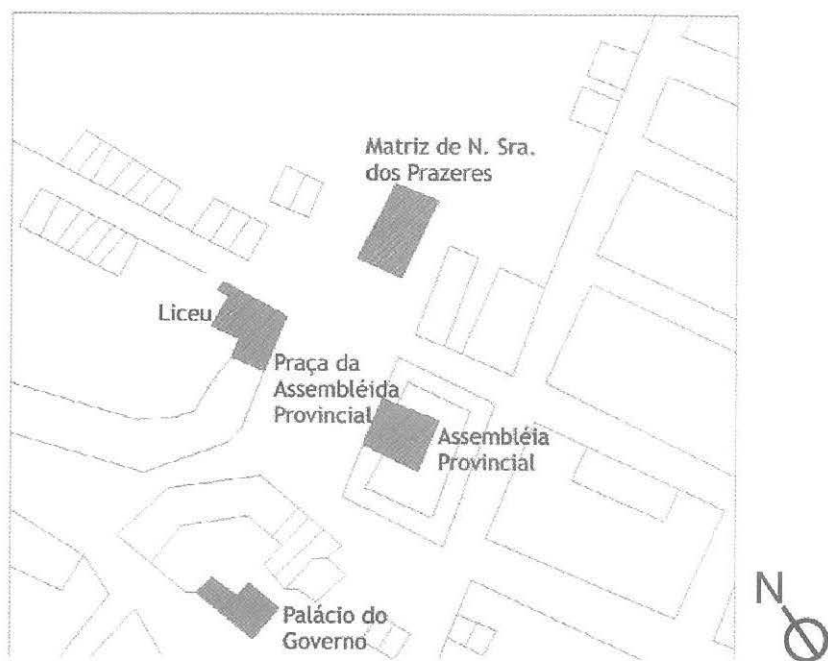


Figura 21: Localização do Palácio do Governo em relação à Praça Dom Pedro II, com os edifícios importantes marcados em azul. Fonte: Robalinho Cavalcanti (1998, p. 277, tratado por LEÃO, 2010, p. 75)

PRAÇA DOM PEDRO II ECLÉTICA I: P2

Na primeira fase do ecletismo em Maceió, a Praça Dom Pedro II passou por um reordenamento de influência eclética: P2. Nesta intervenção, os edifícios importantes do entorno, antes sutilmente indicados pelos elementos verticais colocados no espaço do antes largo – que são mantidos –, são destacados também pelo piso e desenho dos canteiros. O traçado passa a ser configurado em 2 (dois) eixos perpendiculares: um que liga a Matriz ao Sobrado do Barão de Jaraquá; e outro que liga a Assembleia à sede da Administração dos Correios, passando pela estátua de D. Pedro II (LEÃO, 2010, p. 86); ambos

com aberturas ao final e na intersecção entre eles - e reforçados em suas porções mais estreitas por mobiliário reto, e na intersecção por quatro palmeiras imperiais. Às 4 (quatro) palmeiras imperiais que marcavam, na configuração anterior, a Igreja Matriz, são adicionadas mais 2 (duas) – que agora somam 6 (seis). A nova configuração é ilustrada a partir de fotografias, em planta, por Leão (2010) na Figura 22, e nas fotografias da Figura 23 e da Figura 24.



Figura 22: P2 – Planta baixa da Praça Dom Pedro II no início do século 20 com eixos perpendiculares marcando os edifícios do entorno, a estátua do D. Pedro II direcionando à Assembleia, 6 (seis) palmeiras direcionando à Igreja Matriz; e 4 (quatro) palmeiras e mobiliário acompanhando a marcação dos eixos. Fonte: Leão (2010, p. 88), com adição dos nomes das vias e da escala gráfica, e modificação do norte pela autora



Figura 23: P2 – Praça Dom Pedro II - Intervenção de caráter eclético na Praça Dom Pedro II com dois eixos perpendiculares marcados pelo piso e canteiros, quatro palmeiras marcando o centro dos eixos e a estátua de D. Pedro II à direita da fotografia. Fonte: Misa (1908)

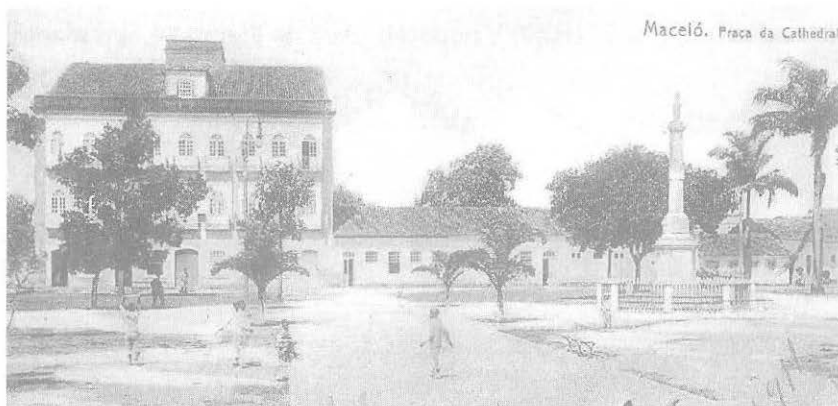


Figura 24: Praça Dom Pedro II – Cartão-postal mostrando uma carroça na Praça Dom Pedro II no início do século 20, a estátua de D. Pedro II à direita da imagem, quatro palmeiras na intersecção dos eixos, o Palacete do Barão de Jaraguá e a residência térrea que viria a ser substituída pelo Parque Hotel ao fundo. Fonte: Ihgal (1911)

PRAÇA DOM PEDRO II ECLÉTICA II: P3 E P4

Ainda na primeira metade do século 20, na segunda fase do ecletismo em Maceió, a Praça Dom Pedro II sofreu alterações. A primeira delas, P3, outros elementos são adicionados quebrando a força dos eixos, mas mantendo a sutilidade na indicação das edificações mais importantes do entorno. Os canteiros com gramado que marcavam os eixos foram diminuídos e diluídos em função dos caminhos cimentados (LEÃO, 2010, p. 95) – o que desfez o traçado dos eixos marcados. Entretanto, as palmeiras em número de 6 (seis), alinhadas com a rua 2 de Dezembro, permanecem indicando a Igreja Matriz – como mostra a Figura 25, as 4 (quatro) palmeiras ao centro permanecem marcando a intersecção dos eixos; e foram construídos quiosques no espaço da praça, em frente à Assembleia, um de cada lado, centralizando-a e destacando-a, como mostram a Figura 25 e a Figura 26 – reforçando a referência que a estátua de D. Pedro II faz à edificação. A partir das fotografias, a configuração da praça resultante foi desenhada por Leão (2010) e pode ser vista na Figura 27, em planta.



Figura 25: P3 - Praça Dom Pzedro II nas segunda década do século XX, com as palmeiras da intervenção P1 direcionando o olhar à Igreja Matriz e quiosques adicionados nesta intervenção. Fonte: Misa (1918)



Figura 26: P3 – Coretos na Praça D. Pedro II, vegetação em topiaria, inserida por volta de 1940. Palmeiras na porção direita da fotografia. Fonte: Misa (1920)

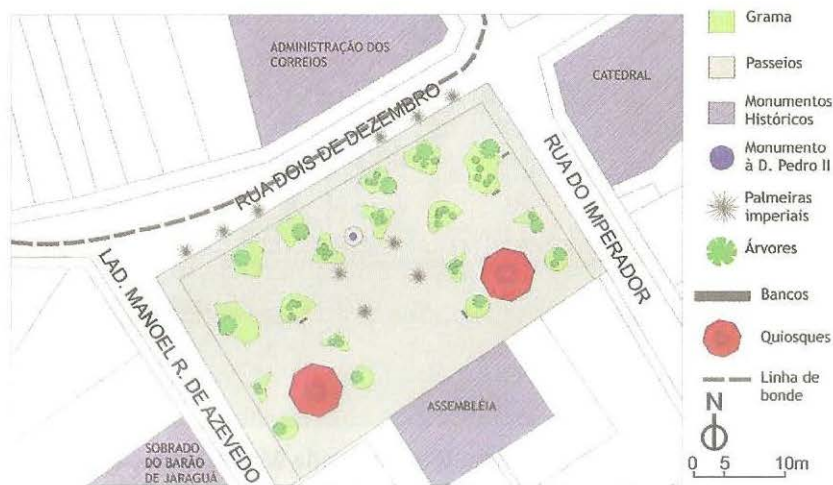


Figura 27: P3 – Planta Baixa da Praça Dom Pedro II na primeira metade do século 20. Traçado com predominância de espaço pavimentado, canteiros diluídos e eixos marcados pela presença das palmeiras em sua intersecção. Fonte: Leão (2010, p. 97), com adição dos nomes das vias pela autora

Na P4, segunda intervenção da segunda fase do ecletismo, ainda no século 20, a praça tem seu espaço alterado de forma mais intensa. O equilíbrio dos elementos que ligam a praça às duas edificações mais importantes do entorno – a Assembleia e a igreja – é abalado em favor da Assembleia, pela abertura de duas vias de automóveis diagonais, que direcionam para esta edificação a partir da rua 2 de Dezembro e uma terceira via, ligando estas duas novas, paralela à fachada da Assembleia (Figura 28). As vias abrem, na delimitação do espaço da praça, os acessos ao Palacete Tavares Bastos, permitindo a circulação de veículos até a fachada da edificação e destacando este edifício acima dos outros do entorno – e os bancos passam a ser alinhado com estas novas vias. A nova configuração desfavorece, quanto ao direcionamento dos elementos da praça, a Igreja Matriz,

tanto pela abertura das vias como pela retirada das 6 (seis) palmeiras imperiais alinhadas com a rua 2 de dezembro. O espaço da praça é, então, seccionado em 3 (três), resultando em uma seção trapezoidal maior no centro e 2 (duas) triangulares nas extremidades. São mantidos os eixos perpendiculares, com continuidade nas seções menores da praça, delimitados por canteiros de grama e arbustos (LEÃO, 2010, p. 100); e um espelho d'água marcando a interseção entre os eixos da seção central, em substituição às 4 (quatro) palmeiras antes existentes (Figura 29 e Figura 32). Ganha também um recuo para criar uma faixa de desaceleração na rua 2 de Dezembro para um possível ponto de ônibus na praça – ainda não existente como mobiliário –, o que garante a esta rua uma largura mais uniforme; e uma bomba de gasolina, como mostra, em planta, a Figura 30.

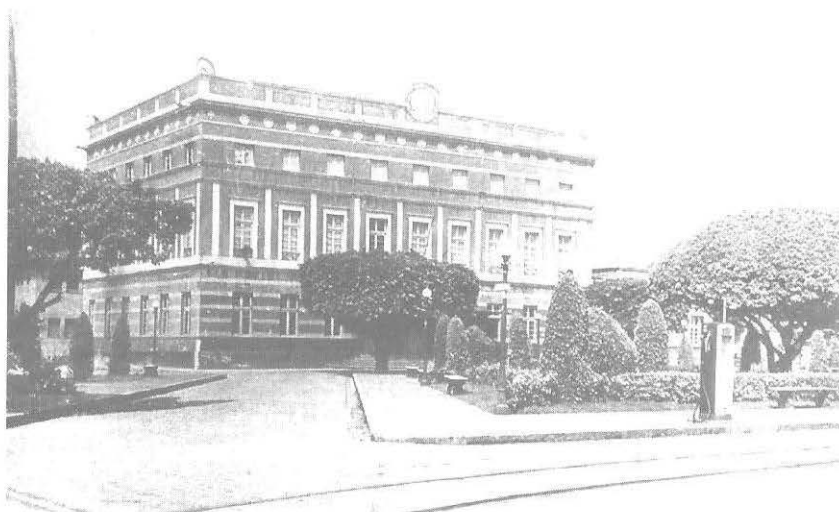


Figura 28: P4 – Uma das ruas diagonais de acesso ao Palacete da Assembleia abertas nesta intervenção, na primeira metade do século 20. Nota-se, na praça, a vegetação em topiaria nas porções da praça e a bomba de gasolina à direita da fotografia. Fonte: Misa (1950)



Figura 29: P4 – Praça Dom Pedro II com fonte na intersecção entre os eixos, luminárias retas, bancos acompanhando os eixos e Parque Hotel ao fundo, na segunda metade do século 20. Fonte: Misa (s/d)

Em época posterior à intervenção P4 na praça, segundo Leão (2010), a ladeira em frente à Catedral (rua do Imperador) foi rebaixada para a construção da escadaria da igreja (LEÃO, 2010, p. 104) e foi instalada uma balaustrada de proteção na praça com escadaria que garantia acesso, a partir da escadaria da Igreja, a uma das seções triangulares da praça, fortalecendo, assim, a ligação entre a praça e a igreja, embora a Assembleia ainda fosse priorizada pelo traçado diagonal das vias.

No entorno, o Parque Hotel, marco da hotelaria moderna, foi construído ao lado do Sobrado do Barão de Jaraguá, substituindo uma casa térrea, em 1957 (LEÃO, 2010, p. 101) – Figura 29.



Figura 30: P4 – Planta baixa da Praça Dom Pedro II na primeira metade do século 20. Fonte: Leão (2010, p. 104), com adição dos nomes das vias pela autora

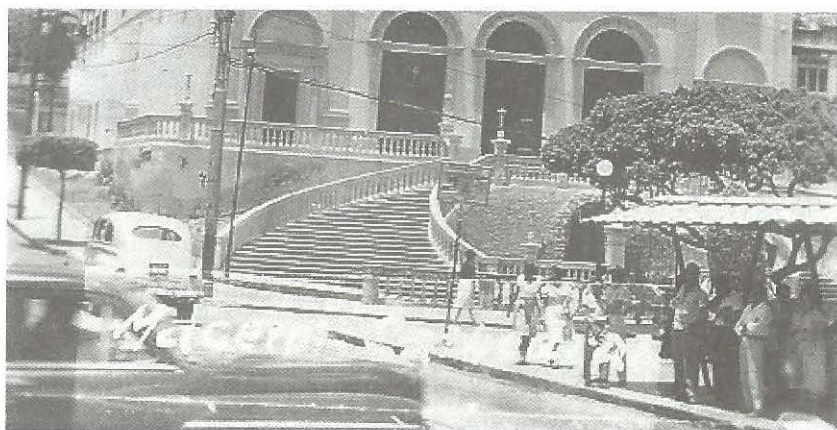


Figura 31: P4 – Abrigo de ponto de ônibus em ferro na rua Dois de Dezembro (hoje, rua Eustáquio Gomes de Melo II) à direita da fotografia e, ao fundo, a nova escadaria da Matriz Metropolitana. Fonte: Ihgal (s/d)

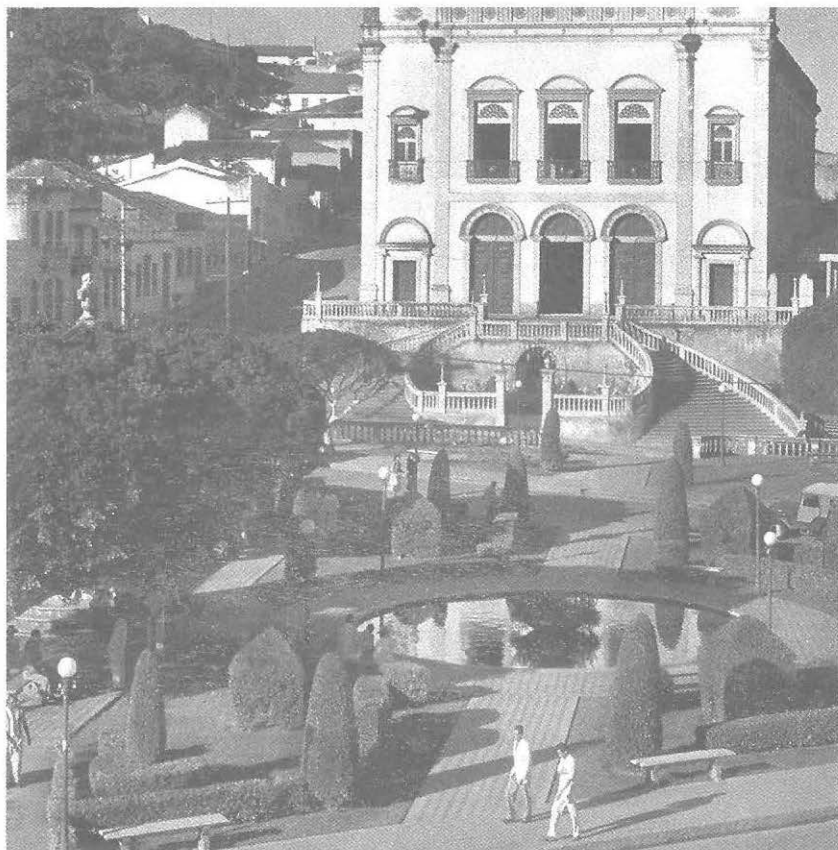


Figura 32: P4 – Visão geral da Praça Dom Pedro II. Canteiros com vegetação arbustiva, eixos marcados com caminhos em pedra e espelho d'água na interseção entre eles. Igreja Matriz ao fundo. Em primeiro plano, uma das vias que dividiram a praça em três. Fonte: Misa (1950)

PRAÇA DOM PEDRO II MODERNA: P5 E P6

De inspiração moderna, as modificações da intervenção P5 (não se sabe ao certo a data) aparecem no levantamento realizado pela Superintendência Municipal de Obras e Viação (Sumov), da Prefeitura Municipal em 1982 (LEÃO, 2010, p. 106) – Figura 33. Nesta

intervenção, o direcionamento mais intenso em relação à Assembleia Legislativa é amenizado com a alteração da configuração da praça; este espaço não é recuperado pela praça – que passa a destinar parte de sua delimitação ao cumprimento de funções destinadas à Assembleia e tem sua ligação com a Igreja Matriz prejudicada pelo espaço que passa a separá-las. As ruas diagonais são fechadas: a porção central da praça permanece com vegetação em canteiros quadrados e mantém a continuidade (do registro) dos eixos, modificada do formato trapezoidal para um formato aproximadamente quadrado (Figura 34). A praça ganha uma calçada mais larga na rua 2 de Dezembro, com um maior recuo dos canteiros. Os bancos, se houve, não foram registrados pela autora (LEÃO, 2010, p. 107) porque não foram representados na planta original (SUMOV, 1982) – e o ponto de ônibus preexistente ganhou uma cobertura em concreto (Figura 35). Nesta intervenção, 2/3 (dois terços) do espaço original da praça passam a ser destinados ao uso como estacionamento da Assembleia Legislativa (LEÃO, 2010, p. 106) – que mantém os acessos livres a partir dos estacionamentos e da via que separa a praça da Assembleia. Palmeiras para direcionar o olhar à igreja são novamente inseridas no espaço da praça, em número de 15 (quinze), sendo 12 (doze) delas enfileiradas para enquadrar a Matriz.

Quanto ao elemento que marca o encontro entre os eixos, algumas fotografias mostram o mesmo espelho d'água instalado na intervenção P4 – das quais é exemplo a Figura 37, enquanto outras mostram um canteiro baixo – como a Figura 34. Já a planta de levantamento da Sumov, adaptada por Leão (2010, p. 107), na Figura 33, demonstra ausência de qualquer marcação, enquanto todas mostram claramente o formato quadrado da praça: uma boa sugestão para um estudo posterior mais aprofundado quanto à verdadeira ordem cronológica das mudanças no espaço.



Figura 33: P5 – Levantamento da planta baixa da Praça Dom Pedro II em 1982. Fonte: Sumov (1982 adaptado por LEÃO, 2010, p. 107), com adição dos nomes das vias pela autora

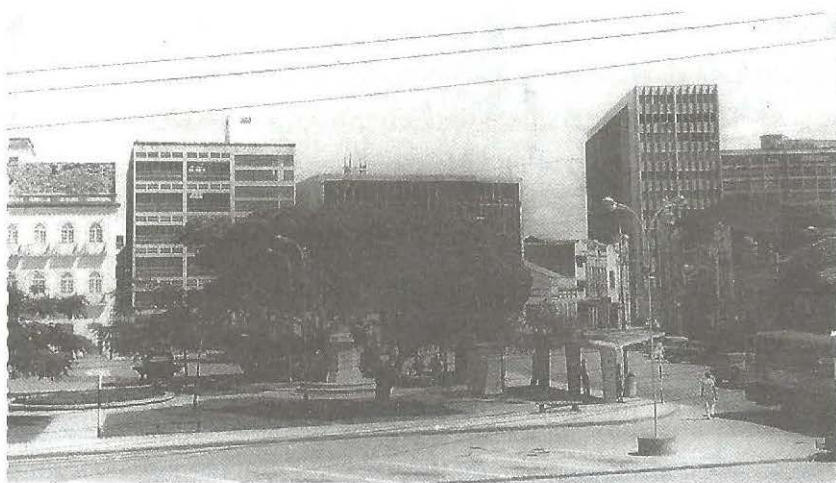


Figura 34: P5 – Praça Dom Pedro II e ponto de ônibus na rua Dois de Dezembro à direita. Fonte: Misa (s/d)



Figura 35: P5 – Praça Dom Pedro II. Ponto de ônibus à direita e Matriz ao fundo. Fonte: Misa (s/d)

Na intervenção P6, sob a administração do prefeito Corinto Onélio Paz (1982-1983), e de autoria de Lourdes Tenório em conjunto com Mabel Lopes – também autora do paisagismo, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de Maceió, em 1989 –, a praça ganha uma intervenção que pouco contribui para a recuperação do equilíbrio entre seus eixos, porque mantém uma relação mais forte com a Assembleia que com a Igreja Matriz. A praça recupera parte do espaço destinado ao estacionamento para uso público, junto com os canteiros – como mostra a planta adaptada por Leão (2010) na Figura 36, embora não tenham sido encontradas fotografias para mostrar a volumetria do espaço. Mantém, no entanto, a calçada que delimitava, na intervenção P5, a área central da praça e, assim, a marcação das duas áreas. A calçada e o novo passeio no meio dos canteiros, perpendiculares entre si, em conjunto com o desenho preexistente, criam um novo um “eixo secundário” paralelo àquele que destaca a

Assembleia e a antiga Administração dos Correios e uma extensão do eixo Igreja-Sobrado do Barão de Jaraguá/Parque Hotel. A diferença é reforçada pela inexistência de um espaço circular no encontro destes eixos secundários e pelo desenho dos canteiros, que são semicirculares e concêntricos nos canteiros centrais e simétricos bilateralmente na área reincorporada, onde incluem as palmeiras que permaneceram da intervenção P4. O recuo da rua 2 de Dezembro permanece, bancos de madeira são instalados em paralelo a esta rua (LEÃO, 2010, p. 108) e outros bancos em concreto semicirculares são colocados acompanhando o encontro entre os eixos originais. Também paralelos à rua 2 de Dezembro, existem jardineiras em concreto com hibisco (SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, 1989). O estacionamento, nesta área reincorporada da praça, fica restrito a 9 vagas diagonais dentro dos limites da praça, com acesso a partir da ladeira Manoel R. de Azevedo.



Figura 36: P6 - Projeto para a Praça Dom Pedro II proposto em 1989. Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (1989, adaptado por LEÃO, 2010, p. 108), com adição dos nomes das vias, correção da legenda das jardineiras de concreto e adição do ponto de ônibus pela autora

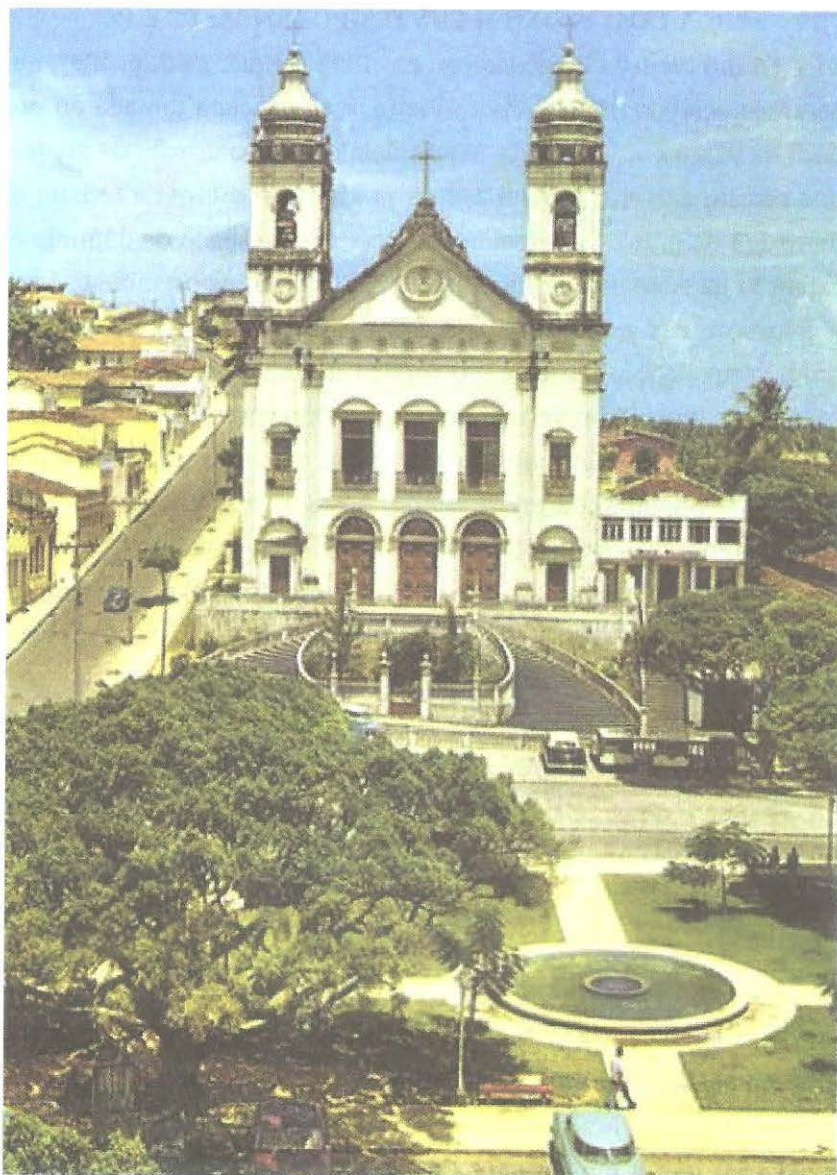


Figura 37: P5 – Visão geral da Praça Dom Pedro II, com espelho d'água ao centro dos eixos marcados pelos canteiros e caminhos e Matriz ao fundo.
Fonte: Misa (s/d)

PRAÇA DOM PEDRO II CONTEMPORÂNEA: P7 E P8

A intervenção P7 aconteceu em 1992 (LEÃO, 2010, p. 109), na administração do prefeito Pedro Vieira, e evidencia a tomada do espaço da praça em função da Assembleia com a colocação de grades que cercam a praça: fecham 2/3 da praça em si mesma e fecham o outro 1/3 da praça – o estacionamento – como espaço de domínio e extensão da Assembleia (LEÃO, 2010, p. 109). Transformam-se, com a colocação das grades, em dois espaços distintos, com acesso distintos, sem ligação entre si – o espaço da praça, com gramados e passeios, e o espaço revestido por calçamento como estacionamento da Assembleia. Os desenhos orgânicos dos canteiros não mais separam os “segmentos” da praça, sendo, nesta intervenção, compostos por gramado, mas a diferenciação se dá pelo alargamento que há na interseção entre os eixos originais – no centro do qual é inserido um canteiro com arbustos baixos (Figura 38) – elementos inexistentes na “interseção secundária” dos eixos. O mobiliário, composto de bancos de madeira, foi substituído por bancos de concreto lineares e longos seguindo toda a extensão dos eixos “secundários” – um de cada lado do passeio; e o piso é substituído por mosaico branco. A planta, levantada pelo Projeto Quapá¹⁰ em 1992, foi adaptada por Leão (2010, p. 112) na Figura 40.

A intervenção P8, realizada ainda na administração do prefeito Pedro Vieira (1992-1993) adiciona, ao espaço da praça, o uso comercial e de serviços – com a adição de duas bancas de revistas (Figura 39). Além disso, retira o canteiro do centro dos eixos. Na segunda administração da prefeita Kátia Born (2001-2004), foram retiradas as grades das praças em Maceió – incluindo esta –, sendo mantidas ape-

10 O projeto Quadro do Paisagismo no Brasil (Quapá) é vinculado ao Laboratório da Paisagem da FAU-USP e tem como objetivo a pesquisa do paisagismo no país. O site oficial é http://www.quapa.fau.usp.br/quapa_desenv/default.htm

nas as grades que delimitam o estacionamento da Assembleia no espaço da praça. O mobiliário permanece no mesmo local da intervenção anterior, sendo mantidos os bancos semicirculares na interseção dos eixos e os bancos de concreto nos “eixos secundários” substituídos por bancos de madeira com encostos na cor azul, que podem ser observados próximo às palmeiras na Figura 39. No entorno da praça, a Assembleia ganha, em 2007, novo projeto de autoria do arquiteto Mário Aloísio (PORTAL ALAGOAS 24 HORAS, 2007), que dá unidade aos diversos edifícios, que até então compunham o anexo do Palacete Tavares Bastos, por meio de painéis de alumínio inspirados em xilogravuras de livretes de cordel com temas relacionados à cultura popular alagoana (MENDELEZ, 2010). A configuração resultante, levantada por Leão (2010, p. 114), pode ser observada na Figura 41.



Figura 38: P7 – Praça Dom Pedro II em 1996, com um canteiro marcando o centro dos eixos. Fonte: Projeto Quapá (1996)



Figura 39: P7 - Banca de revistas na calçada da Praça Dom Pedro II à direita e bancos de madeira próximo às palmeiras, em frente à Assembleia Legislativa. Fonte: Ademir (2003)



Figura 40: P7 - Projeto para a Praça Dom Pedro II, proposto em 1992. Fonte: Projeto Quapá (1992 adaptado por LEÃO, 2010, p. 110), com adição dos nomes das vias pela autora



Figura 41: P8 – Levantamento da Praça Dom Pedro II em 2010. Fonte: Leão (2010, p. 114), com adição dos nomes das vias pela autora

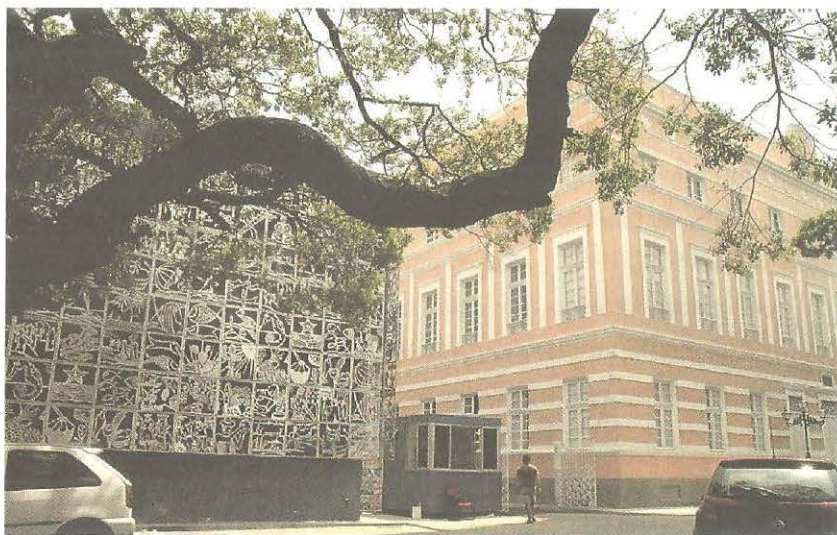


Figura 42: Ampliação da Assembleia Legislativa. Fonte: Flickr Lula Castello Branco (2008)

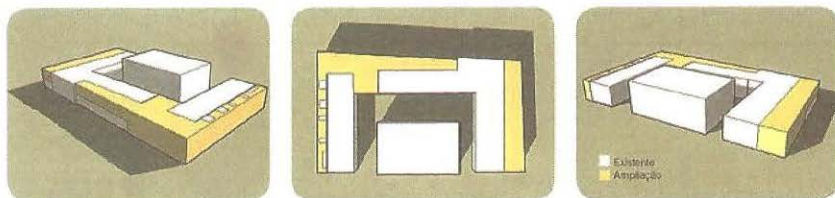


Figura 43: Esquema da ampliação da Assembleia Legislativa de Alagoas.

Fonte: Revista Projeto Design (2010 apud CAVALCANTI, 2011)

3.3.2 Praça Marechal Floriano Peixoto

LARGO DOS MARTYRIOS: MO

Quando largo, era elo de ligação entre os bairros do Centro, Farol e Bebedouro (MELÂNIA et al, 2013, p. 4), local de passagem entre “uma importante artéria da cidade cuja direção levava ao interior, aos engenhos do Vale do Mundaú” (GAMA, 2002, p. 65) e o caminho que levava ao porto de Jaraguá (SANT’ANNA, 2002 apud LIMA, 2012, p. 28) – cujo trecho hoje corresponde à rua do Comércio; e largo da igreja – palco das manifestações religiosas da Igreja dos Martírios. Era espaço livre definido pelas edificações do entorno, desprovido de mobiliários e cortada por vias de bonde e carros de boi que vinham do interior trazendo mercadorias em direção ao porto de Jaraguá (COSTA, 1981, p. 32). O caminho do trilho de bonde, passando pelo centro do largo, pode ser visto na Figura 44.

A segunda ampliação do mapa de 1841, na Figura 46, mostra as edificações do entorno do largo: a Igreja dos Martírios em construção, como indica a legenda do mapa, e residências em estilo colonial cobertas de palha (MELÂNIA et al, 2013, p. 4), desprovido de mobiliário e vegetação, com a escadaria da igreja chegando quase até o centro do largo (Sant’Anna, 2002, p. 28), como mostra a Figura 45.

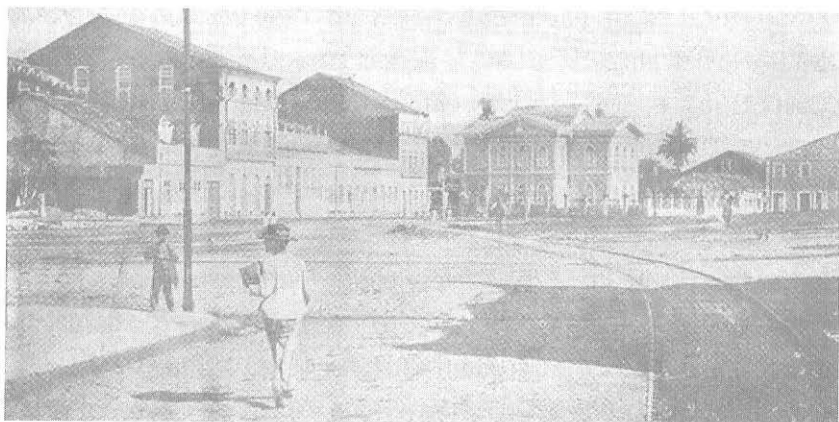


Figura 44: Cartão-postal mostrando trilho de bonde cortando o largo dos Martyrios, já chamado, na legenda da imagem, de Praça dos Martyrios. Segundo Gama (2002), a foto data do período 1896-1902. Fonte: Ihgal (s/d)



Figura 45: Postal mostrando a Igreja dos Martírios com escadaria que liga a igreja ao Largo dos Martyrios. Fonte: Ihgal (s/d)

O local era originalmente conhecido como *Cercado do Marinho* (MELÂNIA et al, 2013, p. 34)¹¹, depois passou a *Largo da Modesta* (Costa, 1981, p. 108). Em seu entorno, a Capela de Bom Jesus dos Martírios construída em 1836 (MELÂNIA et al, 2013, p. 34) e substituída pela Igreja de Bom Jesus dos Martírios, erguida em 1881 (Mero, 1987, p. 52) e concluída em 1885 (BRAGA, 2003, p. 37) – à qual a legenda da planta de 1820 se refere como “em construção”.

O largo passou a representar o centro do poder estadual no primeiro mandato do governador Euclides Vieira Malta (1900-1908), quando foi construído e finalizado o novo Palácio do Governo, projetado por Luigi Lucarini em 1902¹², em seu entorno, em frente à Igreja dos Martírios; e a ganhar importância com a construção de casas de famílias importantes da vila em estilo colonial, com dois ou três pavimentos, como mostra a Figura 48.

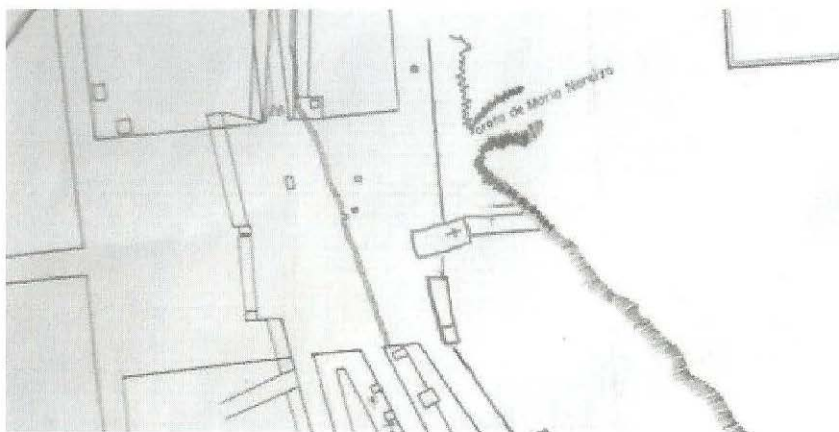


Figura 46: Largo dos Martyrios em ampliação do mapa de 1841 (cópia).

Fonte: Sempla (1841, modificado)

¹¹ Melânia et al (2013, p. 34).

¹² O antigo ficava na rua atual da Praça dos Palmares.

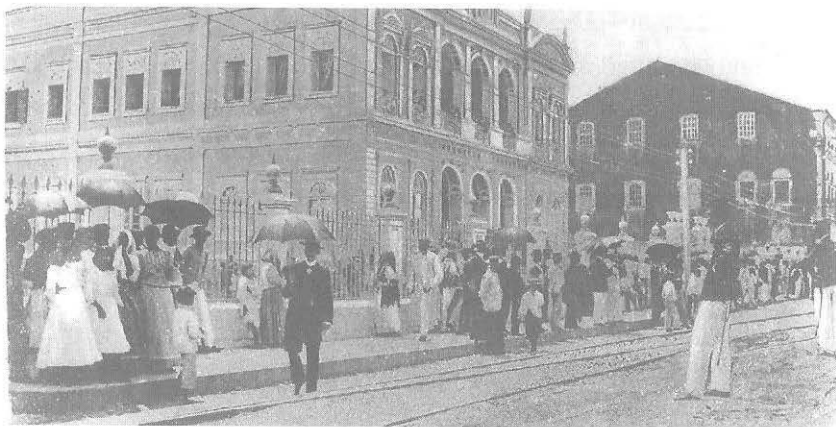


Figura 47: Linha de bonde retificada na rua Boa Vista, em frente ao Palácio do Governo recém-inaugurado em dia de festa. Segundo Gama (2003) a fotografia data de 1902. Fonte: Arquivo Público de Alagoas (s/d apud ARAPUJO, 2002, p. 28)

Dentre as edificações, chama-se a atenção para a residência colonial de três pavimentos na esquina da praça com a rua José Bonifácio, que permanece na praça até o presente ano, destacada entre as edificações térreas na Figura 48; e o Palacete Dr. Francisco de Assis¹³, também chamado Palácio da Família Melo Machado, Fundação Pierre Chalita a partir de 1890 (MELÂNIA et al, 2013, p. 12), da qual não se tem informação da data exata de construção, mas é possível perceber uma construção, nesta mesma figura, no mesmo local onde se encontra a edificação preservada, em estilo eclético¹⁴. Neste período, permaneceu o espaço como largo, sem reformas grandiosas, mas ganhou melhoramentos no sentido de otimizar o trânsito pelo largo:

13 Informação encontrada na legenda de uma fotografia do Museu da Imagem e do Som de Alagoas – Misa, de 1920.

14 A Figura 49, posterior à 46 (fato comprovado pela presença do Palácio do Governo), mostra, no local do Palácio da Família Melo Machado, à direita da fotografia, uma indicação de transição do estilo colonial para o eclético, com platibanda escondendo o telhado da edificação.

em aproximadamente 1902, o trajeto do bonde foi alterado e passou a ser feito paralelo à quadra do Palácio do Governo (GAMA, 2002, p. 65), como mostra a fotografia da inauguração do novo Palácio do Governo em 1902 na Figura 47; e, em 1907, foram feitos serviços de nivelamento do terreno e refeita a escadaria da igreja, em menor dimensão e mais recuada em relação ao largo, pois chegava a atrapalhar o trânsito devido ao espaço que ocupava (LIMA, 2012, p. 29).



Figura 48: Largo dos Martírios - Cartão-postal em que figuram as edificações residenciais ecléticas. A orientação da fotografia e o desnível sugerem que a Igreja dos Martírios ficaria à direita da fotografia, cortada pelo ângulo de visão. Há, na porção central da fotografia, uma edificação eclética de três pavimentos que permanecia na praça até o ano de 2014. Além disso, o local da hoje Fundação Pierre Chalita é ocupado por uma residência em estilo colonial, com dois pavimentos, à direita da imagem. Segundo Araújo (2002), data de aproximadamente 1902, enquanto a referência do Misa aponta a data como sendo 1905. Fonte: Misa (1905 apud ARAÚJO, 2002, p. 28)

PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO ECLÉTICA I: M1

No 2º mandato do governador Euclides Vieira Malta (1906-1909), em 1908, foi inaugurado em festa solene (LIMA, 2012, p. 30), fruto do projeto do pintor Rosalvo Ribeiro, o M1, primeiro projeto da *Praça dos Martírios* (LIMA, 2013, p. 13), nome derivado da igreja que marca a sua paisagem – em que predomina o espaço livre, aberto para a circulação de pessoas e mercadorias em todas as direções. O acesso a partir da rua do Sol passa a ser feito pela escadaria definida por balaústres de alvenaria em frente à igreja dos mártírios e é livre no nível inferior a partir das ruas circundantes. Foram fechadas as vias que a cortavam (MELÂNIA et al, 2013, p. 6), o espaço passou a se configurar em dois planos, sendo um ligeiramente inclinado e destinado à plantação de flores, no centro do qual existia um aquário; e o outro, plano, destinado a exercícios militares, no centro do qual foi erguido o busto do “invicto” Marechal Floriano Peixoto (LIMA, 2012, p. 31), meses antes da inauguração da praça (ARAÚJO, 2002, p. 57), modelado em bronze (LIMA, 2012, p. 30), moldado pelo italiano Angelo Angioli (MELÂNIA et al, 2013, p. 8) em sua posição original – olhando para o palácio (LIMA, 2012, p. 23), enaltecendo o poder político de sua representatividade para o local (MELÂNIA et al, 2013, p. 8) como mostra a Figura 50 e, de frente, a Figura 51. A nova configuração exhibe um traçado geométrico (LIMA, 2012, p. 31) com três passeios – um circundando toda a praça e outros dois cortando-a ao meio na direção da rua do Comércio e da rua General Hermes, com o trajeto do bonde permanecendo paralelo à rua Boa Vista e o monumento a Floriano Peixoto instalado em um semicírculo no cruzamento entre os passeios (MELÂNIA et al, 2013, p. 8). Os equipamentos são colocados ao longo dos passeios, sem configurar obstáculo à circulação dos usuários, predominando o espaço livre, como mostra a

Figura 53: as luminárias *art nouveau* da fundição Francesa Val d'Osne¹⁵ (MELÂNIA et al, 2012, p. 8) e bancos foram instalados de maneira espaçada (LIMA, 2012, p. 31), voltados para dentro para reter os olhares e a presença dos usuários, chamando a atenção para os “recintos” criados pelos passeios – que continham fontes, aquário ou canteiro de flores – ou para a estátua (MELÂNIA et al, 2013, p. 8). Entre cada dois bancos, havia cerca de um poste e uma árvore ou uma palmeira (ARAÚJO, 2002, p. 57), como mostra a Figura 49. A vegetação é composta de flores no espaço mais alto da praça e árvores que circundam a praça e delimitam seu espaço. A configuração da praça em planta, a partir de fotografias, foi desenhada por Araújo (2002, p. 56) na Figura 52. O largo de domínio da igreja e que tinha em seu entorno casas simples passa a ser o local de encontro entre o poder sagrado da igreja e o profano, representado pelo palácio, além de ponto de ligação do comércio com o interior e ponto de ligação com outras partes da cidade através da linha de bonde. A Intendência Municipal, também de autoria de Luigi Lucarini, só seria finalizada em estilo neogótico em 1910 (MELÂNIA et al, 2013, p. 5), na administração do intendente Demócrito Brandão Gracindo (1909-1911). Com a instalação da sede da Intendência Municipal, passa a ser chamada de *Praça dos Três Poderes* (Braga, 2003, p. 39). Depois da sua inauguração como praça, os festejos se tornam mais frequentes (LIMA, 2012, p. 20), e, em 21 de maio de 1914, na administração do intendente Firmino de Aquino Vasconcelos (1913-1915), recebe a denominação oficial de **Praça Marechal Floriano Peixoto** (LIMA, 2002, p. 31).

15 A fundição francesa Val d'Osne forneceu diversas peças para Maceió. Mais informações sobre a relação entre Maceió e a fundição podem ser encontradas no artigo de Eulália Junqueira na Revista de História da Biblioteca Nacional, nº 43, de 2009.

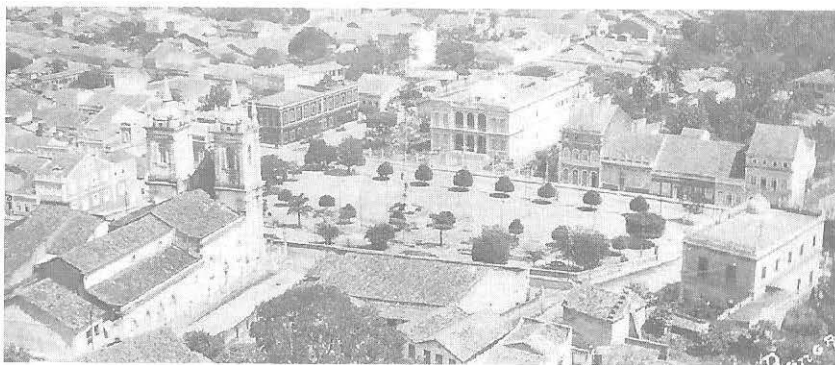


Figura 49: M1 – Recorte de cartão-postal mostrando a Praça Marechal Floriano Peixoto em 1920. Fonte: Misa (1920)



Figura 50: M1 – Palácio do Governo e estátua do Marechal Floriano Peixoto em sua posição original, olhando para o palácio. Fonte: Ihgal (s/d)



Figura 51: M1 - Estátua do Mal. Floriano Peixoto em posição original e com inscrições, entre as quais se lê, na base frontal, “Floriano”, em fonte maior. Fonte: Misa (s/d)

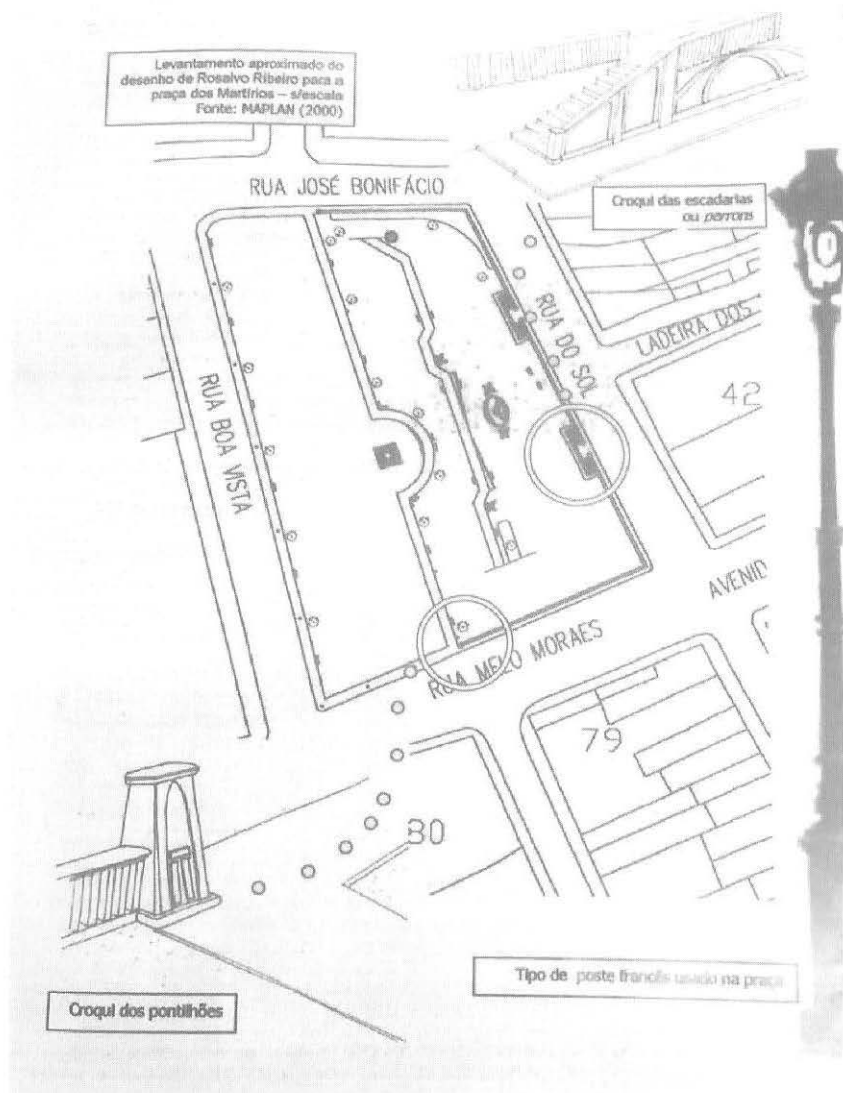


Figura 52: M1 - Praça dos Martírios representada em planta sob projeto de Rosalvo Ribeiro, com desenhos em perspectiva da escadaria de acesso acima, da balaustrada à esquerda e da luminária em ferro à direita. Fonte: Araújo (2002, p. 56), a partir de fotografias



Figura 53: M1 – Praça Marechal Floriano Peixoto após reforma sob projeto de Rosalvo Ribeiro. Equipamentos – bancos, vegetação e luminárias – configuram espaço que permite diversidade de circulação. Fonte: Arquivo Público de Alagoas (1909)



Figura 54: Sede da Intendência Municipal de autoria de Luigi Lucarini em estilo neogótico. Fonte: Ihgal (s/d)

No nível mais alto da praça, são instalados dois caramanchões de concreto armado. O desenho da planta, ampliação de um mapa levantado pela Prefeitura Municipal em 1960, na Figura 59 sugere um ponto de ônibus na rua Melo Moraes e a linha de bonde que passa na rua Boa Vista.

A estátua do Marechal Floriano Peixoto, até então voltada para o Palácio do Governo, passou a “olhar” na direção da rua do Comércio (BRAGA, 2003, p. 38) e foi elevada (LIMA, 2012, p. 33) para ampliar a visibilidade do monumento (LIMA, 2012, p. 32).



Figura 56: M2 – Recorte de fotografia com a visão geral da Praça Marechal Floriano Peixoto. À esquerda, duas fontes em funcionamento - uma à frente e outra atrás da estátua do Marechal Floriano Peixoto, que está voltada para a rua do Comércio. À direita, um caramanchão. Fonte: Ihgal (s/d, modificado)

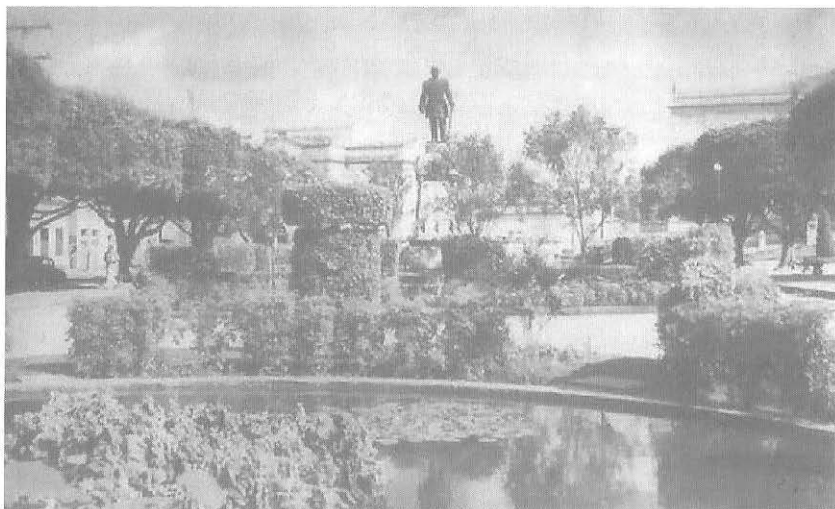


Figura 57: M2 – Praça Marechal Floriano Peixoto com estátua do marechal de frente já em nova posição, entre as duas fontes instaladas após reforma em 1936. Fonte: Lima (2012, p. 31)



Figura 58: M2 – Caramanchão e bancos de marmórita da Praça Marechal Floriano Peixoto; imagem editada de postal. Fonte: arquivo digital SECULT apud Lima (2012, p. 32)



Figura 59: M2 – Planta baixa da Praça dos Martírios em 1960 com a configuração instalada em 1936, em recorte do mapa de Maceió. Fonte: Maplan (1960)

PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO MODERNA:

M3 E M4

No mandato do governador Luiz de Souza Cavalcante (1961-1966), em 1961, a praça foi alterada pela terceira vez – a intervenção M3 –, que tem referência registrada na placa colocada aos pés da estátua do mal. Floriano Peixoto. O traçado tem menor número de elementos e uma influência mais diminuição da quantidade de elementos e uma disposição que dá a percepção de haver mais espaço livre, como mostram as imagens tiradas de cima na Figura 63 e Figura 61 e as fotografias no nível do pedestre na Figura 60, Figura 65 e Figura 66.

As mudanças incluíram a construção de uma galeria de arte, entre as escadarias que dão acesso à praça a partir da rua do Sol, que leva e valoriza o nome do primeiro projetista da praça – o pintor Rosalvo Ribeiro – cedendo espaço para concertos musicais e teatro, inaugurada em 16 de setembro de 1963. As árvores frondosas foram retiradas por estarem obstruindo a visão da igreja, as duas fontes de-

ram lugar à atual fonte luminosa e sonora (LIMA, 2012, p. 33), popularmente conhecida como “Cuscuzeira” ou “Cuscuzeira do Major” (Figura 65 e Figura 66) e foi retirada a escadaria da Igreja dos Martírios (BRAGA, 2003, p. 38) para dar lugar ao prolongamento da rua João Pessoa (LIMA, 2003, p. 33). Canteiros circulares com gramado rodeiam a estátua do Mal. Floriano Peixoto e a fonte. O mobiliário é composto por luminárias de ferro retas e bancos de concreto armado longos que acompanham o desenho dos canteiros. Na Figura 63 e Figura 64, também aparece um posto de gasolina no nível superior da praça próximo à rua Melo Moraes. A representação em planta na Figura 62 foi feita pela autora, a partir da planta do projeto Quapá, de 1996, suprimindo os elementos ainda não adicionados no espaço quando comparado com as fotografias.

Mesmo havendo o registro da autoria da intervenção M3 atribuída ao governador Luiz Cavalcante (LIMA, 2012, p. 33), o formato orgânico dos canteiros, os bancos lineares e sinuosos de concreto armado e uso dos azulejos no revestimento da nova fonte assemelham-se às demais intervenções de autoria do prefeito Sandoval Caju, cujo mandato durou de 1961 a 1964, e que, neste período, realizou a intervenção D3 da Praça Marechal Deodoro (ver página 125). Assim, desconfia-se, a partir das semelhanças, que o prefeito teve influência direta – com uma contribuição na concepção – ou indireta – com o lançamento de uma nova “tendência” estética das praças de Maceió – na configuração final deste projeto na Praça Mal. Floriano Peixoto.



Figura 60: M3 – Visão geral da Praça Marechal Floriano Peixoto, a partir da rua Melo Moraes, com a fonte à esquerda da fotografia. Fonte: Misa (s/d)



Figura 61: Visão parcial do Centro de Maceió e Praça Marechal Floriano Peixoto. Fonte: Maceió Antiga (1970)



Figura 62: M3 – Praça Marechal Floriano Peixoto em planta. Fonte: autora (2014), a partir da planta de 1996 de autoria do projeto Quapá, por subtração dos elementos que estão ausentes nas fotografias da época



Figura 63: M3 - Praça Marechal Floriano Peixoto com galeria de arte ao centro e fonte à extrema direita inferior em meados de 1970. Fonte: Lima (2012, p. 33)



Figura 64: M3 – Posto Texaco Martírios em estilo moderno, em recorte de fotografia. Fonte: Arquivo Público de Alagoas (década de 1960)



Figura 65: M3 – Praça Marechal Floriano Peixoto – fonte luminosa e sonora à esquerda, em primeiro plano. Palácio do Governo ao centro, em segundo plano. Fonte: Maceió Antiga (década de 1980)



Figura 66: M3 - Praça Marechal Floriano Peixoto, ponto de ônibus e Intendência Municipal. Fonte: Misa (década 1960)

No período entre a intervenção M3 e o levantamento do projeto Quapá em 1996, que será considerado como M4, o espaço da praça permaneceu essencialmente o mesmo, mas sofreu adições em relação às quais não há confirmação de data, mas que aparecem na planta da Figura 67: a adição de uma fileira de 4 (quatro) palmeiras imperiais direcionando o olhar à Igreja dos Martírios a partir do Palácio do Governo e outras alinhadas em semicírculo, destacando a Galeria Rosalvo Ribeiro; um caminho pavimentado que permite uma aproximação maior com a estátua do mal. Floriano Peixoto e outras espécies de vegetação espalhadas pelo espaço.

Sobre outras alterações deste período, não existem confirmações, mas desconfianças quanto ao período e autoria ao estudar o contexto e ver alterações comuns às praças de Maceió: a adição das grades que aparecem no levantamento da Figura 67 – das quais não foram encontradas imagens – são atribuídas nos registros das outras praças (Dom Pedro II e Marechal Deodoro) a uma intervenção em conjunto do prefeito Pedro Vieira (1992-1993) em 1992, que colocou grades nas praças do Centro – como já mostrado na intervenção P7, na página 84. Esta grade limita o acesso à praça a 3 entradas, que supõe-se serem feitas por portões: uma em frente à entrada do Palácio do Governo e outras duas nas escadarias próximo à rua do Sol. Assim, como na Praça Dom Pedro II, as grades foram supostamente retiradas no governo da prefeita Kátia Born (2001-2004).



Figura 67: M4 – Planta da Praça dos Martírios em 1996. Fonte: Quapá (1996)

PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO

CONTEMPORÂNEA: M5

A última intervenção, M5, ocorreu em 2002, no primeiro Mandato do governador Ronaldo Lessa (1999-2003), e teve autoria do Serviço de Engenharia do Estado de Alagoas – Serveal, sob direção das arquitetas Tatiane Macedo e Teresa Alcântara. A reforma tinha como objetivo a adaptação da praça para eventos de caráter político e militar, transformando a maior parte da praça numa grande esplanada desprovida de vegetação. A intervenção incorpora a rua que dividia a praça do Palácio do Governo ao espaço da praça, estreitando a relação da praça com os edifícios deste quarteirão. Não há marcação do limite antes existente entre praça e rua, embora o alinhamento dos canteiros e a localização dos equipamentos sugira a existência de uma via no local. O nível superior da praça é reformulado, com a substituição da Galeria Rosalvo Ribeiro por extensão da escadaria, cujos degraus deixam de ser alinhados com a Igreja dos Martírios para alinhar-se à fachada do palácio e mirantes nas extremidades da escadaria. No nível inferior, as mudanças foram na paginação de piso, que ganha desenhos geométricos nas cores vermelho e cinza escuro sobre o calçamento intertravado na cor cinza claro; um recuo para um ponto de táxi no limite com a rua José Bonifácio; a instalação de um café onde originalmente havia sido previsto um pergolado (LIMA, 2012, p. 34) e duas fileiras de mastros de bandeiras adicionados em frente ao Palácio do Governo, num total de 102 (cento e duas) – uma para cada município do estado de Alagoas, que marca a fachada do Palácio e serve como “fundo para a troca da guarda” (LIMA, 2012, p. 24) e 4 (quatro) bancas de revistas – duas próximo ao ponto de ônibus e duas próximas ao café da praça. O projeto original sofreu drásticas alterações por conta de discussões internas, falta

de verbas e falha nas fiscalizações no momento de execução da obra (LIMA, 2012, p. 34).

Em 2007, o palácio foi transformado em “Museu Histórico de Alagoas – Prédio Marechal Floriano Peixoto (...) atendendo à necessidade de resgatar os acontecimentos mais marcantes de sua trajetória como sede do governo e (...) a memória histórica e cultural do Estado”, sob Decreto nº 417 de 17 de outubro de 2006 (MACEIÓ, 2006, art. 3º).

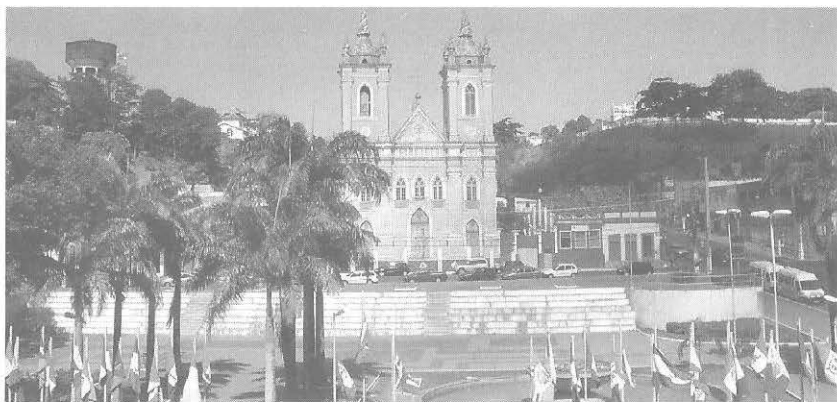


Figura 68: M5 – Praça dos Martírios em 2007. Fonte: Zeferino (2007)



Figura 69: M5 - Bancas de revistas próximo ao ponto de ônibus na Praça Marechal Floriano Peixoto. Fonte: Ademir (2003)

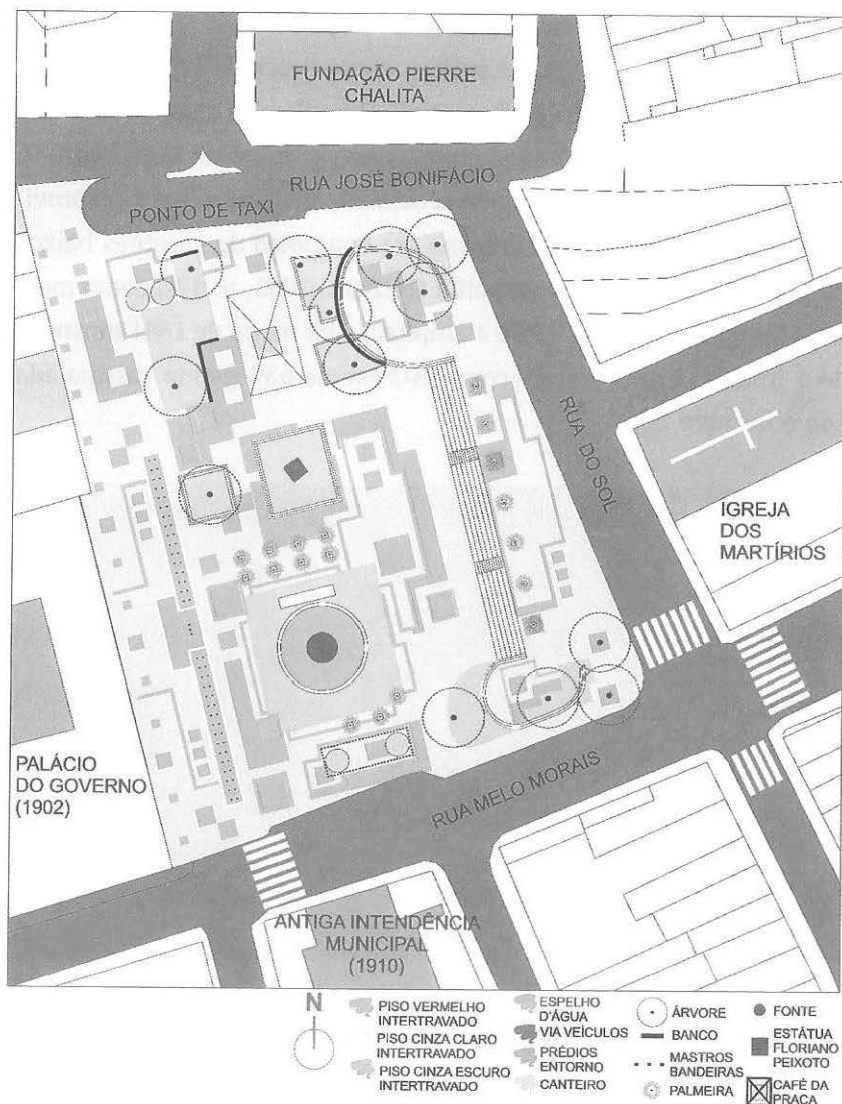


Figura 70: M5 - Planta baixa do projeto de reforma da Praça Marechal Floriano Peixoto. Fonte: Serveal (2002, adaptado)

3.3.3 Praça Marechal Deodoro

O *Largo da Cotinguiba* surgiu, como descreve Braga (2003, p. 40), como alargamento da “Rua das Cotinguibas” e chamado de *Largo* ou *Praça das Princesas*, em homenagem às filhas de Dom Pedro II, imperador à época. No início do século 19, era espaço livre desprovido de equipamentos, cujo entorno era composto de casebres baixos de pau-a-pique, cobertos de palha (BRAGA, 2003, p. 40), como mostra a fotografia na Figura 71 e a ampliação do mapa de 1841 mostrando a “rua das Cotinguibas” - como está escrito na legenda - assinalada sob o número 27.

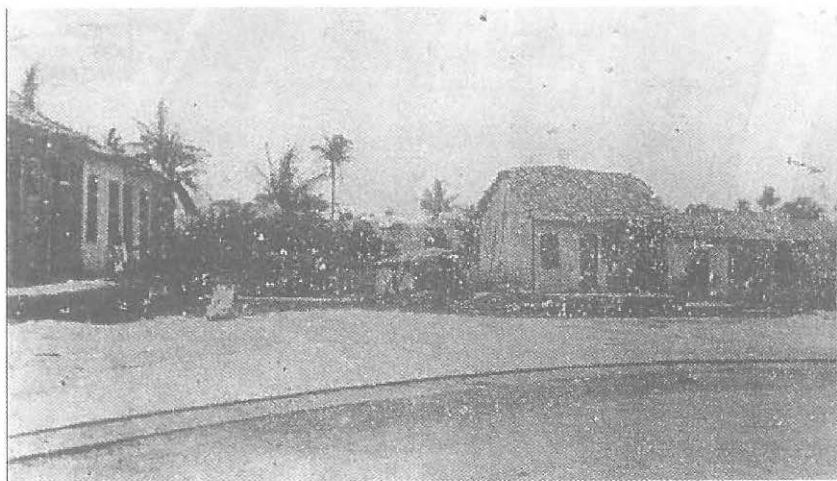


Figura 71: Largo da Cotinguiba, conhecido também como Largo das Princesas, em 1900. Fonte: Ihgal (1900)

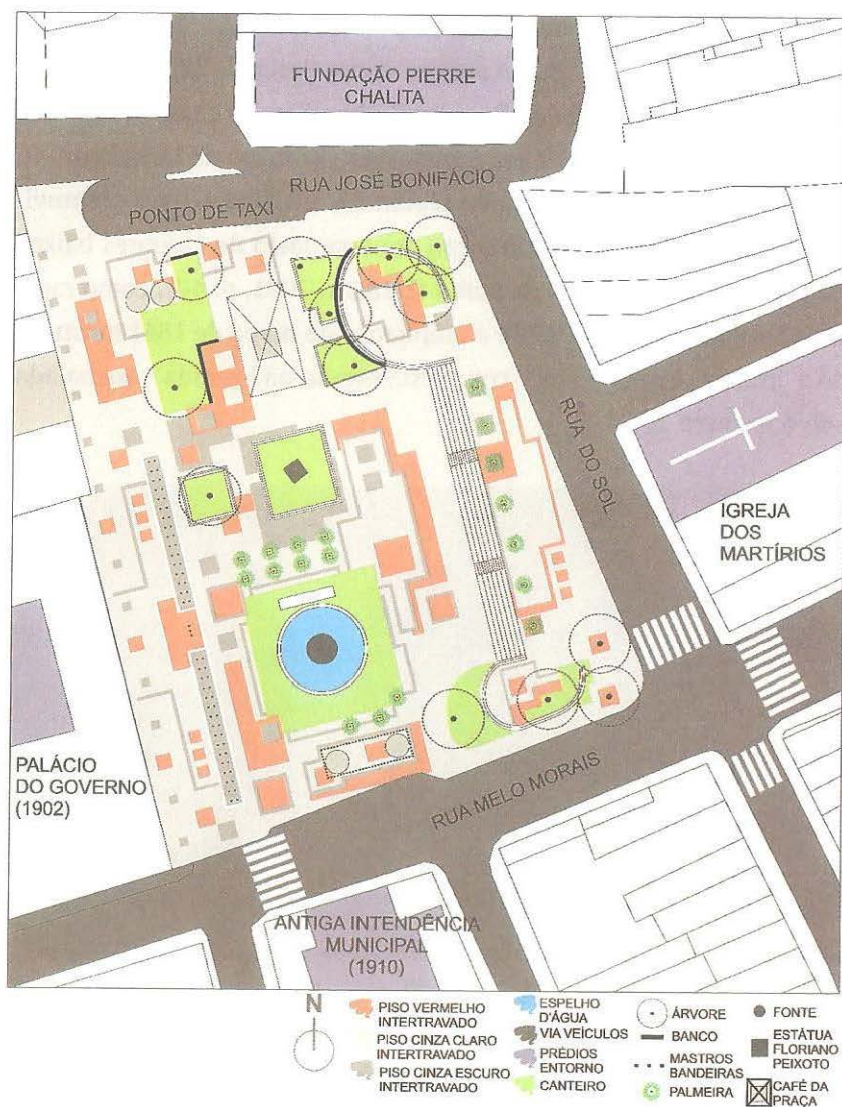


Figura 70: M5 - Planta baixa do projeto de reforma da Praça Marechal Floriano Peixoto. Fonte: Serveal (2002, adaptado)

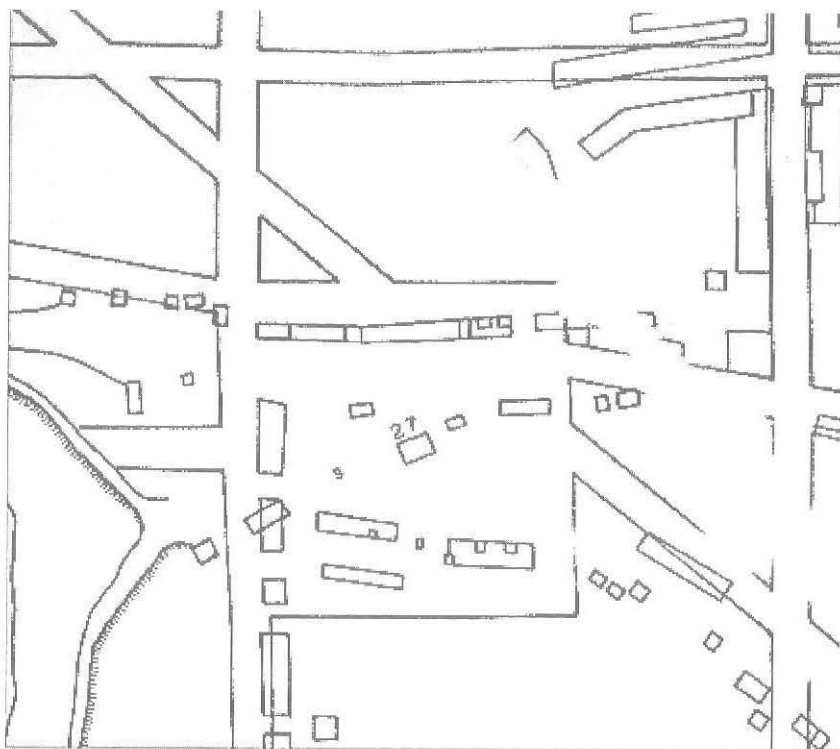


Figura 72: Largo da Cotinguiba em ampliação do mapa de Maceió de 1841 (cópia), marcado sob o número 27. Fonte: Sempla (1841)

Enquanto os casebres de palha do entorno do Largo eram substituídos por casario colonial, começou em 1871 a construção de uma igreja a ser dedicada a Nossa Senhora da Conceição, no local onde hoje está o Teatro Deodoro, mas não foi concluída (BRAGA, 2003, p. 40)¹⁶. Em vez de destinação a largo religioso como os demais, edifícios ligados à educação e à cultura começaram a se instalar em seu entorno: a Escola Modelo, hoje Academia Alagoana de Letras, foi

¹⁶ Braga (2003, p. 40).

inaugurada em 1879¹⁷ em arquitetura eclética (BRAGA, 2003, p. 40) – Figura 73. Em 1898, as obras do Teatro 16 de Setembro (Figura 74), que ficaria no centro do largo, foram iniciadas e, por protestos em relação aos seus custos, suas dimensões incompatíveis com a cidade (ARAÚJO, 2002, p. 24), ser vista como uma afronta à salubridade do lugar e privar a cidade do que poderia ser uma bela praça (BRAGA, 2003, p. 65), as obras ficaram incompletas (BRAGA, 2003, p. 40) e o prédio foi demolido¹⁸ em 1905 (ARAÚJO, 2002, p. 65).

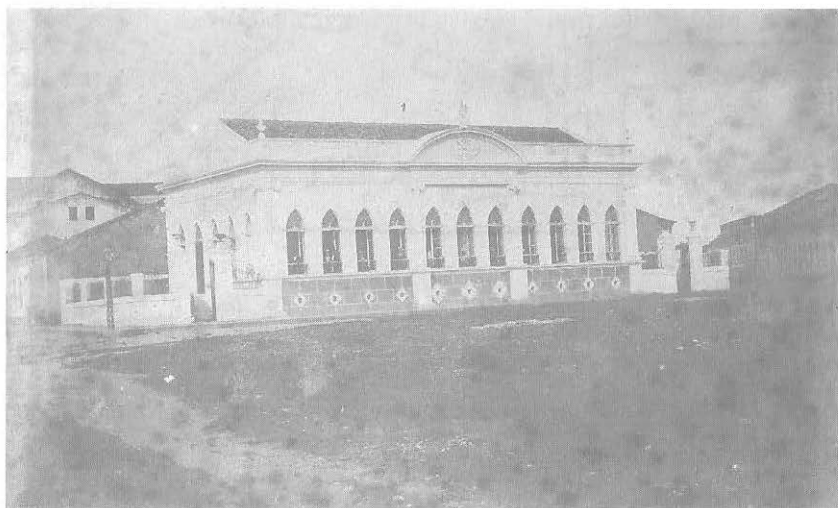


Figura 73: Largo da Cotinguiaba - Escola Modelo no entorno, em frente ao futuro Teatro. Fonte: Misa (s/d)

17 Braga (loc. cit. BRAGA, 2003, p. 40)

18 Braga (op. cit., p. 40. BRAGA, 2003, p. 40; BRAGA, 2003, p. 63)

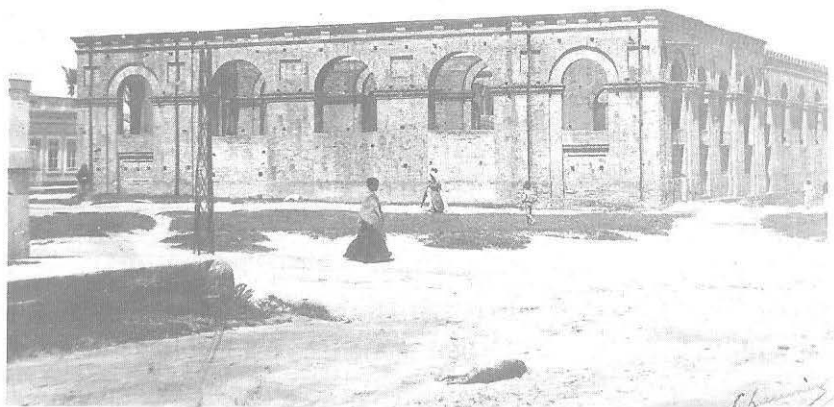


Figura 74: Largo da Cotinguiba - obras do Teatro 16 de Setembro, que teria capacidade para 1.200 pessoas, no entorno do largo. Fonte: Misa (fim do século 19)

PRAÇA MARECHAL DEODORO ECLÉTICA I: D1

A primeira configuração como praça – D1 – é inaugurada em 3 de maio de 1910 (BRAGA, 2003, p. 63), aproximadamente no governo do intendente Demócrito Gracindo, sob projeto de Rosalvo Ribeiro, inspirada na *Place de La Concorde*, em Paris. Foi instalada no seu centro uma estátua equestre do marechal Deodoro da Fonseca (BRAGA, 2003, p. 63), também projeto do pintor Rosalvo Ribeiro (ITAÚ CULTURAL, 2013), como mostra a Figura 76.

Araújo (2002) descreve e desenha, a partir de fotografias, a configuração da praça após o projeto de Rosalvo Ribeiro. As balaustradas são usadas como elemento de composição, criando o limite entre o interior da praça e seu passeio e criando espaços através da

simetria do traçado (BRAGA, 2003, p. 59). A maioria dos bancos *art déco* são voltados para o centro da praça, com exceção dos dois próximos aos conjuntos centrais de balaustradas, com árvores plantadas um pouco à frente dos bancos, entre cada dois deles (BRAGA, 2003, p. 59). Havia quatro canteiros inclinados em direção aos vértices e dois entre a estátua do Marechal Deodoro da Fonseca e a balaustrada às margens do passeio, e um plano retangular para observação da estátua pelo visitante (BRAGA, 2003, p. 59). No interior da praça foram colocadas algumas mesas, talvez para apoio às aulas ministradas pelo autor no Liceu (BRAGA, 2003, p. 59). A praça foi concebida como lugar de intelectualidade que seria atraída pelo teatro (BRAGA, 2003, p. 61). A fotografia da Figura 75 mostra a praça com o casario em estilo eclético da rua Senador Mendonça e a Figura 77 mostra a praça em planta. O projeto se assemelha ao M1, de 1908, no traçado que prioriza o espaço livre, na definição do espaço com vegetação arbórea nos limites da praça, na localização da estátua no centro, na definição dos acessos com balaustradas de alvenaria, e nos elementos encomendados da Val d'Osne - incluindo as luminárias.

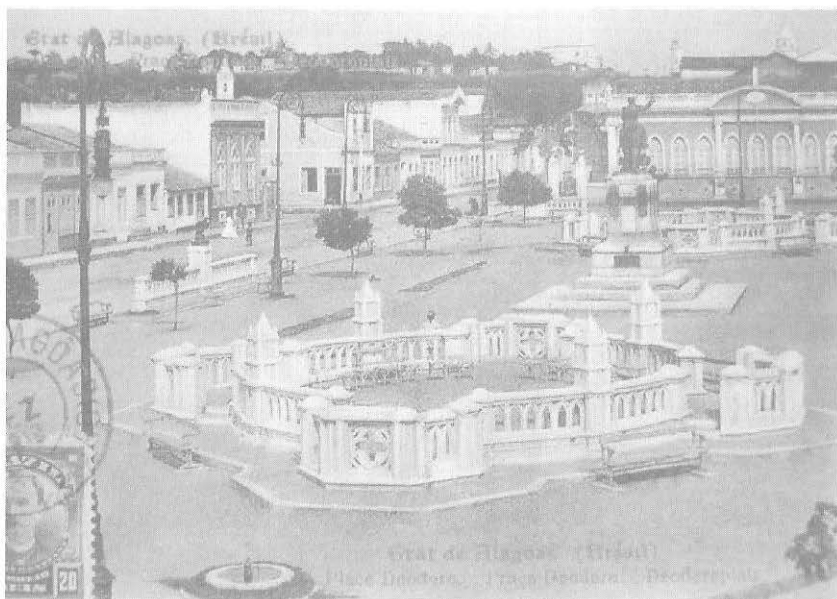


Figura 75: D1 – Praça Deodoro. Fonte: Ihgal (1909)



Figura 76: D1 – Estátua equestre do marechal Deodoro. Fonte: Misa (1910)

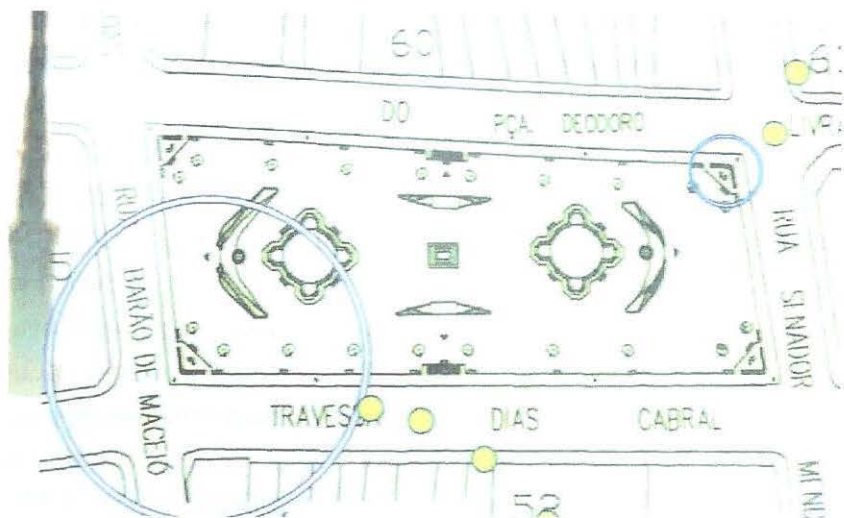


Figura 77: D1 – Planta da intervenção de Rosalvo Ribeiro em 1908.

Fonte: Gama (2002, p. 52)

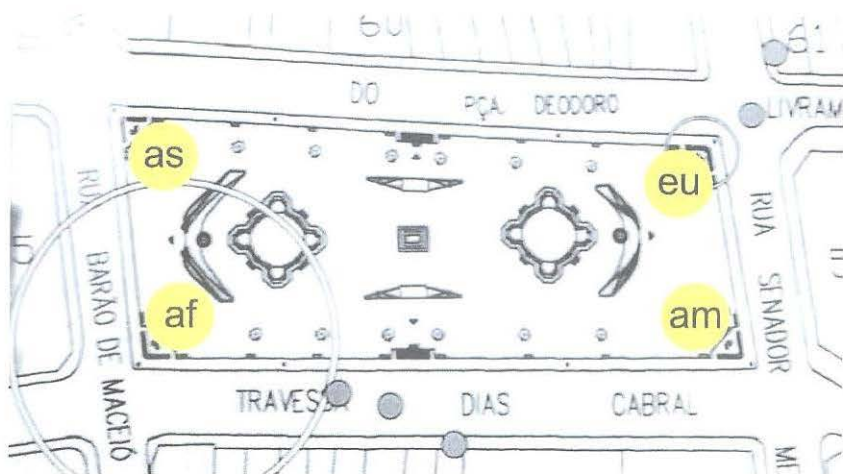


Figura 78: D1 – Posições das estátuas de Moreau na intervenção de Rosalvo Ribeiro sendo “eu”, Europa; “as”, Ásia; “am”, América; e “af”, África. Fonte: Autora, a partir de Gama (2002, p. 52)

Nos quatro cantos da praça, foram construídas cantoneiras de alvenaria e sobre elas foram colocadas estátuas com um metro de altura com forma de autoria de Mathurin Moreau (1821-1912) da *Val d'Osne*, representando quatro dos cinco continentes (BRAGA, 2003, p. 63). As estátuas seguem uma linha chamada *exotismo* (JUNQUEIRA, 2009), são denominadas “África”, “América”, “Europa”, “Ásia” (JUNQUEIRA, 2009) e representam os continentes com pequenos caçadores lutando com animais nativos: crocodilo, cobra, lobo e tigre, respectivamente (JUNQUEIRA, 2009) – Figura 79. Na Figura 80, a estátua “Europa”, e na Figura 81, a “América”, ambas em suas posições originais – como mostra a Figura 72. As outras estátuas, “Ásia” e “África”, na configuração D1, estavam em frente ao Teatro Deodoro (Figura 84). A coleção completa pode ser encontrada no jardim do Palácio do Catete, na cidade do Rio de Janeiro. O último continente, a Oceania, é representado por um caçador em luta com um canguru (JUNQUEIRA, 2009). As posições das estátuas na praça estão na Figura 78.



Figura 79: Estátuas “África”, “América”, “Europa”, “Ásia” e “Oceania”.

Fonte: Maceió (2009) e www.eravirtual.org/mrepublica_01_br

O Teatro Deodoro, projeto de Luigi Lucarini (BRAGA, 2003, p. 69), foi inaugurado sete meses após a inauguração da praça: em 15 de novembro de 1910 (BRAGA, 2003, p. 40), e o Palácio do Tribunal de Justiça, também de autoria de Lucarini, foi inaugurado em 1912 (BRAGA, 2003, p. 40) - Figura 81.



Figura 80: D1 – Grupo Escolar D. Pedro II e uma das estátuas de Moreau à extrema direita, em primeiro plano. Fonte: Ihgal (s/d)

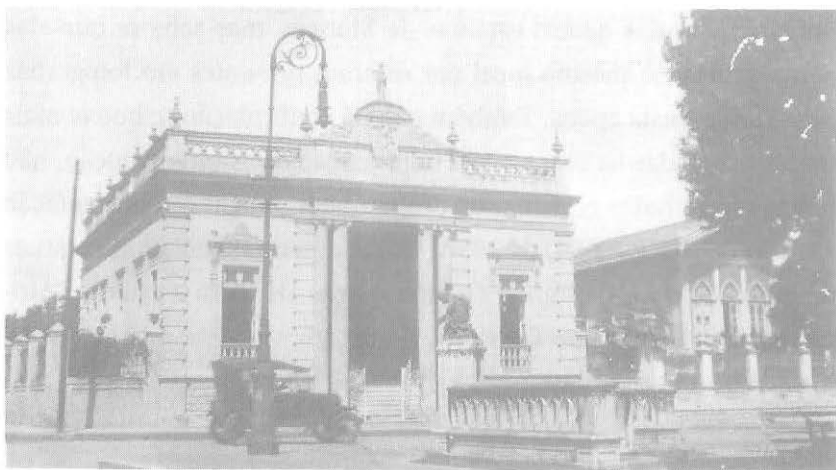


Figura 81: D1 – Tribunal de Justiça, de autoria de Luigi Lucarini, e, em primeiro plano, ao centro da fotografia, outra das estátuas de Moreau. Fonte: Ihgal (s/d)

PRAÇA MARECHAL DEODORO ECLÉTICA II: D2

Em 1940, na administração do prefeito Eustáquio Gomes de Melo (1937-1941), a praça ganha sua segunda versão eclética com a intervenção D2. Este traçado tem canteiros ocupando mais espaço da praça, deixando apenas os passeios entre os canteiros e a calçada para circulação dos usuários, e a destinação do espaço à cultura fica clara com a instalação de um palanque no centro da praça para retretas.

Mais uma vez, sofre influência da configuração que a praça Marechal Floriano Peixoto assume na mesma época, com a vegetação arbórea mantida nas extremidades do espaço, com a vegetação arbustiva que circunda a estátua principal e com a fonte, como mostra a Figura 83, cercada por vegetação arbustiva em poda topiaria, instalada na extremidade da praça mais próxima à Academia de Letras, e que se assemelha às aquelas instaladas na intervenção M2 em 1936 pelo prefeito Álvaro Nogueira. Não se tem confirmação do que foi feito nas proximidades das quatro estátuas de Moreau, mas sabe-se que elas permanecem no mesmo local por estarem presentes em fotografias posteriores à esta época. Também não há confirmação se houve mais fontes instaladas na praça nesta intervenção. Desta intervenção, não foram encontrados registros de projeto para indicar a representação em planta. A Figura 84, de 1950, indica a permanência das estátuas de Moreau no local original da intervenção D1, com a estátua “África” em frente ao Teatro Deodoro.



Figura 82: D2 – Estátua do marechal Deodoro com vegetação arbustiva em poda topiaria circundando-a. Teatro Deodoro ao fundo. Fonte: Misa (1960)



Figura 83: D2 – Espelho d'água em primeiro plano, palanque para retretas em segundo plano. Fonte: Misa (s/d)



Figura 84: D2 – Recorte de fotografia mostrando a estátua de Moreau “África” em local original ao centro e Teatro Deodoro ao fundo. Fonte: Misa (1950)

PRAÇA MARECHAL DEODORO MODERNA: D3 A D9

Durante o mandato do prefeito Sandoval Caju (1961-1964), acontece a intervenção D3 com inspiração moderna, assim como, em seu curto mandato, fez em muitas das praças de Maceió. Dentre as praças em estudo, esta foi a única em que interviu. Nesta configuração, a maior parte de seu espaço continua sendo ocupado por canteiros com vegetação, deixando apenas os passeios para circulação dos usuários livre, deixando de ser atrelada à cultura, e priorizando o lazer passivo¹⁹.

Assim como o projeto da intervenção D1 de Rosalvo Ribeiro, possui uma harmonia bilateral, com um espelho d’água de cada lado, revestidos de azulejos que tinham, em seu centro, em posição de destaque, duas das quatro estátuas de Moreau, removidas da posição original. As outras duas parecem ter sido movidas para a Pra-

19. O lazer passivo ou lazer contemplativo compreende as atividades de passeio e contemplação da natureza, realizados nos jardins e praças brasileiras a partir do final do século 19, por influência de padrões culturais europeus (MACEDO; ROBBA, 2003, p. 53).

ça do Centenário, no Farol. A Figura 85 mostra a estátua “América” e a Figura 86, a “Ásia” na Praça do Centenário na década de 1970. Por falta de imagens, não se tem confirmação da posição das outras duas estátuas.

Contribuindo para a experiência de lazer dos usuários, bancos de concreto armado sinuosos acompanham os canteiros com espécies arbustivas coloridas que circundam as fontes. As fotografias disponíveis não mostram o calçamento, para identificação do tipo de piso, mas mostram o ponto de ônibus em concreto armado na Figura 85 – outra marca de Sandoval – na rua Senador Mendonça.

Será considerado intervenção D4 o conjunto das mudanças que ocorreram na praça entre a intervenção de Sandoval Caju e o levantamento feito pelo Departamento de Parques e Jardins em 1982. Os espelhos d’água são substituídos por canteiros – o que empobrece visualmente as cores do local. No entanto, a configuração do espaço permanece essencialmente a mesma, com a manutenção da simetria e, até então, dos azulejos das bases das estátuas, como mostram a fotografia da Figura 87 e a planta da Figura 88.



Figura 85: D3 – Praça Marechal Deodoro com espelho d’água e uma das estátuas de Moreau, “América”, sobre base revestida de azulejos. Ponto

de ônibus à direita da fotografia. Teatro Deodoro ao fundo. Fonte: www.skyscrapercity.com (1970)

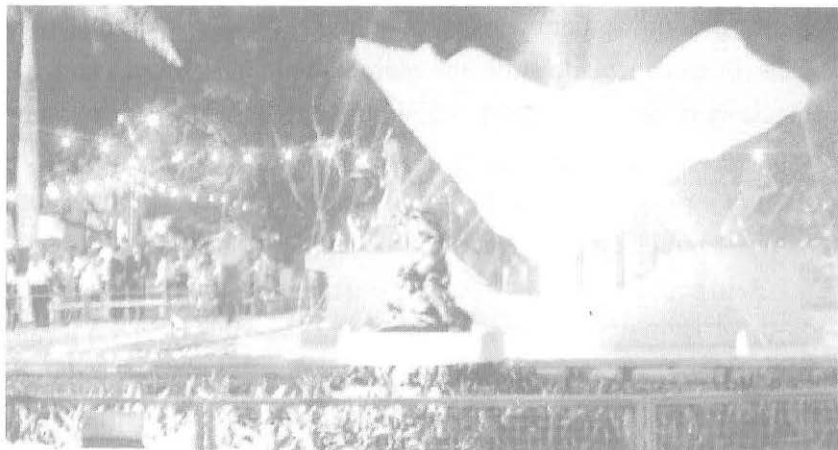


Figura 86: Estátua de Moreau, “Ásia”, na Praça Centenário. Fonte: Maceió Antiga (década de 1970)



Figura 87: D4 - Praça Marechal Deodoro com canteiros sinuosos no lugar dos espelhos d'água da intervenção anterior. Fonte: Misa (s/d)

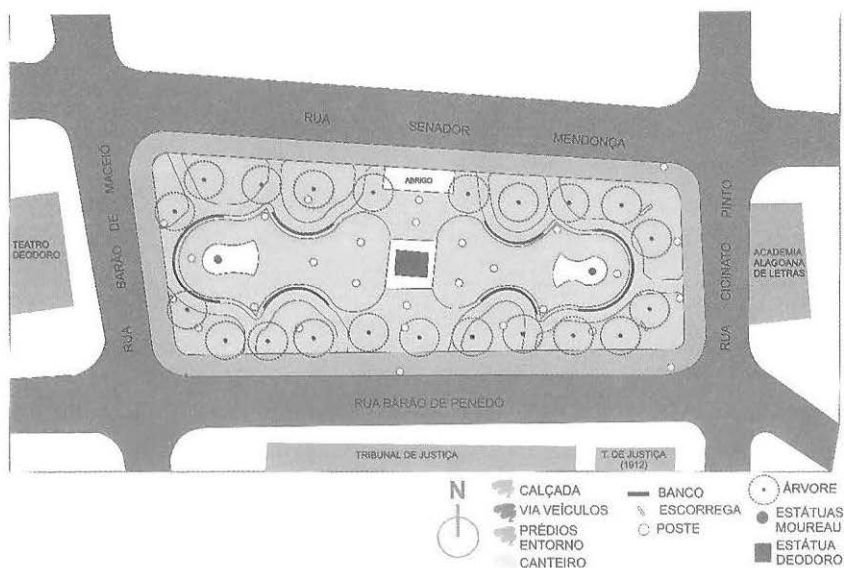


Figura 88: D4 – Levantamento da praça Marechal Deodoro em 1982. Fonte: Seminfra (1982, adaptado)

A intervenção D5, datada de 1982 e de autoria do Departamento de Parques e Jardins não tem confirmação de implantação. Não foram encontradas fotografias que correspondam à configuração representada nas plantas e cortes do referente ano. No entanto, mesmo que seja confirmado que existiu apenas como idealização do espaço, é válido o registro da intenção de projeto. Este projeto propõe uma priorização do lazer passivo com canteiros maiores e em menor número, em forma de polígonos com arestas arredondadas, que ocupam, da mesma forma, boa parte da praça – e incluem mais vegetação arbórea para fornecer sombra onde, até então, limitava-se às árvores enfileiradas da configuração D1, mantidas nas intervenções posteriores. A relação próxima da praça com o teatro é demonstrada pela intenção, no projeto, de um recuo nos canteiros, marcado na

planta como “apoio ao teatro”. Segundo os desenhos originais do projeto, adaptados e coloridos pela autora na Figura 89, os bancos são alterados de lugar mas permanecem longos e sinuosos, acompanhando o desenho dos canteiros; é proposto um novo abrigo de ônibus, em concreto armado, no local onde havia aquele instalado por Sandoval Caju, em relação ao qual os canteiros são recuados para dar espaço à movimentação em torno dele; as estátuas menores permanecem no local da intervenção D3, mas sem a base coberta de azulejos que o sustentava na intervenção anterior, e o piso é em pedra portuguesa.

Assim como a intervenção anterior, em relação à intervenção D6, de 1983, não foram encontradas fotografias que confirmem a configuração proposta em planta, mas a perspectiva elaborada pelo Departamento de Parques e Jardins sugere a volumetria da representação, na Figura 91. Neste traçado, como ilustra a Figura 90, a praça mostra sua vocação para o lazer passivo, que prioriza o pedestre com a incorporação das vias de veículos próximas como vias de pedestres, sendo o acesso feito a partir das esquinas das vias circundantes; com a predominância de canteiros com vegetação ocupando o piso, em desenho semelhante à intervenção anterior, mas sem o recuo dos canteiros em relação à influência do abrigo para o ponto de ônibus, que é retirado; e com a implantação de mais espécies arbóreas para fornecer sombra ao espaço. Mantém as estátuas menores no centro da praça e a relação com o teatro com a manutenção do espaço destinado ao “apoio ao teatro” também nesta intervenção.

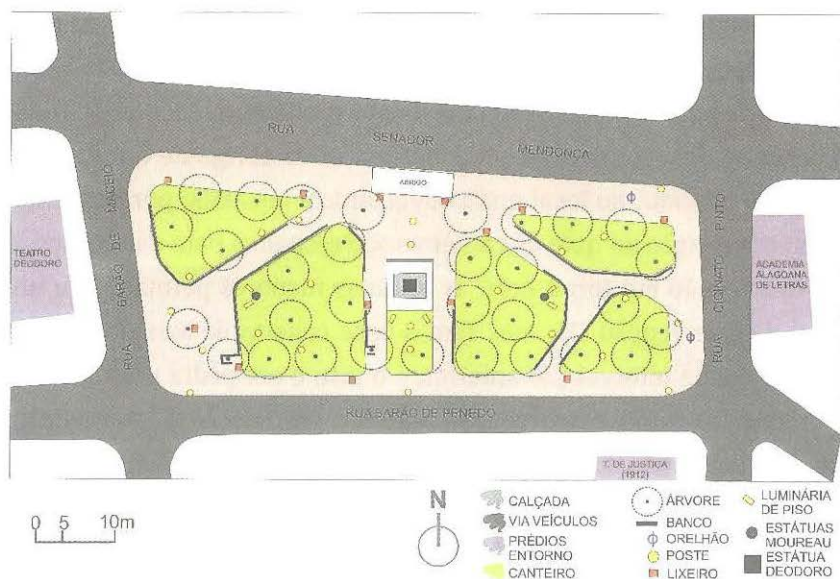


Figura 89: D5 – Projeto da Seminfra para a Praça Marechal Deodoro em junho de 1982. Fonte: Seminfra (1982, adaptado)



Figura 90: D6 – Projeto de reforma da Praça Marechal Deodoro. Fonte: Seminfra (1983, adaptado)

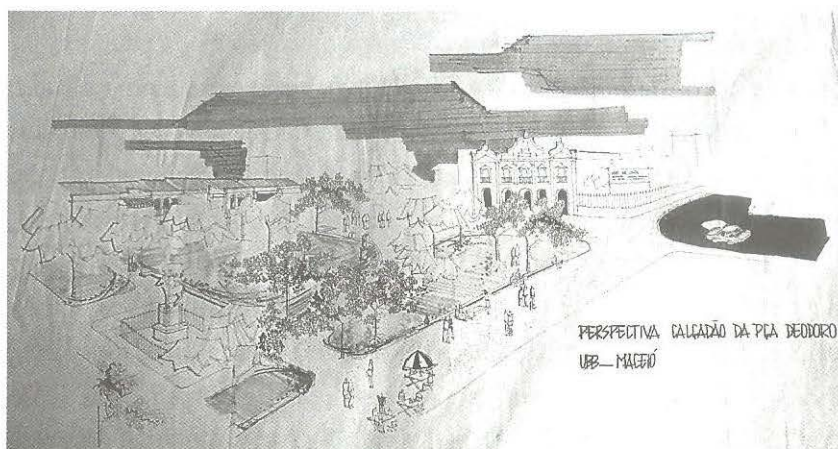


Figura 91: D6 – Perspectiva da proposta do “Calçadão da Praça Deodoro”. Fonte: Seminfra (1983, modificado)

Há a possibilidade de D5 e D6 nunca terem sido implantados no espaço, sem toda a vegetação arbórea representada nos projetos de autoria do Departamento de Parques e Jardins da, hoje, Seminfra. Caso seja confirmada, a real transformação da praça aconteceu da configuração D4 – com árvores enfileiradas marcando os limites da praça – para a intervenção D7, a seguir.

Na intervenção D7, de 1985, no mandato do prefeito José Bandeira de Medeiros (1983-1985), é proposta a elevação da porção central da praça para evitar que os transeuntes pisassem e destruíssem a vegetação (BRAGA, 2003, p. 65) e um canteiro retangular com vegetação na área ao redor do monumento, em substituição ao espelho d'água originalmente previsto e não implantado por questões de custo (BRAGA, 2003, p. 66).

Mesmo se D5 e D6 nunca tiverem sido de fato implantadas, a praça deixa de ter seu espaço quase que totalmente tomado por canteiros com vegetação, com espaços para o “estar” do usuário, para ser um espaço onde o calçamento predomina, e a vegetação aparece entre os espaços do piso, no chão, em pequenos canteiros na extremidade do piso superior da praça – além das árvores da primeira intervenção que permanecem – e o espaço é aberto para, além do lazer, a circulação de pessoas: os bancos deixam de ser longos e sinuosos para serem retos, curtos e espaçados, ao longo dos limites do nível superior, deixando de configurar obstáculo à circulação dos usuários.

Como mostra a planta na Figura 93, passa, assim, a configurar dois níveis ligados por quatro escadas de três degraus cada – uma para cada rua circundante, sendo duas grandes em frente ao teatro e à Academia de Letras, e outras menores, ligando a praça à rua Senador Mendonça e à travessa Dias Cabral. O nível superior é marcado por eixos perpendiculares que tem seu encontro no canteiro central – definidos por piso em paralelepípedo e piso granítico com grama –

e que direcionam às escadarias que ligam os níveis da praça, como mostram a Figura 92 e a Figura 95. As árvores existentes ficaram no nível inferior e as 4 (quatro) estátuas de Moreau voltam para esta praça e são colocadas nas extremidades do nível superior, sobre bases baixas de alvenaria, mas em posições diferentes das originais, como mostra o esquema na Figura 94, elaborado a partir da comparação do conjunto das fotografias consultadas para elaboração do trabalho.

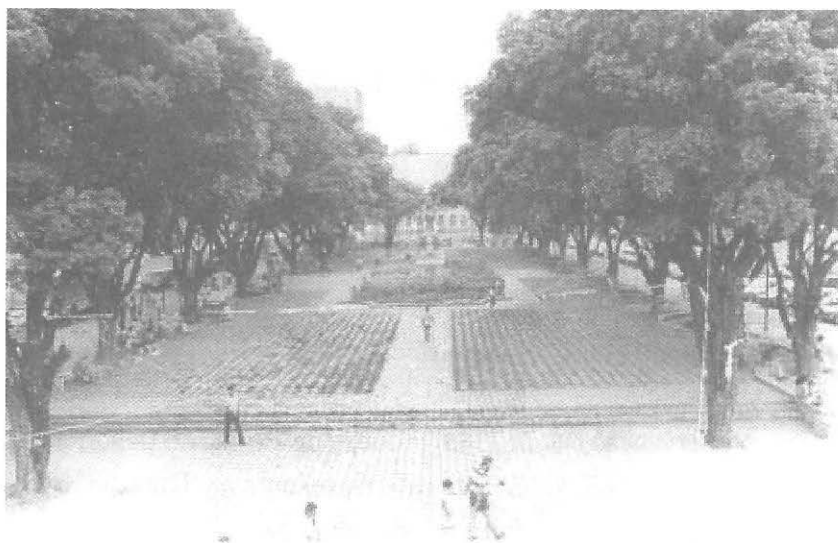


Figura 92: D7 – Praça Marechal Deodoro em dois níveis com piso em paralelepípedos e eixos marcados em pedra granítica. Fonte: Misa (1987)

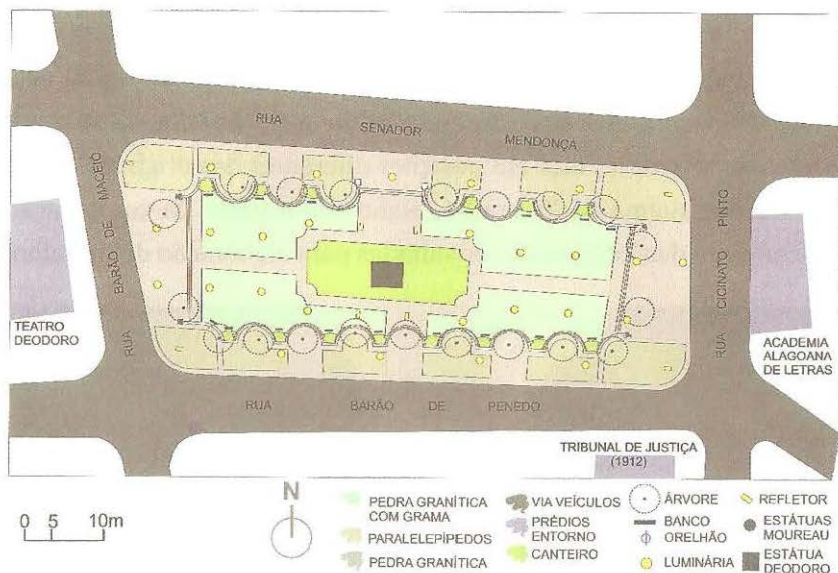


Figura 93: D7 – Projeto de Reforma da Praça Marechal Deodoro em 1985.

Fonte: Seminfra (1985, adaptado)

A intervenção D8, de 1989, também de autoria do Departamento de Parques e Jardins, não tem confirmação de implantação, mas a perspectiva na Figura 97 fornece uma ideia da volumetria proposta. A circulação continua sendo o foco do traçado, com a adição de mais quatro escadas pequenas ao longo da maior dimensão da praça, duas ao longo da rua Senador Mendonça e duas ao longo da travessa Dias Cabral; e a disposição dos bancos deixam de ser longos e sinuosos para serem retos, curtos e espaçados, ao longo dos limites do nível superior, oferecendo menos espaço para sentar.

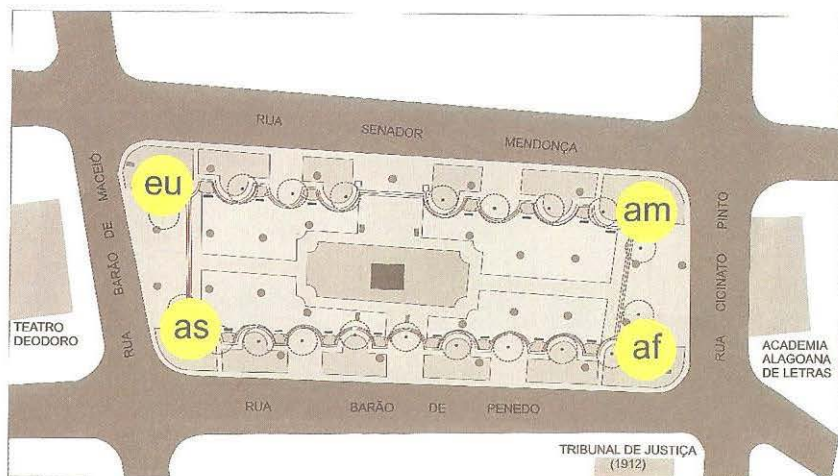


Figura 94: D7 - Esquema de arranjo das estátuas de Moreau na Praça Deodoro, em posições diferentes das originais, sendo “eu”, Europa; “as”, Ásia; “am”, América; e “af”, África. Fonte: autora, a partir de Seminfra (1985)

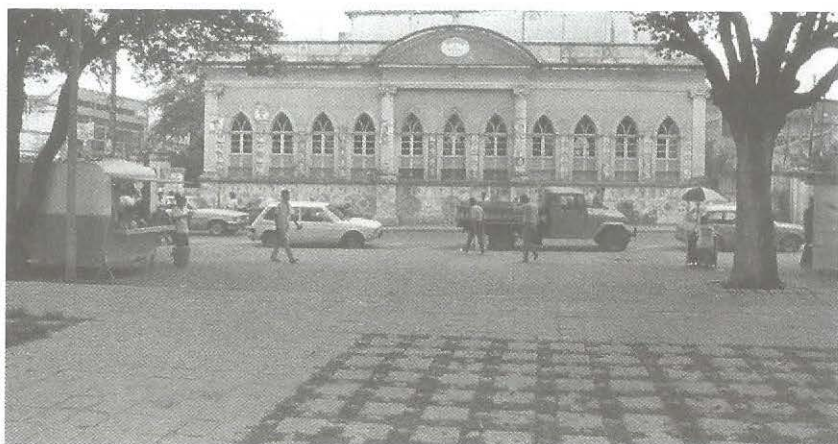


Figura 95: D7 - Detalhe do piso em pedra granítica com grama da Praça Marechal Deodoro. Fonte: sites.google.com/site/maceioontemhoje/bairro-de-jaragua (s/d)

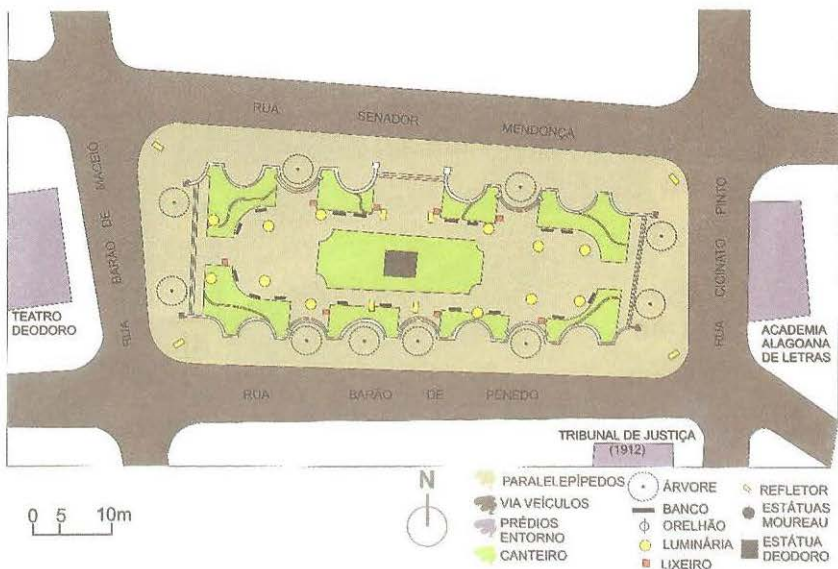


Figura 96: D8 - Projeto de reforma da Praça Marechal Deodoro em 1989.

Fonte: Seminfra (1989)

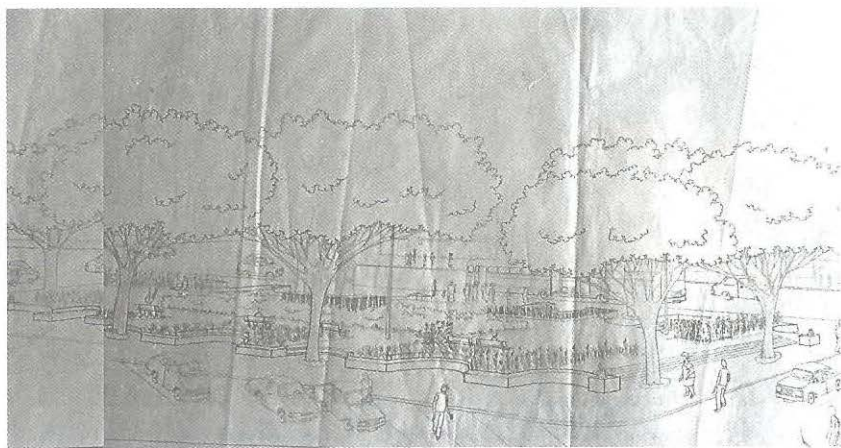


Figura 97: D8 - Perspectiva do projeto de reforma da Praça Marechal

Deodoro em 1989. Fonte: Seminfra (1989)

A intervenção **D9** é composta das alterações ocorridas no período entre 1989 e 2001, das quais não foram encontrados registros oficiais. Supondo-se que a intervenção D8 foi implantada – nesta intervenção, houve diminuição dos canteiros para pequenos canteiros nas extremidades do nível superior da praça. O piso permanece revestido de paralelepípedos (Figura 99) e são instalados novos bancos de concreto com encosto de ferro, como mostra a Figura 100. As alterações da reforma aparecem no levantamento fotográfico feito em 2009 pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento (Sempla), na Figura 98. Com esta nova configuração, os elementos são dispostos de forma a favorecer a circulação do usuário pelo espaço – pois canteiros, árvores e bancos são colocados fora do trajeto feito entre duas ruas paralelas; adição de dois canteiros menores no centro do nível superior da praça, totalizando três, à distância simétrica do canteiro central preexistente, destacando a estátua do marechal Deodoro no centro da praça.

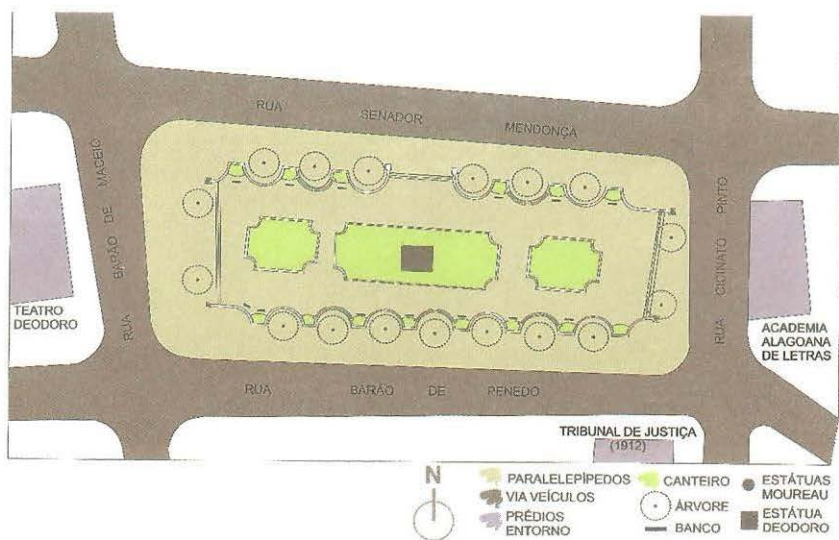


Figura 98: D9 – Projeto de reforma da Praça Marechal Deodoro. Fonte: Seminfra (s/d)



Figura 99: D9 – Piso em paralelepípedos na parte mais baixa da praça.

Fonte: Sempla (2009)



Figura 100: D9 – Piso em paralelepípedos na parte elevada da praça e

banco de concreto com encosto de ferro. Fonte: Sempla (2009)

PRAÇA MARECHAL DEODORO CONTEMPORÂNEA: D10 A D12

Na gestão do prefeito Pedro Vieira (1992-1993), foram implantadas grades ao redor da praça, como mostra a fotografia na Figura 101, sem, no entanto, alterar quaisquer outros elementos, o que será considerado D10. O acesso ficou dificultado e desmotivou o passeio dos transeuntes, segundo Braga (2003, p. 66).

A retirada das grades aconteceu entre 2001 e 2002 – D11 –, mantendo os demais elementos intactos, na gestão da prefeita Kátia Born (2001-2004), segundo registro de Braga (2003, p. 66). Alguns anos depois, em 2006, começou a ser erguido, no entorno da praça, ao lado do antigo Tribunal de Justiça de autoria de Luigi Lucarini, a sede do Tribunal de Justiça²⁰, projeto de Mário Aloísio Barreto (Figura 102).

A intervenção D12, de autoria da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento (Sempla) foi implantada em 2009, na segunda gestão do prefeito Cícero Almeida (2009-2012), como parte do Plano de Requalificação do Centro. A visão aérea da praça com a nova configuração pode ser vista na Figura 104. A circulação foi favorecida pela troca do paralelepípedo, que revestia o chão da praça, por concreto polido em cor natural e piso cimentício na cor terracota – material que garante uma cobertura mais regular que aquele –, marcando o passeio externo da praça e os canteiros centrais; e pela substituição de duas das quatro escadas pequenas por rampas semicirculares como medida para aumentar a acessibilidade ao nível mais alto da praça. Os canteiros no limite do nível superior são retirados e permanecem no espaço apenas as árvores no nível inferior e os três canteiros no centro do nível superior. Os bancos de concreto são

²⁰ <http://www.tjal.jus.br/>

substituídos por outros com base de concreto, e assento e encosto de madeira, mais ergonomicamente exatos e, portanto, mais confortáveis (MACEIÓ, 2008). A incorporação da travessa Dias Cabral à praça, como uma via de pedestres, fornece mais espaço para circulação (MACEIÓ, 2008). A nova via de pedestres marca os limites originais da praça por um leve desnível, e conversa com a nova configuração da praça ao usar os mesmos materiais de piso da praça e instalar bancos iguais àqueles instalados no local ao longo de sua extensão, e espécies arbóreas (ainda jovens) que ainda não fornecem sombra, como mostra a Figura 106.

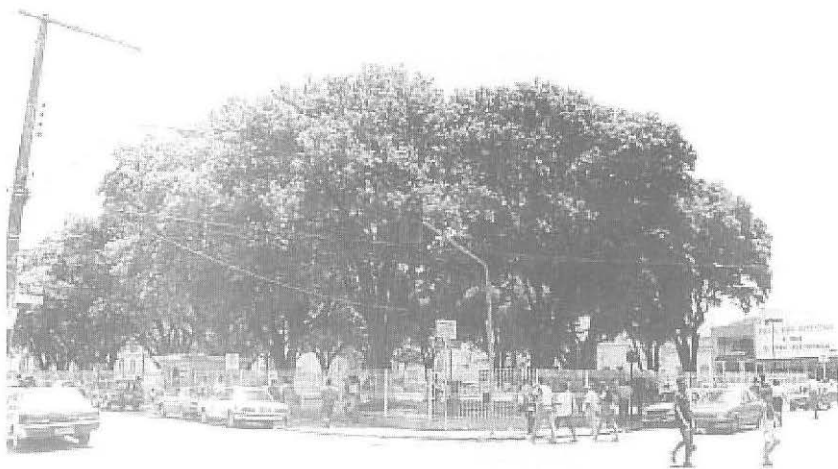


Figura 101: D10 - Praça Marechal Deodoro em 1992, com grades circundando o espaço da praça. Fonte: Misa (1992 cópia em preto e branco)



Figura 102: Prédios antigo e novo do Tribunal de Justiça de Alagoas. Fonte: www.tjal.jus.br (s/d)

Em 2010, a Câmara dos Vereadores, em reforma por 10 meses, foi reinaugurada, com uma nova fachada (Portal Cadaminuto, 2010).

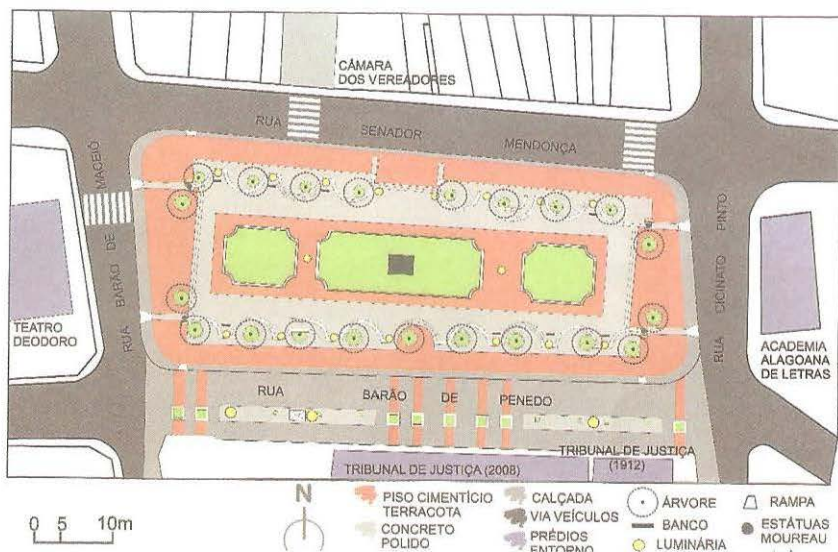


Figura 103: D11 – Projeto de reforma da Praça Marechal Deodoro em 2009. Fonte: Sempla (2009); Sempla (2005, adaptado)



Figura 104: D12 – Vista aérea da Praça Marechal Deodoro. Fonte: Victor Hugo (2013)



Figura 105: D12 - Praça Marechal Dedoro. Fonte: Victor Hugo (2013)



Figura 106: D12 – Praça Marechal Deodoro e travessa Dias Cabral transformada em via de pedestres. Ao fundo, a Academia Alagoana de Letras. Fonte: Victor Hugo (2013)

3.4 Qualidades histórico-culturais das praças

A partir do levantamento da trajetória histórica das praças, são identificadas: 1. a função histórico-cultural de cada praça, de acordo com os marcos históricos da formação do povoado e da vila que deram origem a Maceió; e 2. os elementos marcantes no traçado das praças, que as caracterizam como espaços singulares. Os elementos marcantes estão presentes como características de acessos, espaços livres, eixos e traçado, esculturas, vegetação e edifícios do entorno; e são através destes elementos que a praça mantém uma relação com o seu passado. O conjunto destes elementos compõe a qualidade de cada praça.

PRAÇA DOM PEDRO II

A Praça Dom Pedro II, também conhecida como “Páteo da Capela” (nos tempos do povoado), “Largo do Pelourinho”, Praça da Matriz” (COSTA, 1981, p. 28), “Praça da Catedral” (ALBUQUERQUE, 1989 apud Braga, 2003, p. 36) e “Praça da Assembleia” (BRAGA, 2003, p. 35), foi a *célula máter* do povoado (COSTA, 1981, p. 12). **O marco zero do surgimento da cidade:** o local do engenho-banguê Maçayó (BRAGA, 2003, p. 35). Ponto de encontro das vias que traziam as mercadorias do interior (COSTA, 1981, p. 12) em direção ao porto de Jaraguá – um dos trechos corresponde à rua do Comércio, principal via da cidade na época. Neste largo, aconteceu a cerimônia que elevou o povoado a vila (COSTA, 1981, p. 28), e nele estavam o pelourinho e os demais elementos necessários para a elevação, em 1816 (BRANCO, 1993, p. 22). Foi o primeiro largo a ser transformado em praça ao receber o monumento a Dom Pedro II, em 31 de dezembro de 1861 (LEÃO, 2010, p. 70), e o primeiro centro social da vila – local de reunião da sociedade, que todos os domingos após as missas, ia ao passeio público apreciar as retretas (DIEGUES JR, 1932 apud COSTA, 1981, p. 203). Dentre os edifícios do entorno, são tombados em nível estadual o Palacete do Barão de Jaraguá, desde 1985²¹, e a Igreja Matriz, obra de Gradjean de Montigny (DUARTE, 1983, p. 24), desde 1988²². Teve 8 (oito) intervenções no seu espaço, como mostra a Figura 109.

21 ALAGOAS, Decreto nº 6.219 de 01 de abril de 1985.

22 Idem, Decreto nº 33.127, de 31 de agosto de 1988.

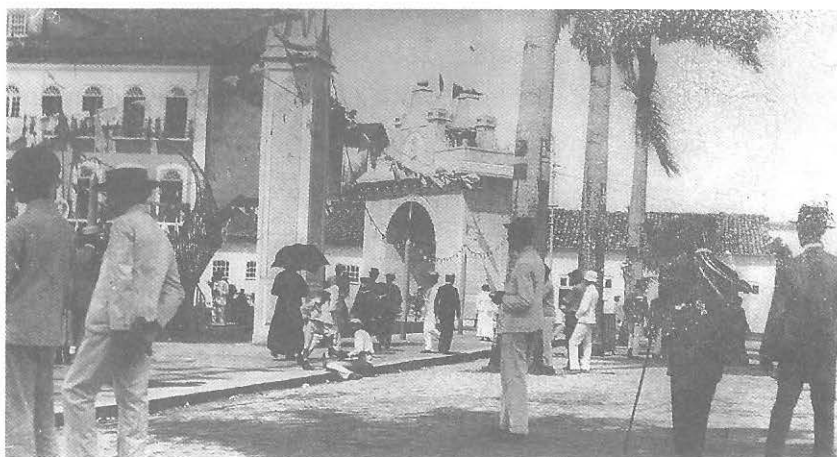


Figura 107: Evento na Praça Dom Pedro II. Observar a posição das palmeiras, que indicam que a fotografia é, provavelmente, do fim do século 19. Ao fundo, o Palacete do Barão de Jaraguá. Fonte: APA (s/d)

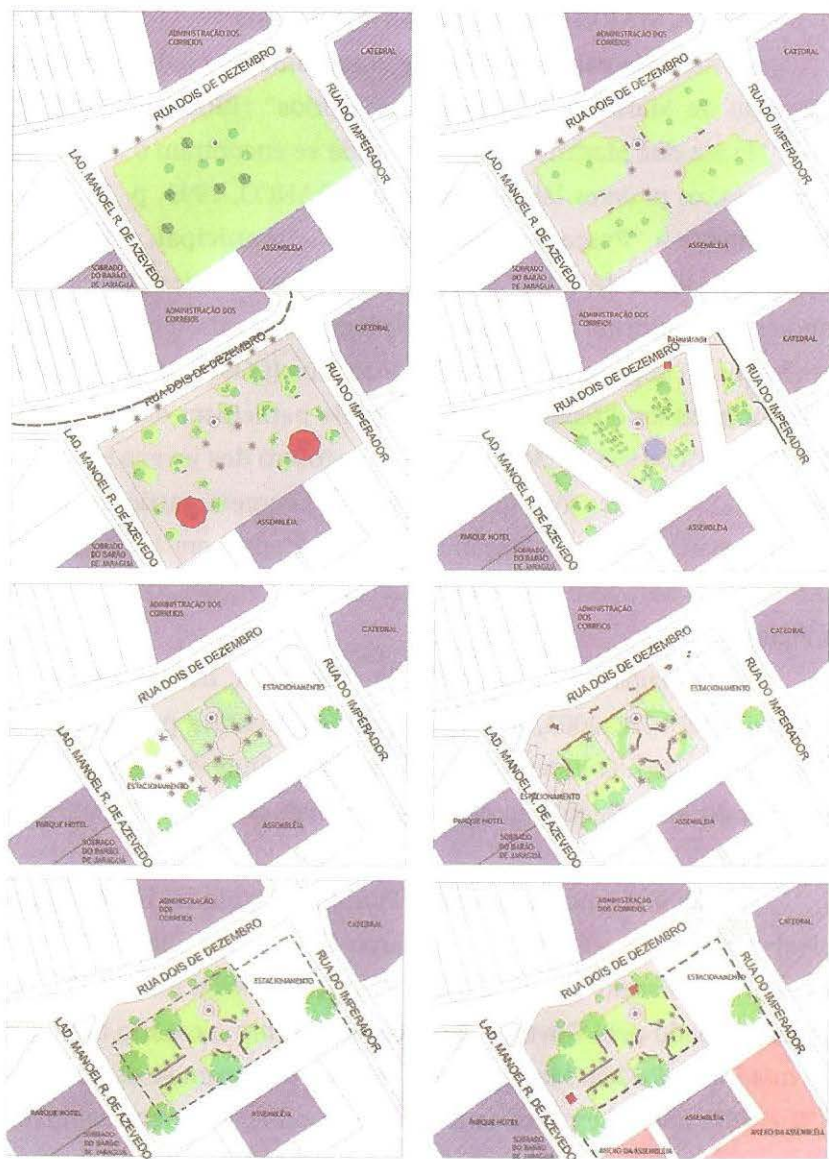
A praça foi marcada, em sua forma, ao longo da sua história, pelos seguintes elementos:

- organização da praça em um único nível (1);
- manutenção de dois eixos perpendiculares em todas as intervenções, marcados por passeios e mobiliário (2) – o eixo que vai do Parque Hotel e do Palacete de Barão de Jaraguá à Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres e o eixo que vai da Secretaria Federal da Fazenda à Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas;
- o totem com a estátua de Dom Pedro II, que permanece no local original em que foi implantado em 1861, na intervenção P1 (3);
- palmeiras marcando ao menos um dos eixos da praça – entre a Igreja Matriz e o Palacete do Barão de Jaraguá (4);
- edificações do entorno (marcados pelos eixos): Matriz de

Nossa Senhora dos Prazeres (5a), Assembleia Legislativa (5b), Parque Hotel (5c), Sobrado do Barão de Jaraguá (5d) e Secretaria da Fazenda (antiga Administração dos Correios – 5e).



Figura 108: Praça Dom Pedro II - elementos marcantes sobre planta da configuração atual. Fonte: Leão (2010, p. 114, adaptado)



O marco zero da cidade

Figura 109: Praça Dom Pedro II – qualidade e intervenções. Fonte: autora (2014, a partir de LEÃO, 2010)

PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO

A Praça Marechal Floriano Peixoto, também conhecida como “Cercado do Marinho”, “Largo dos Martírios” (BRANCO, 1993, p. 34) e “Praça dos Martírios” é o local onde se encontram o sagrado e o profano, os poderes laico e religioso (BRANCO, 1993, p. 34) mais precisamente a “**Praça dos Três Poderes**” – **municipal, estadual e religioso** (MELÂNIA et al, 2013, p. 10) – representados por edificações em seu entorno. Dentre as festividades realizadas no local desde os tempos de largo, está a Festa dos Martírios (COSTA, 1981, p. 203); onde pessoas de diferentes classes sociais participam das festividades (BRANCO, 1993, p. 34) e ponto de encontro dos jovens (BRAGA, 2003, p. 25). A praça foi o local de parte das comemorações relativas ao aniversário da Emancipação Política de Maceió em 1917 (BRANCO, 1993, p. 34). Teve apenas 4 (quatro) intervenções, como mostra a Figura 111.

Até os anos 1960, foi palco de procissões, desfiles escolares e corsos (BRAGA, 2003, p. 25) e eventos de cunho político (BRAGA, 2003, p. 25). O movimento das águas da fonte conhecida como “cuscuz do Major”, ao som da música, encantava a cidade (BRAGA, 2003, p. 38).

Em 2000, o entorno da Praça Floriano Peixoto foi tombado em nível estadual por ser a praça um marco de relevância para a história e cultura de Maceió²³; e, em 2009, o Palácio Marechal Floriano Peixoto foi tombado pelo Governo do Estado²⁴. Dentre o casario tombado na quadra do Palácio Mal. Floriano Peixoto, destacam-se os números 559 e 587, aparentemente sem grandes modificações em comparação com fotografia da época da intervenção M1 (Figura 112). A praça

23 ALAGOAS, Decreto nº 38.309, de 09 de março de 2000.

24 Idem, Decreto s/n, de 17 de junho de 2009.

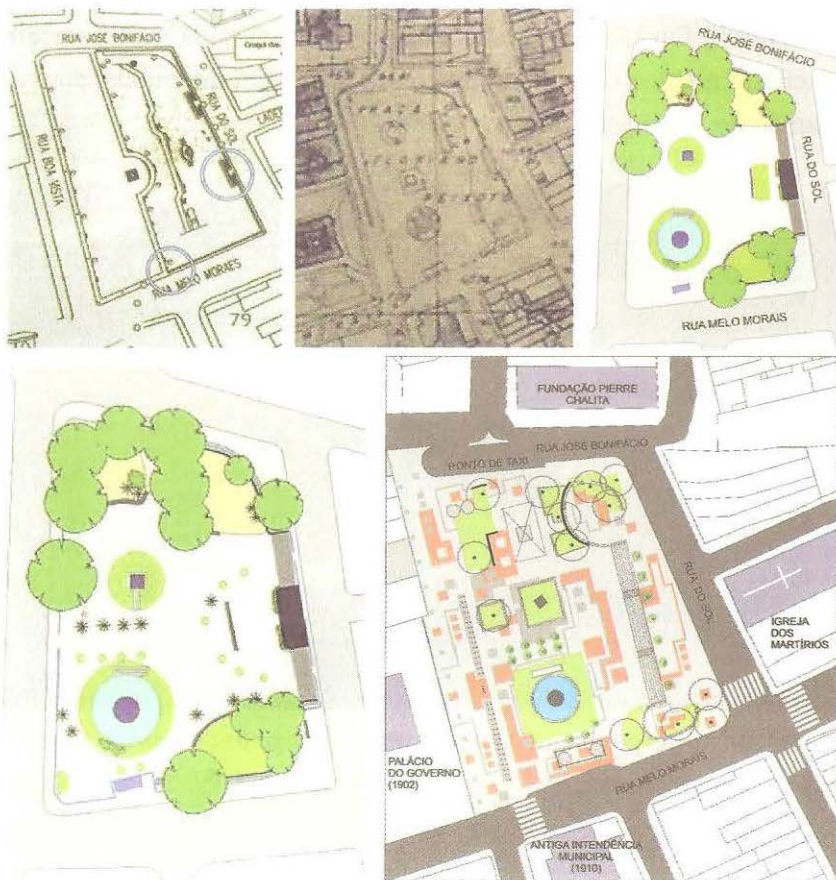
continua sendo ponto de parada de todas as manifestações religiosas do Centro²⁵. Em 17 de junho de 2013, foi palco de uma manifestação de cunho político contra o aumento da passagem de ônibus, com a reunião de 5 mil pessoas em seu espaço²⁶.



Figura 110: cartão-postal que mostra a festa no Largo dos Martírios. Fonte: Misa (s/d)

25 Franco (2004, passim).

26 TNH1 (2013). Fotografias da manifestação podem ser encontradas em: <https://www.flickr.com/photos/midianinja/sets/72157634183383289/>.



Praça dos Três Poderes

Figura 111: Praça Marechal Floriano Peixoto – qualidade e intervenções.

Fonte: autora (2014, a partir de Araújo, 2002); Sempla (1960); Quapá (1996) e Serveal (2002)



Figura 112: casario remanescente do entorno da Praça Mal. Floriano Peixoto, tombado em nível estadual. Fonte: Misa (1920); autora (2014)

Dentre os elementos que a compuseram ao longo da sua trajetória físico-espacial, estes se destacam e a caracterizam:

- organização da praça em dois níveis: um mais alto, próximo à Igreja dos Martírios (1a), e outro mais baixo (1b), ligados pela escadaria (1c);
- traçado com predominância de espaço livre, sem eixos marcados (2);
- a manutenção da estátua do marechal Floriano Peixoto no local original, com uma mudança na intervenção M2, em que estava voltada para o Palácio do Governo e passa a ser voltada para a rua do Comércio (3a); existência de fontes ou espelhos de água (3b);
- vegetação colocada na periferia da praça, mantendo a maior parte do espaço livre de obstáculos (4);
- edificações marcantes do entorno: Igreja de Bom Jesus dos Martírios (5a), antiga Intendência Municipal, atual Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas) (5b), Palácio do Governo (5c), Fundação Pierre Chalita (5d).



Figura 113: Praça Mal. Floriano Peixoto – manifestação em 17 de junho de 2013 Fonte: Popfuzz (2013)

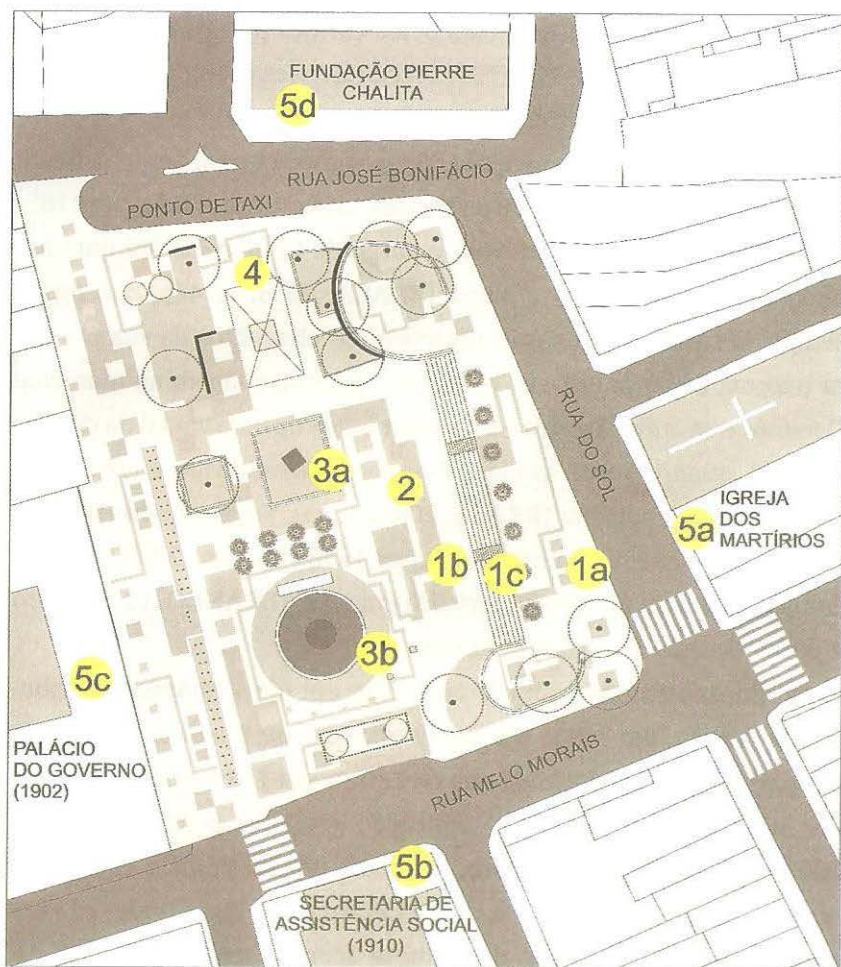


Figura 114: elementos marcantes da Praça Marechal Floriano Peixoto, sob planta da configuração atual. Fonte: Serveal (2007); Sempla (2005, adaptado)

PRAÇA MARECHAL DEODORO

A Praça Marechal Deodoro, antes “Largo da Cotinguiba” (BRANCO, 1993, p. 33), “Largo das Princesas” (BRAGA, 2003, p. 40)

e “Praça das Princesas” (BRAGA, 2003, p. 63); constitui **ponto de encontro de lazer**, um dos mais belos cartões-postais do Centro de Maceió (PORTAL CADAMINUTO, 2011), talvez concebida como **lugar destinado à intelectualidade que seria atraída pelo teatro** (ARAÚJO, 2002, p. 61) **e pela Academia Alagoana de Letras**. Teve, ao longo de sua história, 12 (doze) intervenções, como mostra a Figura 116.

Na época do povoamento, o Largo da Cotinguiba era uma rua onde havia habitações de palha (BRAGA, 2003, p. 40), que foram sendo substituídas por casario eclético. Os elementos da sua primeira reforma como praça – as esculturas em homenagem ao marechal Deodoro e as outras quatro – foram símbolos da vida social da década de 1920, quando todas as classes sociais aproveitavam tardes musicais nos fins de semana (BRAGA, 2003, p. 33). Foi ponto de encontro e passeios, inclusive à noite, nos anos 1950 (BRAGA, 2003, p. 65) e considerada polo de atração turística em 1967 (BRANCO, 1993, p. 33) e ponto de manifestações políticas.

Em seu entorno, foram tombados, em nível estadual, o Tribunal de Justiça, em 1998, por representar a casa maior da Justiça de Alagoas²⁷; a Academia Alagoana de Letras, em 1999, por ser um prédio originalmente dedicado à educação e, agora, às letras (BRAGA, 2003, p. 65); o Teatro Deodoro, em 2008, por ser edifício expressivo remanescente do período em que o Centro era o lugar onde todas as manifestações da vida social e cultural aconteciam²⁸.

27 ALAGOAS, Decreto nº 33.271, de 13 de dezembro de 1998.

28 Idem, Resolução nº 03, de 04 de abril de 2008.

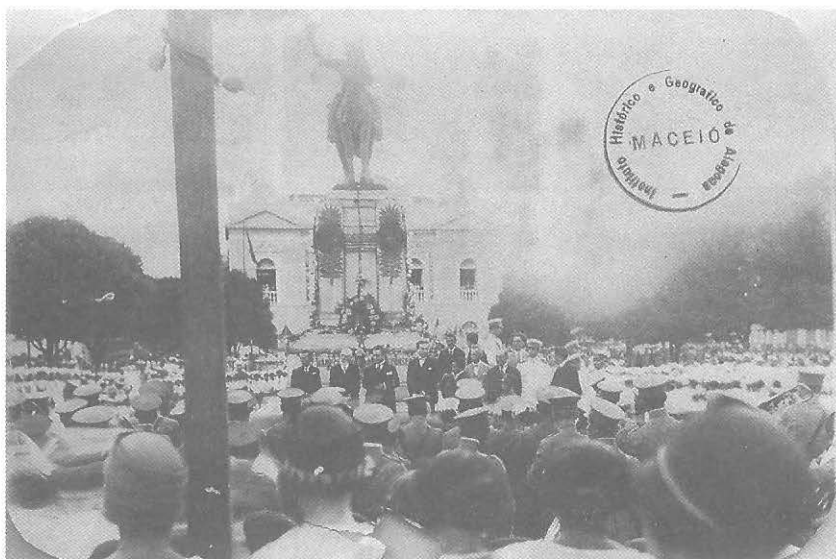
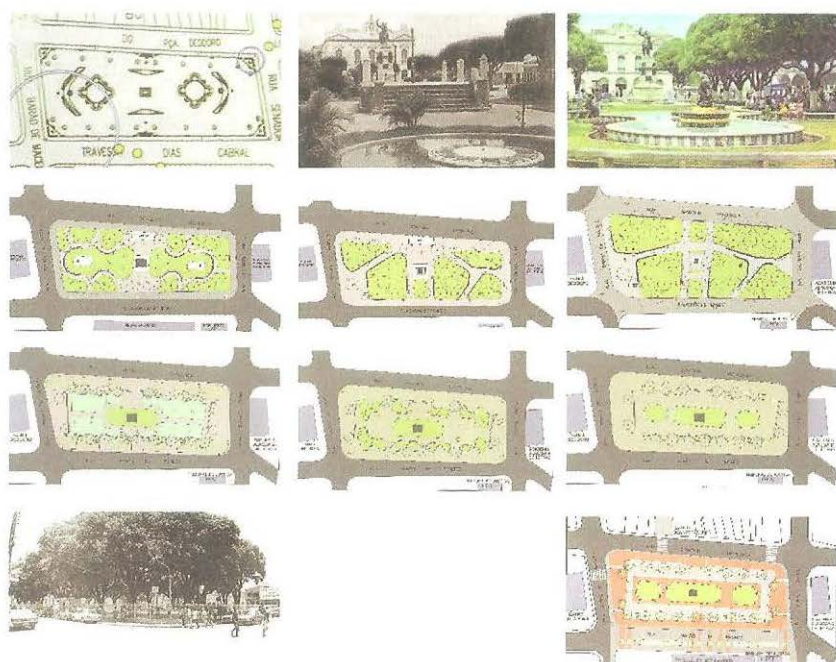


Figura 115: solenidade comemorativa do centenário de nascimento do marechal Deodoro na Praça Mal. Deodoro, em 1927. Fonte: Ihgal (s/d)



Local da intelectualidade e da cultura

Figura 116: Praça Marechal Deodoro da Fonseca – qualidade e intervenções. autora (a partir de Araújo, 2002); Seminfra (1982, 1983, 1985, 1989)

Estes elementos, comuns às reformas nesta praça, caracterizam-se:

- organização da praça originalmente em um único nível (1) e hoje em dois níveis;
- a manutenção de um eixo de harmonia, que organiza a praça transversalmente a partir da estátua do marechal Deodoro, mantendo elementos em mesmo número dos dois lados do eixo (2);
- manutenção da estátua do marechal Deodoro no centro da praça – voltado para a Academia Alagoana de Letras, marcando o eixo de simetria/harmonia (3a) e a manutenção

das estátuas dos pequenos caçadores em números iguais de cada lado do eixo da praça, apesar de não mantidos em seus locais originais (3b);

- presença de vegetação – em sua maioria, oitizeiros, preservados, plantados na intervenção M1 (4).
- edificações marcantes do entorno: Academia Alagoana de Letras (5a), Teatro Deodoro (5b) e o Tribunal de Justiça de *Lucarini* (5c).

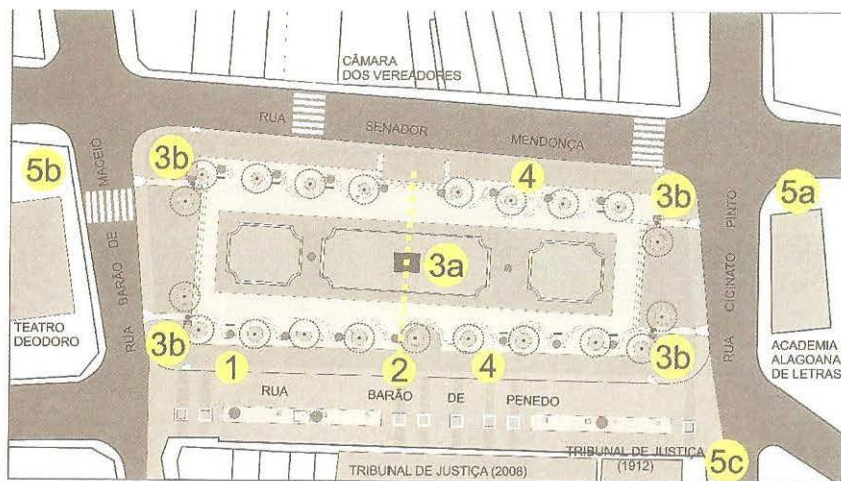


Figura 117: Elementos marcantes da Praça Marechal Deodoro, sob planta da configuração atual. Fonte: Sempla (2009); Sempla (2005, adaptado)

Concluída a identificação das qualidades e elementos marcantes de caráter patrimonial das três praças, podemos incluir estes elementos – essenciais no desenho das praças por torná-las singulares – na análise de uso, no capítulo seguinte, para avaliar como o desenho da praça valoriza as qualidades e os elementos marcantes de cada uma das praças.

4. UTILIZAÇÃO ATUAL

Para atingir o objetivo estabelecido pela Requalificação do Centro de Maceió quanto à “recuperação das praças e dos espaços públicos da área central **compatibilizando a sua memória histórico-cultural com a sua utilização atual**” (MACEIÓ, 2001, p. 49, grifo nosso), este capítulo objetiva identificar problemas decorrentes da configuração da praça em relação à efetividade com a qual a praça cumpre sua função como espaço público: permitindo o acesso de todos, valorizando sua qualidade principal e seus elementos marcantes (como a memória histórico-cultural, identificada no capítulo anterior) e que – sendo originalmente os primeiros largos do Centro da cidade – ajudam a contar a história da origem e da evolução da cidade.

Visto que, segundo Alex, “[v]erificar o **uso** do espaço é fundamental para revelar as necessidades dos frequentadores e assinalar pontos positivos e negativos dos lugares” (2011, p. 27, grifo nosso). Estando as praças inseridas na Zona Especial de Preservação Cultural – ZEP 2, a análise visa avaliar como o arranjo destes mesmos elementos **promove uma aproximação entre o usuário e a qualidade de cada praça através de seus elementos marcantes - do interior e do entorno**, assim promovendo uma relação mais próxima do usuário com sua memória histórico-cultural.

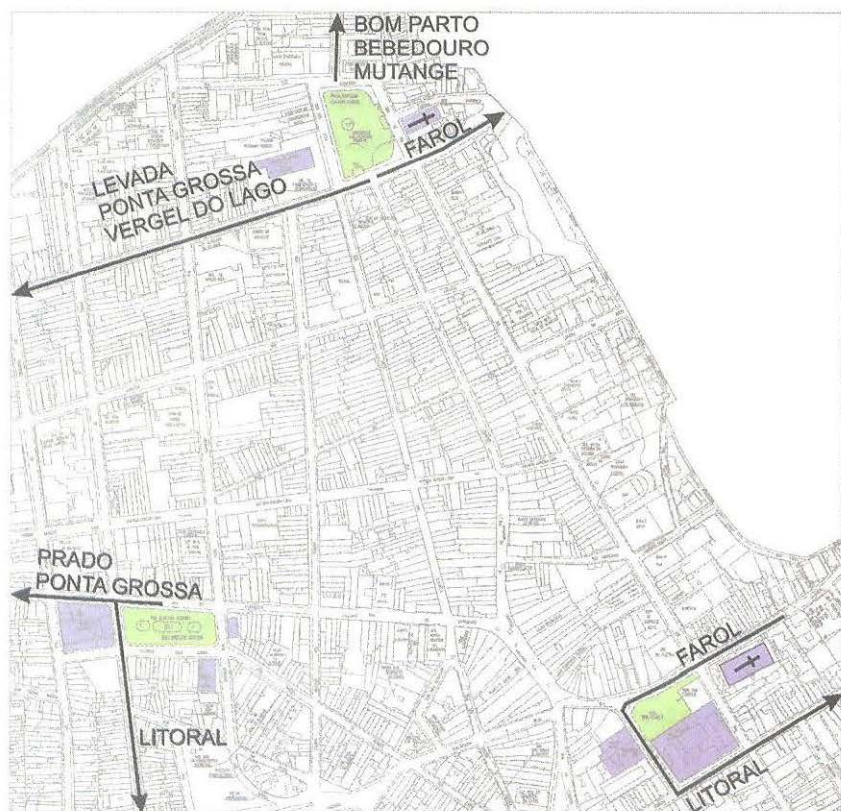


Figura 118: ligação das praças com os demais bairros através de itinerário de transporte público. Fonte: Sempla (2005, modificado a partir de www.smtt.maceio.al.gov.br/portal/servicos/linhas.jsf)

As categorias de análise visam a identificação de problemas no espaço da praça, quanto aos elementos considerados importantes por Alex (2009) e Murillo Marx (1980): a) acessos; b) piso c) mobiliário; d) elementos decorativos; e) vegetação; e f) edificações do entorno.

Para ajudar a entender os fluxos observados na análise de uso em cada praça, o mapa da Figura 118 mostra os bairros que são ligados às proximidades das praças através do itinerário do transporte

público, ou a uma distância facilmente percorrível a pé. Os esquemas elaborados a partir da observação *in loco* e as observações quanto ao uso da praça estão apresentados a seguir:

4.1 Praça Dom Pedro II

a. Quanto aos espaços livres e acessos:

- a.1. Os passeios centrais da praça, que marcam os eixos – do Parque Hotel à Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres e da Secretaria da Fazenda à Assembleia Legislativa –, foram utilizados apenas no horário da manhã (08h00-09h00) como local de passagem para os transeuntes que se deslocam entre a rua do Sol, a ladeira Manoel Ramalho de Azevedo e a rua do Imperador.
- a.2. O estacionamento da Assembleia Legislativa é uma barreira à circulação que limita as opções de circulação ao espaço interno da praça por incluir, em sua delimitação, a calçada externa dos eixos da praça (Figura 120) e limitar o trajeto àquele percorrido pelos transeuntes no horário da manhã (08h00-09h00).

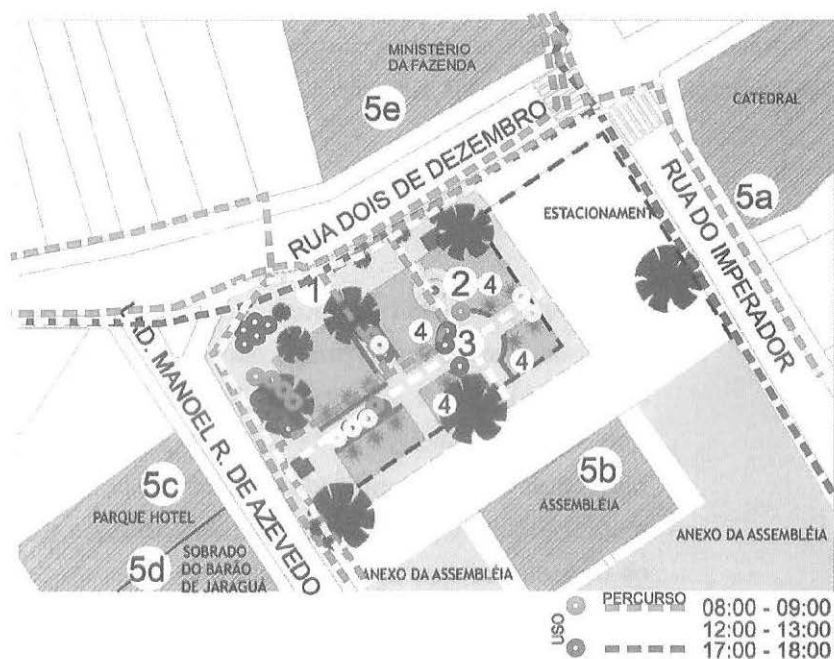


Figura 119: mapa de circulação de uso da Praça Dom Pedro II em 2014.

Fonte: Leão (2014, adaptado)



Figura 120: Praça Dom Pedro II – o estacionamento inclui as calçadas da praça. Fonte: autora (2014)

b. Piso:

- b.1. O piso está desnivelado e faltante em alguns pontos da calçada e do interior da praça;

c. Mobiliário:

- c.1. Os bancos semicirculares em concreto no cruzamento dos eixos estão em bom estado de conservação, mas os demais bancos lineares, em madeira, estão em mau estado de conservação, com os encostos quebrados e assento danificado. Este fato não impede que estes sejam preferidos aos bancos semicirculares em todos os horários observados. Os bancos semicirculares são ocupados no final da tarde (17h00-18h00).

d. Elementos artísticos:

- d.1. É ausente na praça qualquer informação escrita sobre o fato dela ser o local do surgimento da cidade, menção ao engenho, menção à visita do imperador Dom Pedro II (que deu nome à praça) ou à data de inauguração e reformas;
- d.2. As inscrições “Magno Petro Alagoana Provintia Grata” estão deterioradas na base da estátua de Dom Pedro II, por manchas no mármore (Figura 123), e é possível ler as inscrições com dificuldade, mesmo com a distância imposta pela grade de proteção. A inscrição acima desta e as demais estão ilegíveis por conta das manchas e do desgaste do mármore;
- d.3. A estátua de Dom Pedro II não tem bancos imediatamente próximos a ela, mas se o usuário sentar num dos bancos semicirculares, de costas para a Assembleia,

consegue visualizar a totalidade da base da estátua e o busto do imperador Dom Pedro II (Figura 122);

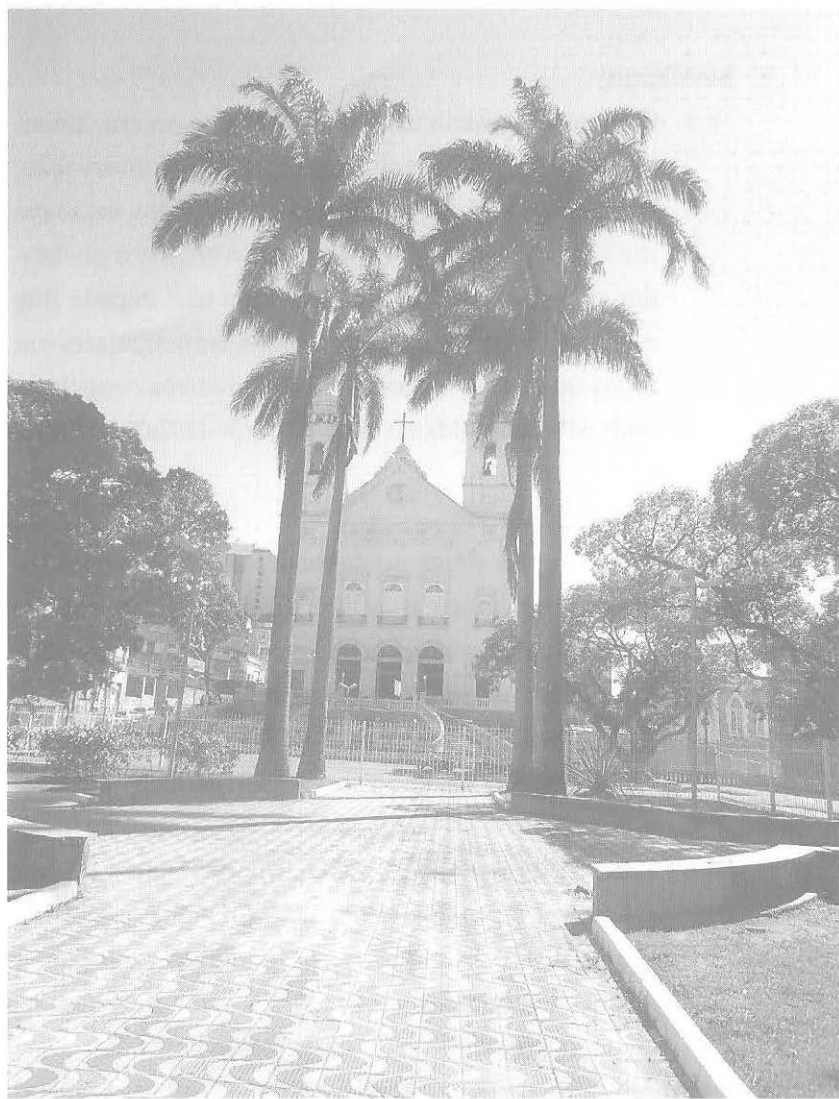


Figura 121: Igreja Matriz enquadrada pelas palmeiras imperiais da Praça Dom Pedro II. Fonte: autora (2014)

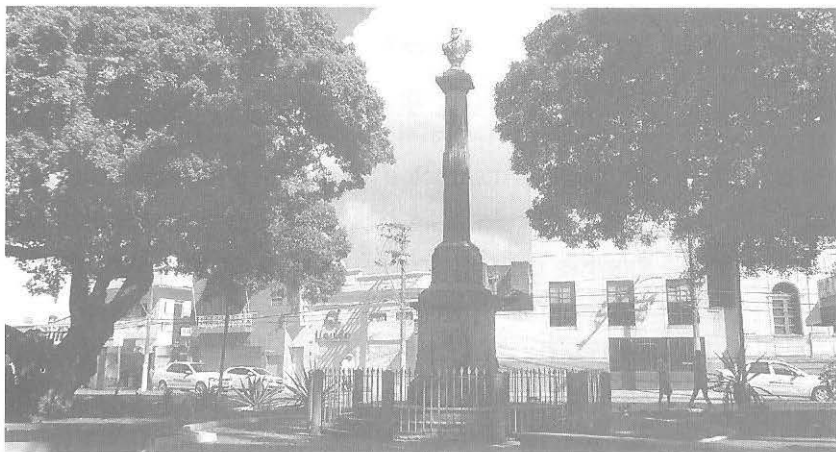


Figura 122: estátua de Dom Pedro II a partir da visão de um observador sentado num banco semicircular na interseção dos eixos. Fonte: autora (2014)

e. Vegetação:

- e.1. As palmeiras no eixo “Igreja Matriz-Parque Hotel” enquadram a vista da Igreja Matriz (Figura 121), mas os veículos parados no estacionamento da Assembleia Legislativa criam um obstáculo e prejudicam a ligação entre a igreja e a praça, por distanciar fisicamente a ligação entre estes dois elementos, forçando o usuário a caminhar contornando os limites do estacionamento para chegar à escadaria da Catedral. Assim, o usuário não pode ser direcionado pelo traçado até a igreja em questão.
- e.2. As palmeiras mais próximas da interseção entre os eixos não são originais, mas marcam o local de outras palmeiras que já estiveram no local. Não há diferenciação entre estas e as demais palmeiras que aparecem nesta posição pela primeira vez na história da praça.

- f. Quanto aos edifícios de referência cultural do entorno:
- f.1. **Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres** – ver item d.1;
 - f.2. **Assembleia Legislativa** – a rua construída na intervenção P4 distanciou a Assembleia Legislativa e a praça. A colocação das grades no estacionamento desviou o fluxo de visitantes para uma entrada independente.
 - f.3. **Secretaria da Fazenda** – separada da praça completamente pela rua 2 de Dezembro;
 - f.4. **Parque Hotel** – uso de serviços, separada da praça pela ladeira Manoel R. de Azevedo.
 - f.5. **Palacete do Barão de Jaraguá** – funciona atualmente a Biblioteca Pública Estadual e, no momento do estudo, encontrava-se fechada em razão de obras de restauro;
- g. Outros:
- g.1. Em frente à Caixa Econômica Federal há um ponto de mototáxi, e os mototaxistas sentam em um banco de madeira improvisado em volta de uma das árvores desta extremidade da praça;
 - g.2. Há lixo embaixo dos bancos de madeira e nos canteiros, o que denota a ausência de lixeiras no espaço da praça;
 - g.3. Há roupas penduradas em uma das árvores, denotando a ocupação por moradores de rua;



Figura 123: inscrição “Magno Petro Alagoana Provintia Grata” deteriorada na base de mármore da estátua de Dom Pedro II. Fonte: autora (2014)

4.2 Praça Marechal Floriano Peixoto

Na Praça Marechal Floriano Peixoto, foram observados, quanto aos critérios de análise:

- a. Espaços livres e acessos:
 - a.1. Pessoas utilizam o espaço livre da praça para circular entre os bairros de Bebedouro, Levada, Centro e Prado em todos os horários observados. As rampas são preferidas à escadaria;

b. Eixos e traçado:

- b.1. A escadaria é usada como arquibancada nos eventos que acontecem na praça. É usada como escadaria, principalmente no horário do fim da tarde (17h00-18h00). A maior parte das pessoas senta nos períodos da manhã (08h00-09h00) e da tarde (12h00-13h00) nos dois únicos bancos de concreto próximos ao Café da Praça, em cadeiras de plástico na sombra das árvores ou à sombra das palmeiras;
- b.2. As pessoas usam a escadaria para ir de um nível a outro da praça com mais frequência durante o fim da tarde (17h00-18h00). Nos outros horários, o maior movimento entre os níveis se dá pela rampa da rua Melo Moraes;

c. Elementos artísticos:

- c.1. A fonte está desativada, sem água na parte de baixo e com pastilhas faltando. Em volta da fonte, o gramado no canteiro está danificado (Figura 125);
- c.2. O acesso ao compartimento abaixo da fonte está fechado por barras de ferro para impedir o acesso pela escadaria (Figura 125);
- c.3. A espada original da estátua do marechal Floriano Peixoto está ausente (Figura 126);

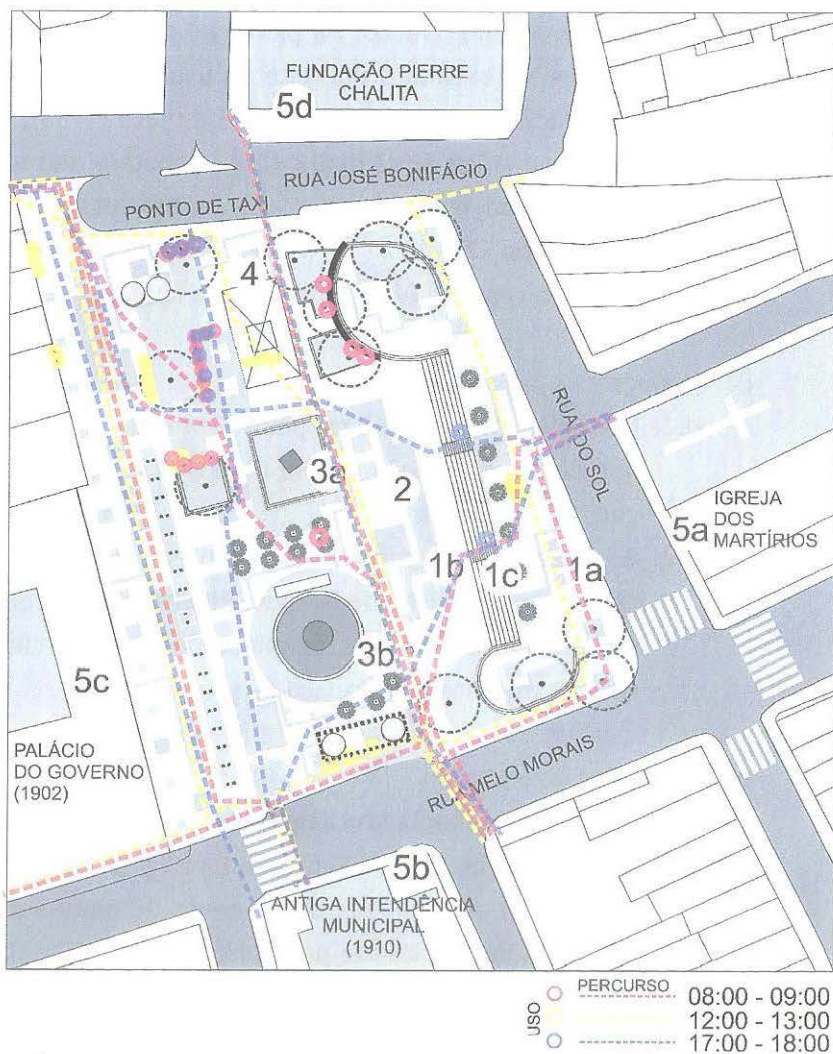


Figura 124: mapa de circulação e uso da Praça Marechal Floriano Peixoto.
 Fonte: Serveal (2002); Sempla (2005, adaptado)

c.4. A base da estátua do marechal Floriano Peixoto tem uma placa que informa o ano de reforma da praça

(2005) com inscrições ilegíveis por conta do mau estado de conservação. As placas ao nível do chão, na base da estátua, informam ao usuário o ano de construção (1908) e reconstrução da praça (1935), e são claras e legíveis (Figura 127), embora o ano de reconstrução destoe da referência da intervenção M2 (ver página 170);

c.5. A base da estátua tem pichações nas laterais;

d. Vegetação:

d.1. Os transeuntes caminham pelos canteiros da praça, que não tem forração, e sentam dos dois lados dos bancos sem encosto;

d.2. As árvores remanescentes são originais, plantadas na primeira intervenção de Rosalvo Ribeiro, e fornecem sombra para os usuários, definindo parte dos percursos dos usuários pelo espaço da praça;

e. Edificações do entorno:

e.1. **Antiga Intendência Municipal** (Secretaria Municipal de Assistência Social – Semas) – tem ligação apenas visual com a praça, por ser o ponto de ônibus da praça fluido o suficiente para deixar ver o prédio da antiga intendência a partir do interior da praça. A faixa de pedestres nas vias liga a praça ao quarteirão do prédio e direciona o fluxo de pedestres ao quarteirão do edifício;

e.2. **Museu do Palácio do Governo** (Mupa) – as bandeiras impedem o acesso mais livre à porta do palácio, que é um museu de acesso público;

e.3. **Igreja de Bom Jesus dos Martírios** – o arranjo da rua do Sol e da ladeira dos Martírios torna difícil a travessia direta do pedestre entre a praça e a igreja;



Figura 125: fonte luminosa e sonora desativada, canteiro com grama faltante em trechos e instalações abaixo da fonte desativadas. Fonte: autora (2014)



Figura 126: comparação da estátua do Marechal Floriano Peixoto original e em 2014, sem a espada. Fonte: APA (s/d); autora (2014)

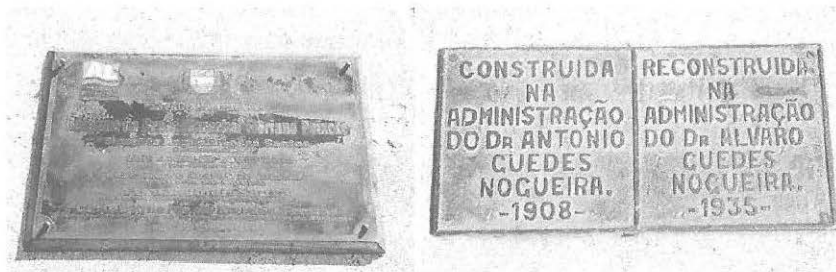


Figura 127: placa de inauguração da praça de 2005 ilegível devido ao mau estado de conservação e placas de inauguração e reinauguração da praça em 1908 e 1935, ao nível do chão, legíveis. Fonte: autora (2014)

e.4. **Fundação Pierre Chalita** – o traçado da praça não direciona o usuário à entrada da fundação, mesmo que separada por uma via. A rua José Bonifácio, que separa a praça e a fundação, possui fluxo intenso de veículos durante todo o dia e não oferece segurança para que o usuário tenha acesso à fundação a partir da praça;

f. Outras observações:

- f.1. O cheiro de urina em alguns pontos da praça preocupa por serem pontos que precisam de uma maior exposição para inibir os usuários;
- f.2. As bandeiras no pavilhão são em grande número e estão próximas, o que dificulta a leitura das bandeiras. Não há identificação do município a que pertence cada uma das bandeiras;
- f.3. A cobertura do Café da Praça está danificada;

4.3 Praça Marechal Deodoro

Na **Praça Marechal Deodoro**, foram observados, quanto aos critérios de análise:

a. Acessos:

- a.1. Os canteiros centrais da porção elevada da praça forçam os usuários que querem se deslocar entre a rua Barão de Maceió e a rua Senador Mendonça a desviar o caminho, que seria linear entre o início e o fim do trajeto caso não houvesse obstáculos;
- a.2. A maior parte dos percursos passa pelos dois níveis da praça;
- a.3. As rampas que levam ao nível mais alto da praça são inacessíveis a pessoas com deficiências, dificultando a aproximação do usuário com a escultura do marechal Deodoro da Fonseca sem auxílio.

b. Piso:

- b.1. piso em bom estado de conservação;

c. Mobiliário:

- c.1. A praça tem apenas 7 bancos de madeira em seu interior, mas o desnível em volta das árvores tem medidas ideais para serem usados como bancos, e estão sempre ocupados por usuários que aproveitam a sombra das árvores (Figura 131). Há 8 bancos na travessa Dias Cabral, mas eles ficaram vazios em todos os horários observados porque não ficam à sombra das árvores.

d. Elementos artísticos:

- d.1. Não há elementos que informem o significado ou a razão dos dizeres da base da estátua do marechal Floriano Peixoto.
- d.2. Não existe placa ou inscrição que informe aos usuários a importância, a procedência histórica ou o significado do conjunto de quatro estátuas de Moreau representando os continentes;

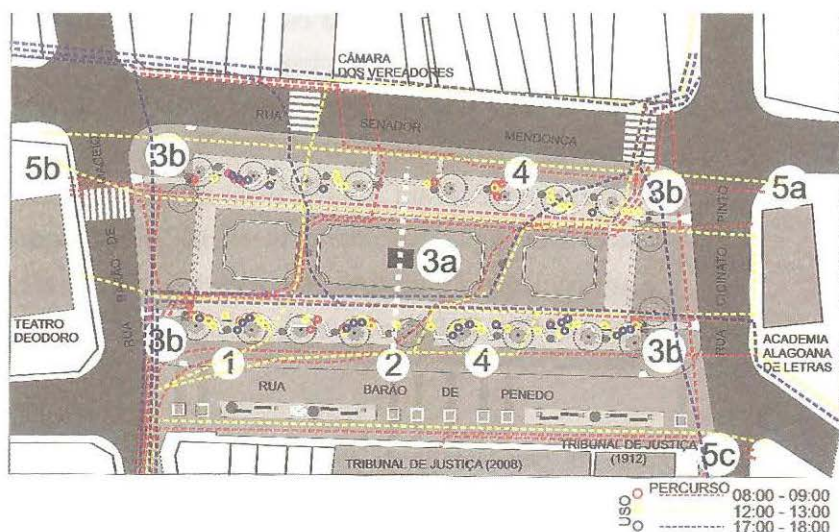


Figura 128: mapa de uso e circulação da Praça Marechal Deodoro. Fonte: Sempla (2009); Sempla (2005, adaptado)

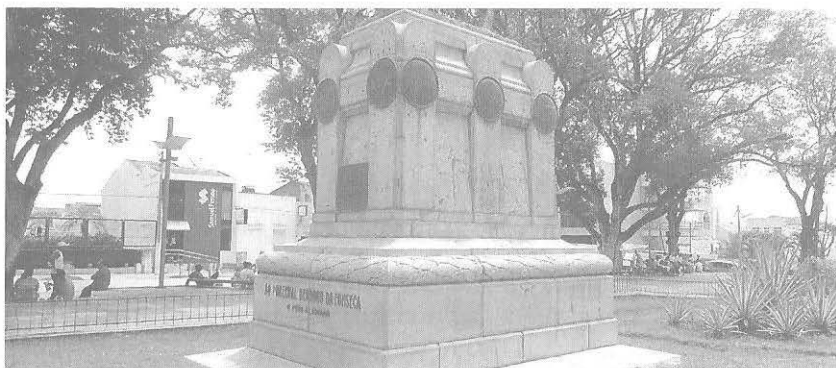


Figura 129: visão da estátua do marechal Deodoro a partir da menor distância permitida pela delimitação do canteiro. Fonte: autora (2014)

- d.3. As estátuas estão numa altura e posição que as deixam próximas dos usuários, mas em que ficam vulneráveis a ações de vandalismo e desgaste de uso. Os usuários sentam próximo e se encostam nas estátuas (Figura 130). A estátua “Ásia” tem vestígios de tinta no rosto e está sem a faca que deveria estar na mão. Na estátua “África”, a boca do crocodilo está quebrada e precisa de recuperação;
- d.4. Em comparação com fotografias antigas, a posição individual das estátuas não corresponde às posições originais da intervenção D1;
- e. Vegetação:
 - e.1. As árvores remanescentes da praça são originais, plantadas na intervenção D1, e essenciais para a permanência do usuário na praça pela sombra que fornecem ao espaço;
 - e.2. Os canteiros cercados existentes no nível mais alto da

praça impedem que o usuário fique a uma distância em que seja possível ler os dizeres das placas na base da estátua do marechal Deodoro (Figura 129).

f. Edificações do entorno:

- f.1. **Academia Alagoana de Letras** – os elementos da praça direcionam à fachada do prédio, mas sua entrada não é aberta ao público; portanto, a ligação visual é suficiente;
- f.2. **Teatro Deodoro** – a via que separa o teatro da praça tem pouco movimento de veículos e favorece o trânsito de usuários entre eles;
- f.3. **Tribunal de Justiça de Lucarini** – quatro bancos de madeira restringem o acesso físico dos usuários ao tribunal de autoria de Lucarini;

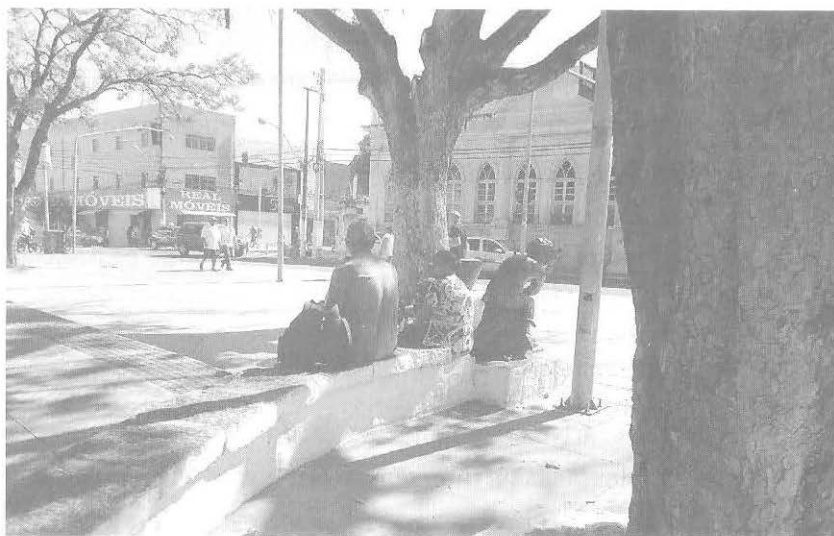


Figura 130: usuários sentam próximo às estátuas de Moreau. Fonte: autora (2014)



Figura 131: usuários sentados no desnível da praça. Fonte: autora (2014)

CONCLUSÕES: MEMÓRIA HISTÓRICO-CULTURAL E UTILIZAÇÃO ATUAL

As praças escolhidas neste estudo têm sua memória histórico-cultural e utilização atual em conflito, como exposto nos capítulos anteriores. Cada praça possui uma qualidade composta por seu papel na história da cidade de Maceió e por características de sua organização espacial específica. Nas intervenções futuras, a adaptação para o uso é uma decisão flexível que vai ficar a cargo do arquiteto, entretanto, as orientações a seguir visam contribuir para que, independentemente da configuração que a praça venha a ter, sua *qualidade* – tanto seu significado histórico quanto suas características marcantes – seja mantida. As orientações são aplicadas aos elementos da praça, visto que é deles que cada praça é composta, separados nas seguintes categorias: **a) acesso, b) piso e vegetação, c) mobiliário e d) elementos artísticos**. Colocando a qualidade como foco da intervenção, é possível fazer as adaptações necessárias para a satisfação das necessidades de uso em tempos futuros sem que haja prejuízo à qualidade histórico-cultural da praça.

Praça Dom Pedro II

A **Praça Dom Pedro II** é o marco zero da cidade. Foi o primeiro largo do Centro a receber equipamentos urbanos, estátuas e a denominação de praça. É marcada por ter sua organização em dois eixos perpendiculares que direcionam aos prédios marcantes de seu entorno. No entanto, ao longo de sua história, as intervenções priorizaram usos que tomaram o espaço da praça e a fragmentaram, sendo ela, hoje, o correspondente a, aproximadamente, dois terços de seu tama-

nho original. O seu acesso foi restringido e sua ligação entre a praça e os prédios importantes de seu entorno foi enfraquecida. Talvez o prejuízo no espaço atual da praça teria sido menor se, em P6, a outra porção da praça, próximo à igreja, tivesse sido incorporada. A relação com a igreja seria mantida e haveria espaço para o estacionamento da Assembleia, já que, como mostra a trajetória da praça, seu traçado é marcado por sua ligação com dois dentre os quatro (posteriormente, cinco) edifícios mais importantes do seu entorno: a Igreja Matriz e a Assembleia Legislativa.

Praça Marechal Floriano Peixoto

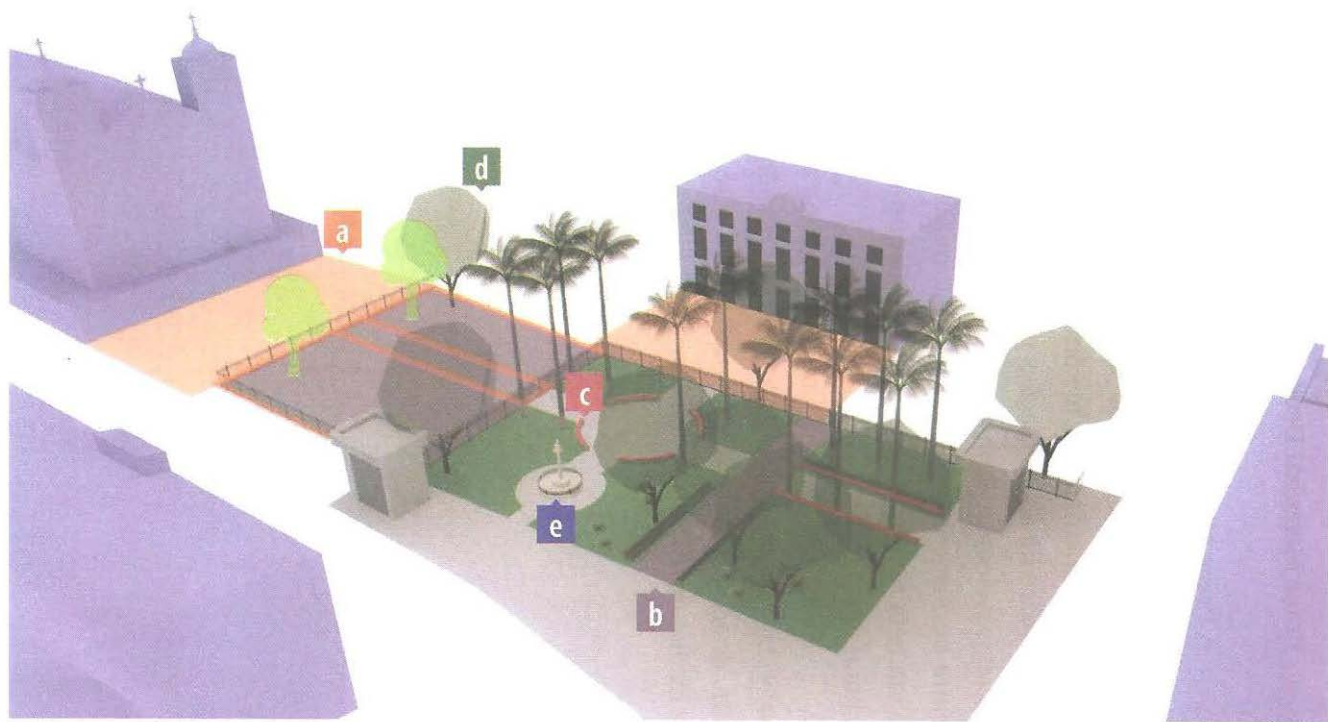
A **Praça Marechal Floriano Peixoto** é o lugar de encontro do sagrado e do profano: palco das festividades do Centro e local da Igreja dos Martírios; local do Palácio do Governo, da estátua do segundo presidente da República e de manifestações de cunho político. A praça mantém as características de seus dias como largo: local espaçoso que dá suporte a atividades profanas e religiosas, praça cívica e ponto de ligação entre o Centro e os bairros de Bom Parto, Cambona, Bebedouro, Mutange, Levada, Ponta Grossa, Vergel do Lago e Farol. Seu espaço, que antes tinha uma relação próxima com a igreja e com os elementos mais próximos do seu entorno, cumprindo funções de largo, ganhou, ao longo do tempo, uma configuração de praça que perdeu esta relação próxima com seu entorno. A praça atende a funções de *estar e passar* e à *realização de eventos*.

Praça Marechal Deodoro

A **Praça Marechal Deodoro** é o local de encontro da intelectualidade, da cultura e da vida social inspiradas pela Academia Alagoana de Letras e pelo Teatro Deodoro. Tem, em seu espaço, estátuas que representam marcos históricos e movimentos artísticos no Brasil. Foi palco de apresentações culturais e ponto de encontro da vida social maceioense. Com as intervenções, apesar de manter a relação entre os elementos do entorno, sua função foi reduzida ao *estar*; e é também ponto de ligação entre o Centro e Prado, Ponta Grossa e Litoral Sul.

No intuito de harmonizar a memória e a utilização atual das referidas praças, seguem infográficos contendo orientações para este fim, de acordo com as categorias: Acesso, Piso, Mobiliário, Vegetação e Elementos Artísticos.

RECOMENDAÇÕES PARA INTERVENÇÃO NA PRAÇA DOM PEDRO II



a. **Acesso:** recuperação dos acessos originais da praça (até a P3) e sua ligação com o entorno;

a.1. recuperação da ligação entre o piso da praça e a Catedral Metropolitana, por meio de marcação de piso durável e facilmente distinguível do piso usado no restante da praça;

a.2. recuperação da ligação entre o piso da praça e o Palacete Tavares Bastos, onde funciona a Assembleia Legislativa, por meio da reincorporação da rua aberta na intervenção P4, da retirada das grades, que devem ser adaptadas para garantir a segurança da Assembleia sem ocupar o espaço da praça;

a.3. recuperação do espaço ocupado pelo estacionamento.

b. **Piso:** diferenciação do piso que marca o traçado remanescente do original da praça daquele piso que compõe traçado adicionado posteriormente;

b.1. diferenciação do piso que marca os eixos perpendiculares com material mais nobre e resistente que o restante da praça, representando o traçado remanescente desde P2;

b.2. extensão do piso e vegetação para a área reincorporada (ver item a.3);

b.3. recuperação das peças faltantes, em piso tipo copacabana.

c. **Mobiliário:** diferenciação do mobiliário que representa e destaca os elementos marcantes da praça;

c.1. diferenciação dos bancos que estão alinhados com os eixos que possuem piso a ser diferenciado (ver item b.1);

c.2. inclusão de mobiliário que atenda às necessidades de uso para substituir o banco de madeira construído por usuários na porção da praça próximo à ladeira Manoel R. de Azevedo;

d. **Vegetação:** instalação de vegetação arbórea que forneça sombra na área reincorporada à praça (ver item a.3).

e. **Elementos artísticos:** maior informação por meio de inscrições da função da praça na história e da importância dos elementos artísticos; retirada ou substituição dos obstáculos entre o usuário e os elementos artísticos por outros que permitam a aproximação ao mesmo tempo que impeçam a degradação dos elementos;

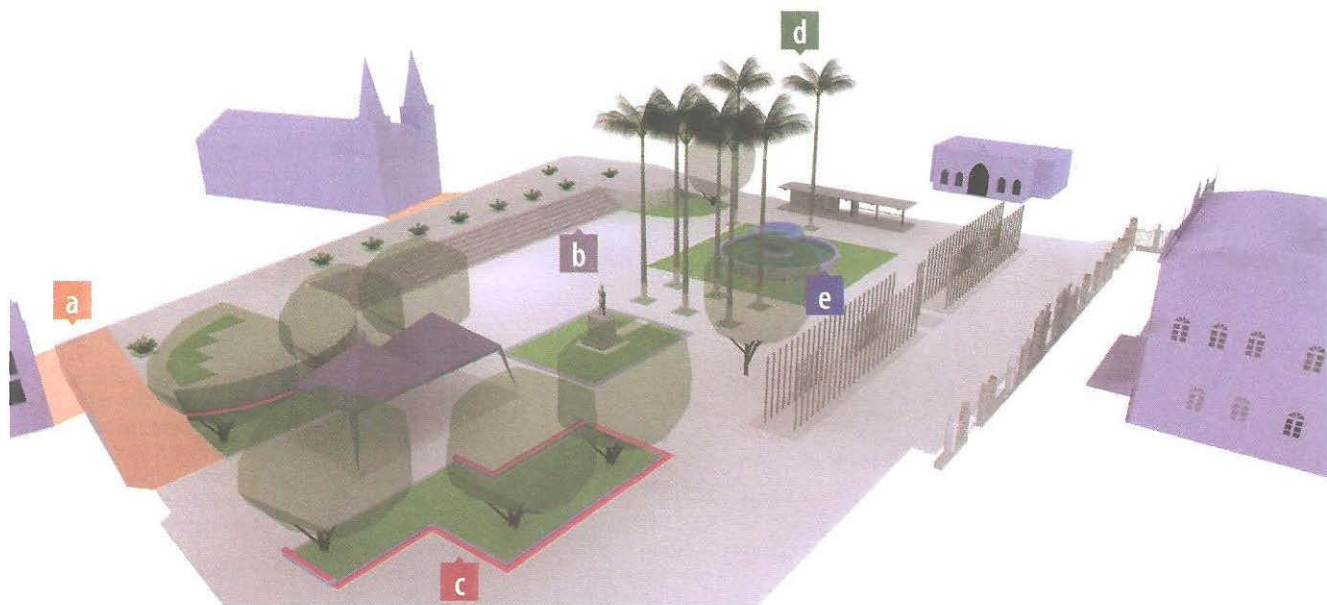
e.1. explicitação, por meio de inscrições em piso, placa ou mobiliário, da função da Praça Dom Pedro II como “marco zero” da cidade, em posição de destaque, para informar os usuários da importância desta praça como patrimônio, em português, inglês e braile;

e.2. Recuperação das inscrições na base da estátua de Dom Pedro II para que seja possível a leitura; e instalação de placas ou inscrições no

mobiliário/piso que registrem as datas de modificação, em material durável;

e.3. substituição das grades que cercam a base da estátua de Dom Pedro II por outro obstáculo que, semelhantemente, impeça a depredação do mármore da base, mas sem a mesma conotação negativa que a grade com elementos pontiagudos. Um exemplo pode ser a instalação de vegetação arbórea que crie um obstáculo em volta da estátua.

RECOMENDAÇÕES PARA INTERVENÇÃO NA PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO



a. Acesso: promoção da segurança para a travessia do usuário entre a praça e os quarteirões lindeiros;

a.1. instalação de faixa de pedestre na ligação entre a praça e a Igreja dos Martírios, pintada em cor forte e refletiva (ex: vermelho) para promover a travessia segura dos pedestres entre o edifício e a praça;

a.2. modificação da porção norte da praça, próximo à Fundação Pierre Chalita, para melhorar o acesso à praça a partir dos quarteirões lindeiros, o acesso entre os níveis da praça e a visibilidade da área em relação à segurança. Para tanto, priorizar o pedestre no reordenamento dos elementos – alargar a rampa que liga os níveis da praça neste lado, criar uma ligação/continuidade entre a praça e a Fundação Pierre Chalita e alterar (ou retirar completamente) o mirante nesta porção da praça;

a.3. melhoria da ligação entre

a praça e a Fundação Pierre Chalita, para melhorar a segurança na travessia do pedestre, e fortalecer a ligação entre o edifício e a praça.

b. Piso: diferenciação por meio do piso da relação perdida entre a praça e edifícios do entorno; reordenar de forma que favoreça as três atividades da praça:

b.1. considerando que, ao fim da tarde a escadaria é usada como arquibancada (quando há eventos) e banco (no dia a dia), tratar a escadaria com material de baixa condutividade, (e alta resistência) para que possa ser usada sem incômodo pelos usuários logo que houver sombra sobre a arquibancada; o material também deve secar rapidamente após chuvas.

c. Mobiliário: melhor aproveitamento do mobiliário relacionado ao estar:

c.1. modificação dos bancos existentes para acomodar mais usuários — afastando-os

dos canteiros para que seja possível sentar dos dois lados do banco (fato que já ocorre) com mais comodidade (ver item b.1);

c.2. adição de mais bancos ao redor do canteiro noroeste para acomodar mais usuários;

c.3. retirada ou modificação dos quiosques localizados na porção noroeste da praça, de maneira que tenham mais visibilidade do que recebem atualmente, onde os usuários visualizam a lateral dos quiosques em seu percurso (ver mapa de circulação na Figura 124 na página 167);

c.4. retirada dos bancos próximos ao mirante na porção norte da praça, juntamente com a modificação da ligação entre os níveis da praça neste local (ver item a.2).

d. Vegetação: reordenar de maneira que favoreça as três atividades:

d.1. modificação dos canteiros

para permitir a circulação pelo espaço da praça de forma mais livre e direta;

d.2. diminuição do canteiro que circunda a fonte “Cuscuz do Major”;

d.3. dividir o canteiro próximo ao Café da Praça em dois e afastá-los dos bancos, visto que os usuários pisam neles, para que seja possível sentar dos dois lados do banco (ver mapa de circulação da praça na Figura 115, na página 154).

e. Elementos artísticos: registro da memória das festividades e eventos marcantes que tiveram a praça como ponto de encontro entre sagrado e profano; recuperação dos danos dos elementos artísticos; instalação de obstáculos que impeçam a danificação dos elementos artísticos:

e.1. explicitação da função da praça como ponto de encontro entre sagrado e profano em forma de inscrição que

relembre as festividades tradicionais do Centro, em português, inglês e braile;

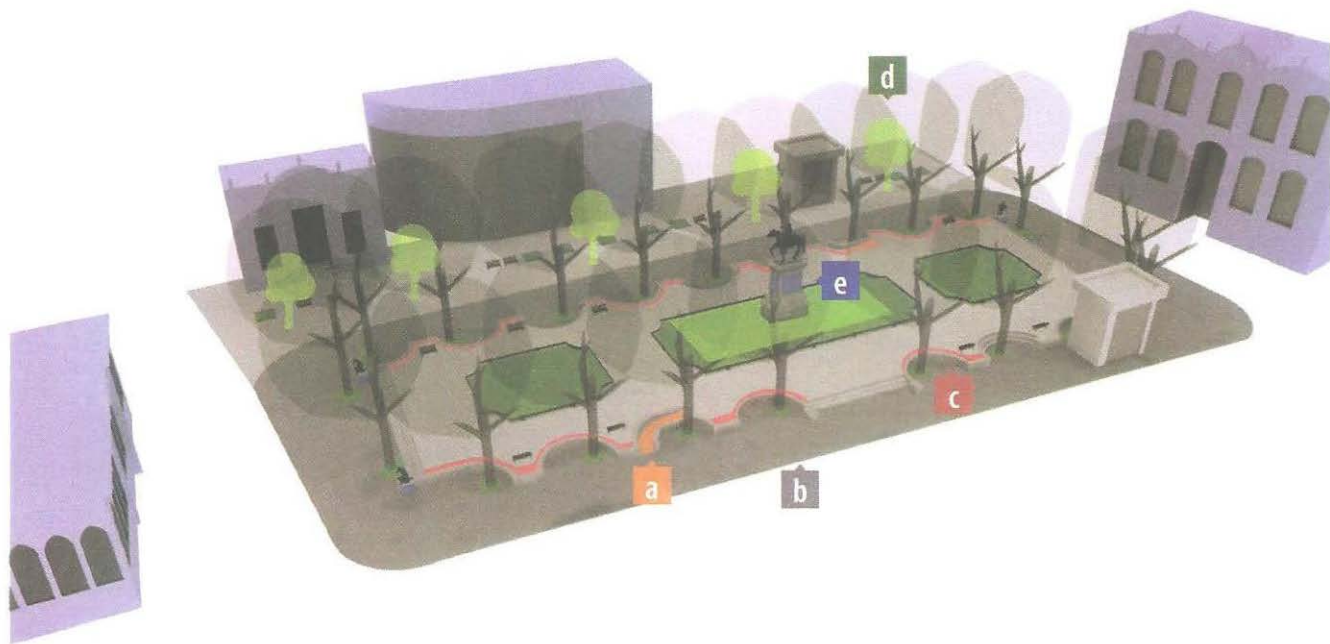
e.2. recuperação (ou substituição por outra de material resistente) da placa que indica a reforma de 2005 (à esquerda da Figura 126 na página 169) aos pés da estátua do marechal Floriano Peixoto);

e.3. limpeza das pichações presentes na base da estátua de marechal Floriano Peixoto; inclusão de obstáculo que impeça o contato entre o usuário e a estátua para evitar degradação (preferivelmente vegetação arbustiva);

e.4. alteração da altura da fonte Cuscuz do Major (ou alteração do piso à sua volta) para impedir a degradação da fonte por meio do contato direto dos usuários, que conseguem subir na fonte com a atual configuração;

e.5. recuperação das pastilhas que revestem a fonte ou substituição por material mais resistente;

RECOMENDAÇÕES PARA INTERVENÇÃO NA PRAÇA MARECHAL MARECHAL DEODORO



a. **Acesso:** garantir acessibilidade em todos os níveis da praça;
a.1. modificação do formato das rampas que dão acesso ao nível mais alto da praça de forma que atendam às exigências da norma NBR 9050.

b. **Piso:** sem problemas com o piso da praça.

c. **Mobiliário:** adequação do desnível já usado como mobiliário com materiais que proporcionem maior conforto aos usuários:

c.1. adaptação do desnível da praça ao uso pelos usuários como bancos — com medidas adequadas à ergonomia e conforto, e materiais resistentes, de baixa condutividade e que sequem rapidamente após chuvas.

d. **Vegetação:** adição de vegetação que forneça sombra na rua Barão de Penedo (travessa Dias Cabral) e retirada dos obstáculos à circulação;

d.1. aumento do espaço entre os canteiros centrais do nível mais alto da praça, para que os usuários possam realizar uma trajetória mais direta pelo espaço (ver mapa de circulação e uso da praça na Figura 119 na página 160);

d.2. Adição de vegetação que forneça sombra nos canteiros adicionados na intervenção D12 na Travessa Dias Cabral, para proporcionar maior conforto aos usuários que transitam pela rua. Esta área é a única não sombreada da praça.

e. **Elementos artísticos:** explicitação do significado histórico dos elementos; explicitação da memória da praça como local de educação e de cultura; recuperação dos danos causados aos elementos artísticos; aproximação entre o usuário e os elementos artísticos, com o cuidado de impedir a danificação dos elementos:

e.1. informar o significado das

inscrições na base da estátua do Marechal Deodoro da Fonseca em português, inglês e braile;

e.2. recuperar as inscrições na base da estátua do Marechal Deodoro da Fonseca para que fiquem legíveis;

e.3. informar o significado das quatro estátuas de autoria de Moreau, que representam quatro dos cinco continentes, em forma de inscrição ou placa em material resistente. Sugere-se que a inscrição seja localizada na base, em português, inglês e braile;

e.4. elevação das estátuas de autoria de Moreau nos quatro cantos da praça, em solução similar àquela da intervenção D1, para evitar que os usuários tenham contato direto frequente com elas; retornar, se viável economicamente e seguro à integridade das estátuas, as peças para seus locais originais, após estudo para confirmar a localização original de cada uma delas;

e.5. Recuperar o crocodilo da estátua “África” com material distinto do original, para indicar a intervenção posterior na peça.

As orientações expostas, se seguidas, podem auxiliar a elaboração dos projetos de recuperação das praças em questão ao identificar os elementos marcantes do ponto de vista do patrimônio histórico-cultural e das necessidades do uso atual de cada praça.

Cada praça, de acordo com os capítulos anteriores, possui uma qualidade composta por seu papel na história da cidade de Maceió e por características de sua organização espacial específica. Em razão das qualidades, as orientações para cada uma objetivam destacar seu papel na história e fortalecer a função que já exercem em relação ao seu entorno. Assim, se compatibilizada a memória histórico-cultural e a utilização atual, as intervenções futuras podem garantir o uso sem que haja prejuízo para o patrimônio da Zona de Preservação Especial (ZEP) que corresponde ao núcleo inicial de surgimento da cidade de Maceió.

Sendo um trabalho acadêmico, a partir do levantamento de dados e iconografia aqui reunidos, podem surgir também desdobramentos em relação a assuntos que não puderam ser abordados mais profundamente neste documento, dentre os quais estão: os detalhes reais e datas das mudanças na Praça Marechal Deodoro reunidas sob intervenção D4; e a confirmação de implantação das intervenções D5 e D6 através da identificação de fotografias da época que reflitam o traçado representado em planta. Os dados podem ser base de outros estudos que contribuam para a preservação do patrimônio destas praças.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Decreto nº 6.219, de 01 de abril de 1985. **Tombamento do**

Palacete Barão de Jaraguá, Maceió, 3p, 1985. Disponível em:

< [http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoaes/patrimonio-cultural/patrimonio-historico/leis-e-decretos/DEC.%20](http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoaes/patrimonio-cultural/patrimonio-historico/leis-e-decretos/DEC.%20No6219%20PALACETE%20BARAO%20DE%20JARAGUA.pdf/view?searchterm=palacete%20bar%C3%A3o%20de%20jaragu%C3%A1)

[No6219%20PALACETE%20BARAO%20DE%20JARAGUA.pdf/](http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoaes/patrimonio-cultural/patrimonio-historico/leis-e-decretos/DEC.%20No6219%20PALACETE%20BARAO%20DE%20JARAGUA.pdf/view?searchterm=palacete%20bar%C3%A3o%20de%20jaragu%C3%A1)

[view?searchterm=palacete%20bar%C3%A3o%20de%20](http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoaes/patrimonio-cultural/patrimonio-historico/leis-e-decretos/DEC.%20No6219%20PALACETE%20BARAO%20DE%20JARAGUA.pdf/view?searchterm=palacete%20bar%C3%A3o%20de%20jaragu%C3%A1)

[jaragu%C3%A1](http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoaes/patrimonio-cultural/patrimonio-historico/leis-e-decretos/DEC.%20No6219%20PALACETE%20BARAO%20DE%20JARAGUA.pdf/view?searchterm=palacete%20bar%C3%A3o%20de%20jaragu%C3%A1) > . Acesso em: 04 mar. 2014.

ALAGOAS. Decreto nº 33.271, de 31 de dezembro de 1998. **Tombamento**

do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, Maceió, 2p,

1998. Disponível em < [http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoaes/patrimonio-cultural/patrimonio-historico/leis-e-decretos/](http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoaes/patrimonio-cultural/patrimonio-historico/leis-e-decretos/Dec.%20no%2033271%20Tribunal%20de%20Justica.pdf/view?searchterm=tribunal)

[Dec.%20no%2033271%20Tribunal%20de%20Justica.pdf/](http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoaes/patrimonio-cultural/patrimonio-historico/leis-e-decretos/Dec.%20no%2033271%20Tribunal%20de%20Justica.pdf/view?searchterm=tribunal)

[view?searchterm=tribunal](http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoaes/patrimonio-cultural/patrimonio-historico/leis-e-decretos/Dec.%20no%2033271%20Tribunal%20de%20Justica.pdf/view?searchterm=tribunal) > . Acesso em: 04 mar. 2014.

ALAGOAS. Decreto nº 37.127, de 31 de janeiro de 1988. **Tombamento das**

igrejas de Maceió, Maceió, 1988. Disponível em: < [http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoaes/patrimonio-cultural/patrimonio-historico/](http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoaes/patrimonio-cultural/patrimonio-historico/bens-imoveis/patrimonio-edificado/arquitetura-religiosa/igrejas-de-maceio/?searchterm=tombamento%20igrejas)

[bens-imoveis/patrimonio-edificado/arquitetura-religiosa/](http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoaes/patrimonio-cultural/patrimonio-historico/bens-imoveis/patrimonio-edificado/arquitetura-religiosa/igrejas-de-maceio/?searchterm=tombamento%20igrejas)

[igrejas-de-maceio/?searchterm=tombamento%20igrejas](http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoaes/patrimonio-cultural/patrimonio-historico/bens-imoveis/patrimonio-edificado/arquitetura-religiosa/igrejas-de-maceio/?searchterm=tombamento%20igrejas) > . Acesso

em: 04 mar. 2014.

ALAGOAS. Decreto nº 38.309, de 09 de março de 2000. **Tombamento da**

Praça Marechal Floriano Peixoto e entorno, Maceió, 2p. 2000.

Disponível em: < [http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoaes/patrimonio-cultural/patrimonio-historico/leis-e-decretos/DEC.%20](http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoaes/patrimonio-cultural/patrimonio-historico/leis-e-decretos/DEC.%20No%2038.309%20PRACA%20FLORIANO%20PEIXOTO.pdf/view)

[No%2038.309%20PRACA%20FLORIANO%20PEIXOTO.pdf/view](http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoaes/patrimonio-cultural/patrimonio-historico/leis-e-decretos/DEC.%20No%2038.309%20PRACA%20FLORIANO%20PEIXOTO.pdf/view) > .

Acesso em: 06 mar. 2014.

ALAGOAS. Decreto s/n, de 28 de agosto de 2009. **Tombamento**

do Palácio Marechal Floriano Peixoto, Maceió, 2009.

Disponível em: < [http://www.cultura.al.gov.br/politicas-](http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoaes/patrimonio-cultural/patrimonio-historico/leis-e-decretos/DEC.%20No%2038.309%20PRACA%20FLORIANO%20PEIXOTO.pdf/view)

e-acoès/patrimônio-cultural/patrimônio-histórico/leis-e-decretos/DEC.%20PALACIO%20FLORIANO%20PEIXOTO.pdf/view?searchterm=pal%C3%A1cio%20marechal>. Acesso em: 06 mar. 2014.

ALAGOAS. Resolução nº 03, de 04 de abril de 2008. **Tombamento do Teatro Deodoro**. Disponível em: <<http://www.cultura.al.gov.br/conselho-estadual/resolucoes-cec/2008/RESOLUCaO%20No%2003-08%20-Teatro%20Deodoro.pdf/view?searchterm=tombamento%20teatro%20deodoro>>. Acesso em: 04 mar. 2004

ALAGOAS. Resolução nº 38.026, de 22 de abril de 1999. **Tombamento da Academia Alagoana de Letras**. Maceió, 1999. Disponível em: <<http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoès/patrimônio-cultural/patrimônio-histórico/leis-e-decretos/DEC.%20No%2038.026%20ACADEMIA%20ALAGOANA%20DE%20LETRAS.pdf/view>>. Acesso em: 04 mar. 2014.

ALAGOAS, Gabinete Civil. **Palácios**. Disponível em: <<http://www.gabinetecivil.al.gov.br/alagoas/palacios>>. Acesso em: 06 mar. 2014.

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Cultura. **Quadro de Tombamentos**. 2014. Disponível em: <http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoès/patrimônio-cultural/Quadro%20de%20tombamentos_FEV%202014_.pdf/view>. Acesso em: 04 mar. 2014.

Alagoas 24 horas. **Reforma da Assembleia Legislativa começa na próxima segunda**. Maceió, 04 de julho de 2007. Disponível em: <<http://www.alagoas24horas.com.br/conteudo/?vCod=30792>>. Acesso em: 17 fev. 2014.

ALEX, Sun. **Projeto da Praça**: Convívio e Exclusão no Espaço Público. 2. Ed. São Paulo: Senac, 2011.

- ANTONIO, Pegorara et al. **Arquitetura Indígena**. Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Arquitetura e Urbanismo (Apresentado em Graduação). 2012. Disponível em: <http://www.arq.ufsc.br/arq5661/trabalhos_2008-2/indigena/arquitetura_indigena_brasil.pdf> . Acesso em 09 jan. 2013.
- ARAÚJO, Sandro Gama de. **Mirar a Cidade**: visões sobre a praça Floriano Peixoto e a praça Marechal Deodoro no início do século XX. 2002. Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Alagoas, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Maceió, 2002.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). **NBR 14724**: Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, set. 2002. 7 p.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, mai. 2004. 97 p.
- AUBERT, Daniel et al. **Praça Dom Pedro II**. 2013. Trabalho da Disciplina Teoria e Técnica do Restauro (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.
- AZEVEDO, Felipe Moreira; MIRANDA, Cybelle Salvador. **Maías**. Universidade Federal do Pará. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. 2013. Disponível em: <http://prezi.com/fl0xsv_j3q7q/maias> . Acesso em 09 jan. 2013.
- BEZERRA, Luanne de Amorim. **Valores e Significados do Sítio Histórico do Centro de Maceió/AL**: Diretrizes para o Plano de Gestão da Conservação Urbana. Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.
- BOOTH, Wayne C. **A arte da pesquisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

- BRAGA, Karina Peixoto. **A praça na cidade de Maceió**: análise da evolução espacial e de usos. Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2003.
- BRANCO, Fabiana Rodrigues Castelo. **A Praça e o Traçado da Cidade**. 1993. Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Maceió, 1993.
- BRANCO, Lula Castello. Série_J.Maciél_AssembléiaLegislativa/AL_201208_038. 2008. Altura: 686 pixels. Largura: 1024 pixels. 650Kb. Formato JPG. Disponível em: < <https://www.flickr.com/photos/8989951@N04/5549013529/in/photolist-9sm9p4-9sma8k-9spaa9-fBmQ9R-c1KBt3-bpesFE> > . Acesso em: 17 fev. 2014.
- BRASIL. Ministério das Cidades. Portal Capacidades. **1º Curso a distância de autoinstrução - Reabilitação Urbana com foco em Áreas Centrais**. 2013. Disponível em > <http://www.capacidades.gov.br/evento/131/1%C2%BA+Curso+a+distancia+de+autoinstrucao+-+Reabilitacao+Urbana+com+foco+em+Areas+Centrais> > . Acesso em: 07 abr. 2014.
- CARDOSO, Álvaro (org). **Album Ilustrado do Estado de Alagoas**. 1912.
- CASTRO, Miquelina Rodrigues dos Santos. **Praça**: pressa, por que? 1999. Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 1999.
- CAVALCANTI, Verônica Robalinho. **Ideias antigas e ainda dominantes**: Maceió um caso exemplar. IN: Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído ENTAC. Maceió. 2000.
- COSTA, Craveiro. **Maceió**. Maceió: Sergasa, 1981.

- Declaração de Amsterdã. Congresso do patrimônio arquitetônico europeu. Conselho da Europa. Ano europeu do patrimônio arquitetônico. Amsterdã, outubro de 1975. In: CURY, Isabelle (org). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: Iphan, Edições do Patrimônio, 2004, p. 199-210.
- DIEGUES JR., Manuel. Evolução urbana e social de Maceió no período republicano. 1932. In: COSTA, Craveiro. **Maceió**. Op. cit. p. 200-219.
- DUARTE, Abelardo. **As características Histórico-Geográficas da cidade de Maceió**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas vol. XXXVI 1982 -1983. p. 13-26.
- FARIA, Geraldo Majela Gaudêncio. Maceió, 1820-1841: Planta cadastral e Plano urbanístico, uma nova modalidade de configuração do tecido espacial. **Associação Nacional de Pós Graduação - ANPUR**. V.8, n. 2., 2004. Disponível em: < <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/970> > . Acesso em: 30 abr. 2014.
- FRANCO, Adélia Barreto. **O Centro das procissões**. 2004. Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Alagoas, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Maceió, 2004.
- FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. São Paulo: Contexto, 2002.
- GONÇALVES, Felipe Sobczynski et al. **As praças que a gente viu!**
As praças que a gente quer! (Comunicação Oral) Recife: XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte CONBRACE, 2007. Disponível em: < <http://www.cbce.org.br/cd/listaresumos.htm> > . Acesso em: 16 de abr. 2013.
- ITAÚ CULTURAL. **Ribeiro, Rosalvo (1865-1915)**. 2010. Disponível em: < http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_IC/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=3230&cd_idioma=28555 > . Acesso em: 26 jun. 2014.

- JUNQUEIRA, Eulália. Quando o ferro virou arte. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. n. 43, 12 abr. 2009. Disponível em: < <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/perspectiva/quando-o-ferro-virou-arte> > . Acesso em: 17 jan. 2014.
- LEÃO, Tharcilla Mara Soares. **A História da Paisagem da Praça Dom Pedro II em Maceió-AL**. (Dissertação de Mestrado). Recife: UFPE, 2010.
- LIMA, Jamile Ferreira de. **Vislumbres da “Praça dos Martírios” na proposta de revitalização da Praça Marechal Floriano Peixoto**. 2012. Trabalho Final de Graduação. (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Maceió, 2012.
- LIMA JR, Félix. **Maceió de outrora**. Maceió: Edufal, 2001.
- MACEDO, Silvio Soares. **Quadro do Paisagismo no Brasil**. São Paulo: FAUUSP/QUAPÁ, 1999.
- MACEDO, Silvio Soares; ROBBA, Fabio. **Praças Brasileiras**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.
- MACEIÓ. Lei nº 4545 de 15 de novembro de 1996. **Proteção ao Patrimônio Histórico Edificado**. Disponível em: < <http://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=175593> > . Acesso em: 25 mar. 2014.
- MACEIÓ. Lei Municipal Nº 5.486 de 30 de Dezembro de 2005. **Plano Diretor do Município de Maceió**, Maceió, 88p, 2005. Disponível em: < http://www.sempla.maceio.al.gov.br/sempla/dpu/PLANO%20DIRETOR_MAPAS%20A3/PLANO%20DIRETOR%202006_AT3.pdf > . Acesso em: 17 de abr. 2013.
- MACEIÓ. Lei Municipal Nº 5.593, de 08 de Fevereiro de 2007. **Código de Urbanismo e Edificações do Município de Maceió**, Maceió, 172p, 2007. Disponível em: < <http://www.serveal.al.gov.br/legislacao/>

codigos/Lei%20nb0%205.593_2007_Edif%20e%20Urb_Mcz.doc/
view > . Acesso em: 11 fev. 2014.

MACEIÓ. Prefeitura Municipal de Maceió. Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento. **Centro**: Requalificação urbana. Maceió, AL, 2001.

MACEIÓ, Prefeitura Municipal de Maceió. Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento. **Justificativa da Proposta – Projeto da Praça Deodoro e Complexo Cultural, Centro**. Maceió, AL, 2008.

MACEIÓ. Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento. **Centro.dwg**. 2005. 1 mapa. Escala 1:1.

MACEIÓ. Serviços de Engenharia do Estado de Alagoas. **pracamartirios_plotar1-200.dwg**. Maceió, 2007. Escala 1:200.

MARX, Murillo. **Cidade Brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

MELÂNIA, Bárbara, et al. **Teoria e Técnica do Restauro**: uma abordagem sobre a Praça dos Martírios. 2013. Trabalho da Disciplina Prática do Restauro. (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.

MENDELEZ, Adilson. **Esquema da Ampliação da Assembleia Legislativa**. 2010. Altura: 162 pixels. Largura: 685 pixels. 22 Kb. Formato JPG. Disponível em: < <http://lorenaarquiteta.blogspot.com.br/2011/05/painel-inspirado-no-cordel-unifica.html> > . Acesso em: 17 fev. 2014.

MENDELEZ, Adilson. **Painel inspirado no cordel unifica blocos desiguais**. 2010. Disponível em: < <http://lorenaarquiteta.blogspot.com.br/2011/05/painel-inspirado-no-cordel-unifica.html> > . Acesso em: 17 fev. 2014.

MÉRO, Ernani. **Igrejas de Maceió**. Maceió: 1987.

- MUTIIS, Fabiana de. Portal G1 Alagoas. **Fonte se transforma em depósito de lixo na Praça dos Martírios, em Maceió**. 31 de maio de 2013. <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2013/05/fonte-se-transforma-em-deposito-de-lixo-na-praca-dos-martirios-em-maceio.html> > . Acesso em: 03 mar. 2014.
- Portal Cadaminuto. **Câmara de Maceió é reinaugurada após 10 meses de reforma**. 22 de fevereiro de 2010. Disponível em: < <http://cadaminuto.com.br/noticia/2010/02/22/video-sede-da-camara-de-maceio-e-reinaugurada-apos-10-de-meses-de-reforma> > . Acesso em: 06 mar. 2014.
- Portal Cadaminuto. **Um espaço abandonado**: veja a situação das praças em Maceió. 18 de abril de 2011. Disponível em: < <http://cadaminuto.com.br/noticia/2011/04/18/um-espaco-abandonado-veja-a-situacao-das-pracas-em-maceio> > . Acesso em: 04 mar. 2014.
- Portal THN1. **Cinco mil pessoas foram às ruas contra aumento da passagem de ônibus em Maceió**. 17 de junho de 2013. Disponível em: < <http://tnh1.ne10.uol.com.br/noticia/maceio/2013/06/17/251097/cinco-mil-pessoas-foram-as-ruas-contr-aumento-da-passagem-de-onibus-em-maceio> > . Acesso em: 14 abr. 2014.
- RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. Fundação Biblioteca Nacional, 1908.
- SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público**: jardins no Brasil. São Paulo: Fapesp/Studio Nobel, 1996.
- SOUSTELLE, Jacques. **A civilização Asteca**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- TAVERA, Lizardo. Qosqo. **Arqueologia del Perú**. Disponível em: < <http://www.arqueologiadelperu.com.ar/qosqo.htm> > . Acesso em: 09 jan. 2013.
- TEIXEIRA, Manuel C. A Paisagem da Cidade Luso-Brasileira. As Praças como Elemento Ordenador dos Traçados Urbanos. **II Seminário**

Internacional, Urbanismo, Patrimônio e Meio Ambiente. Ouro Preto, 2010 (Comunicação). Disponível em: < http://www.4shared.com/get/ztzNPuKO/_2__modificadoL3_-_Trabalhos_1.html > .

Acesso em: 10 jan. 2014

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ALAGOAS. **Histórico do Tribunal de Justiça de Alagoas.** Disponível em: < <http://www.tjal.jus.br/?pag=institucional/historicoorigens> > . Acesso em: 10 jan. 2014.

VASSALO FILHO, Miguel. Vândalos atacam obelisco em homenagem a Pedro II. Coisas da Terra. In: **Monumentos de Maceió.** 24 a 30 de junho de 2001. p. 47.

ZEFERINO, Bárbara. **Praça dos Martírios – Maceió.** 2007. Altura: 2048 pixels. Largura: 1536 pixels. 1,26Mb. Disponível em: < <https://www.flickr.com/photos/barbarazeferino/5397673967> > . Acesso em: 17 fev. 2014.

Este livro foi impresso em papel offset
75g/m² e em triplex 250 g/m².
Para a sua composição, foram utilizadas as
fontes Slimbach, Myriad Pro e Butler.

Myllena Karla Santos Azevedo

nasceu em Maceió, Alagoas, em 1992. É arquiteta e urbanista formada em 2014 pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal). As memórias formadas nas praças durante a infância, unidas à afeição por história, fotografia e pelo centro de Maceió, fizeram surgir este estudo.

